

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

NATÁLIA PIASON ARAÚJO

CONSERVAÇÃO ESPACIAL: proposta metodológica de verificação de níveis de integridade e autenticidade espacial em edifício moderno universitário

Recife

2022

NATÁLIA PIASON ARAÚJO

CONSERVAÇÃO ESPACIAL: proposta metodológica de verificação de níveis de integridade e autenticidade espacial em edifício moderno universitário

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento urbano

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manuel do Eirado Amorim

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lillian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

A663c Araújo, Natália Piason
Conservação espacial: proposta metodológica de verificação de níveis de integridade e autenticidade espacial em edifício moderno universitário / Natália Piason Araújo. – Recife, 2022.
173f.: il., tab.

Sob orientação de Luiz Manuel do Eirado Amorim.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2022.

Inclui referências.

1. Espaço da arquitetura. 2. Conservação espacial. 3. Sintaxe espacial. 4. Integridade espacial. 5. Autenticidade espacial. I. Amorim, Luiz Manuel do Eirado (Orientação). II. Título.

400 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-194)



.....
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Natalia Piason Araújo

“Conservação espacial: proposta metodológica de verificação de níveis de integridade e autenticidade espacial em edifício moderno universitário”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 22/08/2022.

Banca Examinadora

Participação via Videoconferência

Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Profa. Edja Bezerra Faria Trigueiro (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Participação via Videoconferência

Profa. Cristiana Maria Sobral Griz (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof. Fernando Diniz Moreira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

A meus amados pais, Sérgio e Eliane, que me dão todo o apoio e suporte para que eu possa trilhar os meus caminhos.

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui não foi fácil. Um percurso cheio de altos e baixos e muitos desvios, dos quais eu só consegui voltar graças ao auxílio de algumas pessoas que me acompanharam nessa jornada desde o início.

Primeiramente, agradeço a Deus, que sempre atendeu às minhas preces nos momentos que mais precisei.

Agradeço aos meus pais, que sempre me deram o apoio e suporte necessário para que eu pudesse realizar todos os meus sonhos.

Agradeço aos meus amigos dialéticos, que compartilharam toda a rotina do MDU junto comigo

A todos os meus amigos que torceram e ajudaram direta ou indiretamente, em especial: à Cibele e Ricardo, por toda a escuta e desabafos diários; à Giu, Mari e Amanda, pela ajuda braçal na reta final; à Albino, pelos socorros acadêmicos de última hora.

Um obrigada especial à Poly, por toda escuta terapêutica, sem a qual eu não teria chegado até aqui.

A Renata que sempre tornou nossa vida mais fácil com os trâmites do MDU, e aos professores que fizeram parte dessa jornada por todo o conhecimento compartilhado.

Agradeço ao pessoal do Memorial Denis Bernardes e da Sinfra que se fizeram sempre tão disponíveis em me atender e a disponibilizar o material necessário para a pesquisa

Um agradecimento especial à Natália Vieira, que apesar da breve participação na pesquisa deu uma contribuição e direcionamento fundamental à mesma.

E finalmente, agradeço ao meu orientador, Luiz Amorim, por toda a paciência, orientações e conhecimento compartilhado, sem o qual esse trabalho não teria sido finalizado.

Sem vocês eu não teria conseguido. Agradeço de todo o meu coração.

“Na arquitetura vê-se o espelho da história e cultura social.” (ZEVI, 1979)

“A história da arquitetura é antes de mais nada a história das concepções espaciais.” (ZEVI, 1979)

RESUMO

O desenvolvimento de uma sociedade e a transformação do seu pensamento promove mudanças na forma como seus integrantes se relacionam e se comportam dentro do seu espaço. Somado a isso, o advento de novas tecnologias gera novas demandas que precisam ser estruturadas dentro dos ambientes das edificações existentes, para que essas possam continuar habilitadas a abrigar a realização das atividades a que se propõem comportar. Dentro deste último conjunto mencionado, encontram-se os bens patrimoniais que possuem as mesmas demandas de manutenção e adaptação para que possam continuar desempenhando seu papel dentro da dinâmica social a qual pertencem e com isso, as adaptações espaciais e, por vezes, a inserção de novos usos fazem parte do processo de conservação desses bens. Contudo, na maioria das vezes, sua configuração espacial não é tratada com o devido cuidado, e dessa maneira, a prática mais comum que se tem, dentro do âmbito das restaurações, é a modificação das estruturas espaciais internas dos edifícios sem se levar em consideração sua história e as consequências dessas mudanças. Isso se dá pelo fato do espaço não ser abordado de forma adequada pelas teorias do campo da conservação. Segundo os teóricos da sintaxe espacial, o espaço porta, em sua configuração, informações acerca da sociedade que o produziu e que o utiliza. Isto posto, ele pode ser considerado um documento passível de ser conservado, assim como são, os atributos materiais do bem. Nesse contexto, sabe-se da importância que os conceitos de integridade e autenticidade desempenham dentro do processo de conservação de um bem patrimonial – os mesmos atestam a qualidade dos atributos valorativos do bem e são usados no direcionamento das intervenções feitas neste último – e em vista disto, abranger a configuração espacial de um bem no seu processo de conservação, significa submetê-la a avaliações dos seus níveis de integridade e autenticidade. Assim sendo, a proposta do presente trabalho é o de oferecer uma contribuição metodológica para verificação dos níveis de autenticidade e integridade espacial dos edifícios, a fim de tornar mais abrangente e completo o processo de conservação dos bens patrimoniais, através da inclusão da disposição de seus espaços, sendo entendida enquanto objeto passível de ser preservado.

Palavras-chave: espaço da arquitetura; conservação espacial; sintaxe espacial; integridade espacial; autenticidade espacial.

ABSTRACT

The development of a society and the transformation of the way its members think and behave changes how they relate to the space they use. Besides that, the advent of new technologies generates new demands that need to be structured within the environments of existing buildings, so that they can continue to be able to house activities they are intended to carry. Among those, there are the heritage assets, which need, sometimes, to receive new uses to be preserved and to be able to be passed to the future generations. However, most of the time, when those interventions are done, its spatial configuration is not treated with due care, and in this way, the most common practice that exists, within the scope of restorations, is the modification of the internal spatial structures of buildings without taking into account its history and the consequences of these changes. This is due to the fact that space is not adequately addressed by theories in the field of conservation. According to theorist of spatial syntax, space carries, in its configuration, information about the society that produced and uses it. That said, it can be considered a document that can be preserved, as are the material attributes of the building. In this context, it is known the importance that the concepts of integrity and authenticity play within the conservation process of a heritage asset – they attest to the quality of the asset's evaluative attributes and are used in directing the interventions made in them – so, to encompass the spatial configuration of an asset in its conservations process means submitting it to assessments of its integrity and authenticity conditions. Therefore, the purpose of this work is to offer a methodological contribution to verify the conditions of authenticity and spatial integrity of buildings, in order to make the process of conservation of heritage assets more complete, through the inclusion of the disposition of their spaces, being understood as an object that can be preserved.

Keywords: architectural space; spatial conservation; space syntax; spatial integrity spatial authenticity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação dimensão convexa.....	68
Figura 2 – Representação dimensão axial.....	68
Figura 3 – Representação dimensão visual.....	6
Figura 4 – Processo de construção de mapas convexos.....	71
Figura 5 – Fragmentação convexa.....	72
Figura 6 – Processo de construção de grafos justificados.....	73
Figura 7 – Grafo sequencial.....	74
Figura 8 – Grafo anelado.....	74
Figura 9 – Espaços tipo a, b, c, d.....	75
Figura 10 – Grafo setorial.....	77
Figura 11 – Plano do Campus Universitário – 1949.....	82
Figura 12 – Plano do Campus Universitário – 1951.....	82
Figura 13 – Plano do Campus Universitário – 1955.....	83
Figura 14 – Fachada sul Restaurante Universitário – 1957.....	84
Figura 15 – Jornal Universitário – Fevereiro de 1968.....	84
Figura 16 – Jornal Universitário – 1970.....	85
Figura 17 – Jornal Universitário – Junho de 1972.....	85
Figura 18 – Plano do Campus Universitário – 1957.....	86
Figura 19 – Planta baixa Restaurante Universitário – Pavimento térreo – 1957.....	88

Figura 20 – Planta baixa Restaurante Universitário – Pavimento superior – 1957...	88
Figura 21 – R.U. – Salão interno.....	89
Figura 22 – R.U. – Área de distribuição.....	89
Figura 23 – R.U. – Cozinha.....	89
Figura 24 – R.U. – Distribuição.....	89
Figura 25 – Corte transversal – Restaurante Universitário – Plano de 1957.....	90
Figura 26 – Planta baixa pavimento térreo – 1957.....	94
Figura 27 – Planta baixa pavimento superior – 1957.....	95
Figura 28 – Planta baixa pavimento térreo – 1957 – percurso usuários.....	96
Figura 29 – Planta baixa pavimento superior – 1957 – percurso usuários.....	97
Figura 30 – Planta demolido e construído pavimento térreo – 1957/1967.....	98
Figura 31 – Planta demolido e construído pavimento superior 1957/1967.....	98
Figura 32 – Planta baixa pavimento térreo – 1967.....	99
Figura 33 – Planta baixa pavimento superior – 1967.....	99
Figura 34 – Planta demolido e construído pavimento térreo – 1967/1978.....	101
Figura 35 – Planta demolido e construído pavimento superior – 1967/1978.....	101
Figura 36 – Planta baixa pavimento térreo – 1978.....	102
Figura 37 – Planta baixa pavimento superior – 1978.....	102
Figura 38 – Planta demolido e construído pavimento térreo 1978/1984.....	104
Figura 39 – Planta demolido e construído pavimento superior 1978/1984.....	104
Figura 40 – Planta baixa pavimento térreo – 1984.....	105

Figura 41 – Planta baixa pavimento superior – 1984.....	105
Figura 42 – Planta demolido e construído pavimento térreo - 1984/1986.....	107
Figura 43 – Planta demolido e construído pavimento superior – 1984/1986.....	107
Figura 44 – Planta baixa pavimento térreo – 1986.....	108
Figura 45 – Planta baixa pavimento superior – 1986.....	108
Figura 46 – Mapa convexo pavimento térreo e pavimento superior – 1957.....	110
Figura 47 – Grafo justificado sistema geral – 1957 – Acesso usuários.....	111
Figura 48 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1957 – Acesso usuários.....	112
Figura 49 – Grafo justificado sistema geral – 1957 – Espaços tipo.....	113
Figura 50 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1957 – Espaços tipo.....	114
Figura 51 – Grafo setorial justificado sistema geral, pavimento térreo e pavimento superior– 1957.....	115
Figura 52 – Grafo justificado sistema geral – 1957 – Espaços de ocupação x Espaços de transição.....	115
Figura 53 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1957 – Espaços de ocupação x Espaços de transição.....	116
Figura 54 – Mapas convexos pavimento térreo e pavimento superior – 1967 - Acesso usuários.....	118
Figura 55 – Grafo justificado sistema geral – 1967 – Acesso usuários.....	118
Figura 56 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1967 – Acesso usuários.....	119
Figura 57 – Grafo justificado sistema geral – 1967 – Espaços tipo.....	120

Figura 58 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1967 – Espaços tipo.....	121
Figura 59 – Grafo setorial justificado sistema geral, pavimento térreo e pavimento superior – 1967.....	122
Figura 60 – Grafo justificado sistema geral – 1967 – Espaços de ocupação x Espaços de transição.....	122
Figura 61 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1967 – Espaços de ocupação x Espaços de transição.....	123
Figura 62 – Mapa convexo pavimento térreo e pavimento superior – 1978.....	125
Figura 63 – Grafo justificado sistema geral – 1978 – Acesso usuários.....	126
Figura 64 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1978 – Acesso usuários.....	127
Figura 65 – Grafo justificado sistema geral – 1978 – Espaços tipo.....	128
Figura 66 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1978 – Espaços tipo.....	129
Figura 67 – Grafo setorial justificado sistema geral, pavimento térreo e pavimento superior – 1978.....	130
Figura 68 – Grafo justificado sistema geral – 1978 – Espaços de ocupação x Espaços de transição.....	130
Figura 69 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1978 – Espaços de ocupação x Espaços de transição.....	131
Figura 70 – Mapa convexo pavimento térreo e pavimento superior – 1984.....	132
Figura 71 – Grafo justificado sistema geral – 1984 – Acesso usuários.....	133
Figura 72 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1984 - Acesso usuários.....	134
Figura 73 – Grafo justificado sistema geral – 1984 – Espaços tipo.....	135

Figura 74 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1984 – Espaços tipo.....	135
Figura 75 – Grafo setorial justificado sistema geral, pavimento térreo e pavimento superior – 1984.....	136
Figura 76 – Grafo justificado sistema geral – 1984 – Espaços de ocupação x Espaços de transição.....	137
Figura 77 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1984 – Espaços de ocupação X Espaços de transição.....	138
Figura 78 – Mapa convexo pavimento térreo e pavimento superior – 1986.....	139
Figura 79 – Grafo justificado sistema geral – 1986 – Acesso usuários.....	140
Figura 80 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1986 – Acesso usuários.....	140
Figura 81 – Grafo justificado sistema geral – 1986 – Espaços tipo.....	141
Figura 82 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1986 – Espaços tipo.....	142
Figura 83 – Grafo setorial justificado sistema geral, pavimento térreo e pavimento superior – 1986.....	143
Figura 84 – Grafo justificado sistema geral – 1986 – Espaços de ocupação X Espaços de transição.....	143
Figura 85 – Grafo justificado pavimento térreo e pavimento superior – 1986 – Espaços de ocupação X Espaços de transição.....	144
Figura 86 – Planta baixa pavimento térreo – 2017.....	157
Figura 87 – Planta baixa pavimento superior – 2017.....	158
Figura 88 – Planta baixa mezanino pavimento superior – 2017.....	158
Figura 89 – Grafo justificado sistema geral – 2017 – Acesso usuários.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Espaços de ocupação x Espaços de transição	149
Gráfico 2 - Conectividade relativa	150
Gráfico 3 - Espaços de ocupação x Espaços de transição	151
Gráfico 4 - Inteligibilidade.....	152
Gráfico 5 - fator de diferenciação - características genóticas.....	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados gerais - atributos de integridade	110
Tabela 2 - Dados gerais - atributos de autenticidade	146
Tabela 3 - Inequality genotype	153

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	OS EDIFÍCIOS MODERNOS DENTRO DO CAMPO DA CONSERVAÇÃO.....	23
2	O ENTENDIMENTO DE INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE ESPACIAL.....	29
2.1	SOBRE OS CONCEITOS DE INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE.....	30
2.1.1	Definições e histórico.....	31
2.1.2	Ampliando o entendimento acerca dos conceitos.....	36
2.1.3	Questões contemporâneas.....	40
2.2	SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO DA ARQUITETURA.....	42
2.2.1	O espaço e a conservação patrimonial.....	42
2.2.2	O espaço dentro do campo disciplinar da arquitetura.....	46
2.2.3	Espaço enquanto matéria de arquitetura.....	47
2.2.4	O entendimento atual sobre o conceito de espaço.....	49
2.2.5	Características do espaço arquitetônico.....	51
2.3	A TEORIA DA LÓGICA SOCIAL DO ESPAÇO.....	53
2.3.1	Identidade espacial.....	57
2.3.2	Espaço como objeto de interesse de conservação.....	61
3	UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	65
3.1	METODOLOGIA.....	66
3.2	FERRAMENTAS E PROCEDIMENTOS.....	71
3.3	ESTUDO DE CASO.....	81

4	O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.....	92
4.1	ANÁLISE SINTÁTICA.....	93
4.1.1	Avaliação programática e solução arquitetônica.....	93
4.1.2	Atributos de integridade.....	109
4.1.1.1	1957.....	109
4.1.1.2	1957 – 1967.....	117
4.1.1.3	1967 – 1978.....	124
4.1.1.4	1978 – 1984.....	132
4.1.1.5	1984 – 1986.....	139
4.1.2	Atributos de autenticidade.....	145
4.2	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	148
4.3	DE RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO A DINE.....	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	REFERÊNCIAS.....	166

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução do pensamento intelectual e a valorização de fontes que representavam a história das sociedades, algumas edificações passaram a ser consideradas de caráter simbólico e memorial, se tornando, dessa maneira, objetos a serem preservados (JOKILEHTO, 2002; KÜHL, 2009), e sendo entendidos como bens patrimoniais. Tal prática, ao longo do tempo, começou a adquirir conotações teóricas e a congregar estudiosos que delinearão princípios que forneciam diretrizes sobre como e o que preservar dos referidos edifícios (JOKILEHTO, 2002).

Apesar de ser uma disciplina que tem como objetivo principal conformar espaços, a arquitetura sempre foi muito associada a aspectos materiais e tectônicos e isso influenciou diretamente as referidas práticas (KÜHL, 2009). Com isso, a dimensão material se tornou foco das práticas conservativas, ao longo dos anos, tornando negligenciadas as outras dimensões que compõem a obra edificada e que lhe dão caráter, como a espacial, por exemplo (AMORIM, LOUREIRO, 2005, 2007, 2013).

Contudo, argumenta-se que o espaço da arquitetura, quando entendido como parte de um sistema espacial conformado segundo formas de pensar de uma sociedade possuindo, portanto, caráter documental (HILLIER, HANSON, 1984; HILLIER, 2007), deve ser considerado como objeto de interesse de conservação, tomando-se isto como pressuposto desta investigação. Tal argumento foi posto em foco pelos artigos publicados por Luiz Amorim e Claudia Loureiro, no início dos anos 2000, que tinham como objetivo principal defender a necessidade de incluir a dimensão socioespacial nos atributos edilícios elencados como sensíveis às práticas de conservação e propor uma abordagem teórico- metodológica de representação, descrição e análise da configuração espacial de edificações, a ser adotada em processos de apreciação, conservação e restauração de bens patrimoniais (AMORIM, LOUREIRO, 2005, 2007, 2013; AMORIM, LOUREIRO, NASCIMENTO, 2007). É com esse objetivo e dentro do contexto da teoria da conservação que o argumento aqui apresentado se desenvolve.

De tempos em tempos, as sociedades mudam a forma como se relacionam com o espaço que utilizam, por causa do surgimento de novas tecnologias ou de novos comportamentos que requerem, na maioria das vezes, alterações no sistema

espacial dos edifícios, como ampliações ou modificações no arranjo compositivo original, para que as demandas advindas de tais mudanças sejam devidamente acomodadas. Contudo, essas são feitas a qualquer custo, acarretando, na maioria das vezes, na completa desfiguração da ambiência interior. Essa postura é decorrente do entendimento de que edifícios são meros contentores, sem se considerar que suas características espaciais e sociofuncionais documentam e transmitem aspectos da cultura e dos hábitos de determinados grupos sociais. Como consequência, observa-se uma desfiguração do arranjo espacial e, em alguns casos, chega-se ao extremo de todas as paredes internas serem removidas e somente as fachadas e volumetria serem preservadas. Beatriz Kühl (2018) denomina esse fenômeno de *fachadismo*.

Inúmeros são os casos em que se observa a aplicação do *fachadismo*, em pequena ou maior escala, - a criação do vazio. O conjunto Chantecler (AMORIM, LOUREIRO, ALMEIDA, NASCIMENTO, 2006), na cidade do Recife, é um exemplo notório de remoção das suas paredes internas, unindo as quatro edificações que formavam o conjunto, e preservando somente o seu exterior. Outro exemplo que pode ser citado foi a intervenção feita na Estação da Luz em São Paulo, proposta de Paulo Mendes da Rocha, que fez grandes intervenções em seu interior reconstruído pós incêndio que sofreu em 1946, para abrigar o museu da língua portuguesa, negligenciando os arranjos espaciais preexistentes (KÜHL, 2018).

Pode-se assumir que tal conduta, provavelmente, tem procedência com base na prática moderna projetual da planta livre, que mal interpretada pelos profissionais encarregados da adaptação dos edifícios, consideram ser capaz de abrigar alterações de qualquer natureza. Contudo, os exemplos citados acima provam que tais intervenções não são exclusivamente feitas em edifícios do período moderno.

Contudo, apesar de se observar intervenções em bens patrimoniais que seguem a mesma conduta, os especialistas do campo da conservação fundamentam-se numa postura diferente, pregando que a realização de intervenções, se necessárias, tenham sempre o objetivo de transmitir sua significância às gerações futuras (KÜHL, 2018; SILVA, 2012) - entendendo-se aqui, por significância, o conjunto de valores identificados no edifício, julgados serem relevantes o suficiente para serem preservados e, portanto, transmitidos à posteridade (SILVA, 2012).

Esse tipo de posicionamento começou a ser delineado a partir de meados do século XVIII, quando começa a se entender que as edificações preexistentes eram de interesse para a cultura, e deveriam servir a fins educativos através da preservação¹ dos seus aspectos históricos, memoriais e simbólicos. Antes disso, as intervenções realizadas eram feitas para adaptá-las às necessidades da época, e geralmente tinham cunho pragmático com objetivo de atender às exigências de uso (KÜHL, 2018; DINIZ, 2009).

Desde então, houve o desenvolvimento dos preceitos teóricos, culminando na Carta de Veneza de 1964, que ampliou o entendimento acerca do conceito de monumento histórico e lançou as bases teóricas de direcionamento para sua manutenção e restauro. Segundo ela,

“ Artigo 1º - a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural, que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 2º - A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

Artigo 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. (CARTA DE VENEZA, 1964)

Ou seja, a Carta define que qualquer edificação que venha representar o testemunho de uma época, pode vir a ser considerada como monumento histórico e que a sua preservação deve ter como objetivo primeiro a proteção desse testemunho, e que, portanto, o uso designado a ser comportado pelo bem deve ser um meio para sua conservação, e não um fim. Isto é, o uso não pode ser a finalidade da restauração,

¹ Os termos “preservação” e “conservação” serão entendidos e usados como sinônimos no decorrer do trabalho.

mas um meio através do qual o bem possa seguir transmitindo sua significância. Entender o uso como finalidade, significa tratar o bem patrimonial como um mero receptáculo, desconsiderando a história que ele documenta em seu interior (KÜHL, 2018).

Com isso não se pretende negar a importância da introdução de novos usos em edificações histórica - nenhum especialista o faz, pelo contrário, ele é visto como algo fundamental para a sua manutenção e preservação, pois, sem uso, uma edificação torna-se destinada a entrar em estado de ruína. Também não é sobre congelar o edifício no tempo, não permitindo nenhuma alteração, ou ainda voltar a um estado anterior, considerado conveniente, pois entende-se que o objeto arquitetônico, desde o momento de sua concepção e construção, se encontra sempre em um ambiente de impermanência (KÜHL, 2018; DINIZ, 2009), sujeito às mais diversas alterações advindas das novas demandas que surgem a partir de uma diversidade de origens: novas descobertas e evoluções tecnológicas, como já mencionado, por exemplo, que fazem com que as pessoas se relacionem de forma diferente com o espaço que usam, demandando, dessa maneira, adaptações.

Em vista disso, o edifício preexistente, seja ele de caráter patrimonial ou não, precisa estar inserido em um contexto de continuidade que acolha mudanças e alterações (LIRA, 2020). No entanto, sugere-se, essas devem ser feitas de forma a serem adequadas e compatíveis com a configuração espacial preexistente, a qual é parte integrante da identidade do edifício e, portanto, também portadora da sua história. Além disso, o bem não pode ser alienado da própria realidade, isto é, o novo uso deve desempenhar uma função social, atendendo à comunidade que o utiliza, e não pode ser somente nominalmente compatível com a função anterior, como exemplifica Kühl (2009): não é porque um edifício suportava uma atividade cultural que qualquer outra atividade cultural vai ser adequada a nele se instalar.

Isto posto, tem-se, portanto, que as motivações de um projeto de restauro de um bem patrimonial devem ter como motivação primeira, a preservação dos seus valores e significância em vista da sua transmissão para as gerações futuras, por se entender que, uma vez identificado como bem patrimonial, ou seja, objeto arquitetônico a ser preservado, ele porta características físicas e espaciais que contam uma história expressa por meio das diversas camadas temporais que comporta. Tal ação conservativa deve se valer dos princípios teóricos existentes para

embasar as intervenções propostas e as diretrizes de manutenção, além de se utilizar do caráter multidisciplinar da restauração, envolvendo os diversos agentes que garantem a preservação de todos os aspectos e dimensões que conferem identidade à obra (KÜHL, 2018; SILVA, 2012). É importante destacar, no entanto, que isso não significa que o projeto de restauro não conceda espaço para o projeto do novo - mas é necessário estabelecer uma dialética entre o projeto do novo e a preservação do antigo (CALABRESI, 2018; LIRA, 2020), para que dessa maneira o segundo possa comunicar seus valores sem ser ofuscado pelo primeiro. É necessário que a intenção projetual original esteja explícita, principalmente quando se trata da conservação de edifícios modernos (SAINT, 1996; PRUDON, 2008).

1.1 OS EDIFÍCIOS MODERNOS DENTRO DO CAMPO DA CONSERVAÇÃO

A arquitetura moderna surgiu em meio a um período marcado pelo advento de muitas mudanças e inovações que modificaram o modo de viver das pessoas. As tecnologias trazidas pela revolução industrial permitiram novas formas de pensar e projetar o espaço arquitetônico, proporcionando aos arquitetos modernos uma nova forma de lidar com o mesmo. A liberação das paredes de suas funções estruturais, configurando a planta livre, fez com que os espaços internos se tornassem muito mais fluidos, em determinadas vertentes do modernismo; e a fachada livre possibilitou, com os extensos panos de vidro, uma nova relação visual entre interior e exterior, estabelecendo uma qualidade de continuidade e extensão, antes não existente (DINIZ, 2009; BIERRENBACH, 2017).

Por esse motivo, tanto os edifícios modernos como as configurações espaciais do passado começaram a se tornar objetos de interesse de conservação. Contudo, apesar de reconhecida a importância da preservação dos primeiros, ainda existem algumas dificuldades concernentes ao seu resguardo. A primeira que pode ser citada é relativa ao curto distanciamento temporal que existe - por ser percebida como uma arquitetura ainda muito recente e, geralmente, não possuir características que façam com que ela seja entendida como antiga e não contemporânea (SAINT, 1996; KÜHL, 2018; ROCHA, 2011). Por não apresentar valor de ancianidade, não costuma ser reconhecida como objeto digno de ser conservado, notadamente entre leigos, pois,

compreendem que os edifícios antigos merecem ser preservados, talvez por esses serem mais raros, o que nos leva ao segundo ponto descrito a seguir.

Por apresentar um grande estoque edificado, decorrente das facilidades construtivas trazidas pela revolução industrial e pela expansão econômica proporcionada pelo capitalismo, o caráter de raridade, tido por arquiteturas mais antigas, se perde e os profissionais dedicados ao campo da conservação se encontram diante do dilema “o que preservar?”, pois, obviamente não se pode e nem se pretende preservar absolutamente tudo. Mas então, como escolher o que é relevante ou não? (SAINT, 1996; KINDRED, 2007; PRUDON, 2008; KÜHL, 2018, DINIZ, 2009). Tais perguntas só podem ser respondidas a partir do exame crítico das obras julgadas com potencial para conservação, realizado entre especialistas e usuários, conjuntamente, uma vez que reconhecida sua significância.

Todavia, levando-se isso em conta, um outro ponto deve ser levantado: a partir desse grande estoque construído, a arquitetura moderna passou a fazer parte integral da paisagem urbana, e a compor mais uma de suas diversas camadas temporais. Isto posto, não se pode preservar somente um exemplar de cada coisa, mas faz-se necessário identificar e salvaguardar os conjuntos modernos edificados que contribuíram para a história das cidades e que interferem em suas dinâmicas, seja de forma ativa ou não, pois, para além dos aspectos históricos que se pretende resguardar, deve-se pensar de uma maneira sustentável o reaproveitamento desses espaços, que por vezes tomam vastos territórios urbanos e periurbanos (KINDRED, 2007; PRUDON, 2008; KÜHL, 2018, DINIZ, 2009). Isto é, construir, por si só, é uma atividade dispendiosa, tanto em termos econômicos, quanto materiais, e conservar, portanto, significa economizar meios e recursos naturais. Além disso, o tombamento de conjuntos facilita o entendimento das dinâmicas sociofuncionais que eles suportaram em determinado momento e que podem voltar a acomodar através de novas funções compatíveis com sua configuração espacial. - mais uma vez, para ilustrar o que foi explanado acima, pode-se citar a exemplificação de Kühl (2009), quando ela diz:

Ninguém pretenderia assegurar a preservação da biodiversidade conservando apenas um indivíduo de cada espécie de uma floresta. Esses exemplares não fariam sentido desarticulados, transmitiriam informações e valores de forma

falha, não poderiam ser lidos e entendidos de modo adequado e teriam sua sobrevivência comprometida numa realidade completamente alheia à sua. (KÜHL, 2018, P.126-127)

O mesmo argumento pode ser utilizado para conjuntos arquitetônicos edificados - eles fazem sentido quando são apreendidos enquanto parte do mesmo complexo, uma vez que foram pensados para desempenhar determinadas funções que previam a espacialização construída.

Outro fator entendido como uma dificuldade para a conservação da arquitetura moderna é referente a especificidade dos seus edifícios (PRUDON, 2008; KÜHL, 2018; MACDONALD, 2009), como o sanatório Zonnestraal, por exemplo, na Holanda, que foi construído para atender a pacientes tuberculosos, porém, com o surgimento e a disseminação de antibióticos, perdeu sua função (PRUDON, 2008). Alguns autores argumentam existir dificuldades para abrigar usos distintos dos originais, porém, esse é um argumento que não se sustenta, pois, independente de ser moderno ou não, qualquer edifício que precisa ser restaurado para abrigar um novo uso, passa pela mesma dificuldade de readaptação.

Juntamente a todos os pontos mencionados acima, ainda existem as diversas posturas que lidam de formas diferentes com o objeto moderno. Quatro são identificadas por Ana Bierrenbach (2017), quais sejam: o restauro dos conceitos, o restauro dos significados, o restauro da matéria e o restauro da matéria e das imagens. Cada qual pautando-se na discussão sobre autenticidade, interpreta de forma diferente o que deve ser conservado em uma obra de arquitetura moderna.

Os adeptos da linha de pensamento do restauro dos conceitos defendem que a arquitetura moderna possui características específicas e pregam que as intervenções de restauração devem ser feitas visando a preservação dos seus conceitos (BIERRENBACH, 2017), que para os teóricos defensores dessa postura, é onde sua autenticidade está contida. Isto é, a sua autenticidade está depositada nas ideias primordiais do arquiteto e seu projeto, e essas são as que precisam ser preservadas ou retomadas para que se tenha uma adequada conservação do bem. Para tanto, se utilizam das fontes primárias - dos projetos originais - para pautar as decisões projetuais de intervenção, que deve ser retomado com o mínimo de

transformações. Com isso, autorizam cópias sem que isso se configure como um falso histórico, e ademais, pautam-se no que consideram o caráter transitório da arquitetura moderna, por essas serem construídas com peças seriadas provenientes da produção industrial, para fazer a substituição de peças danificadas, pois não estariam alterando, dessa maneira, o conceito do edifício e logo, não estariam interferindo na sua autenticidade. Com relação ao valor de uso, demonstram certa resistência a alterações, mas entendem que para continuar funcionando, o edifício precisa ser modificado para acomodar novas demandas. No entanto, essas não devem alterar a forma primordial do mesmo (BIERRENBACH, 2017).

Já os teóricos adeptos da segunda linha de pensamento, o restauro dos significados, não estão interessados nos conceitos que orientam a conformação do edifício, mas acreditam que suas características principais podem ser encontradas em qualquer camada temporal que porta, desde que representem intervenções significativas, e com isso, acreditam que os projetos originais devem servir como material de consulta para projetos de intervenção, uma vez que podem revelar as referidas características. Nesse sentido, a substituição de peças também não é um problema, porque a autenticidade do edifício não estaria na matéria, e desse modo, defendem que as intervenções devem ser irreconhecíveis, se fundindo com o original. Segundo Marconi, seu maior representante, “o restauro dos edifícios modernos deve, portanto, restituir as suas estabilidades e durabilidades, mantendo ou restabelecendo suas mensagens, para garantir a transmissão da unidade do seu caráter semântico.” (MARCONI *apud* BIERRENBACH, 2017, p.145) Consideram que o valor de uso é importante para a continuidade e sobrevivência do edifício, mas que esse deve ser compatível com as características significantes identificadas (BIERRENBACH, 2017).

Com relação ao terceiro grupo - o restauro da matéria -, entendem que não existe uma especificidade para o restauro da arquitetura moderna, e que ela deve ser tratada como a de qualquer outra época. Com isso, acreditam que a autenticidade se concentra na matéria do edifício, pois é através dela que suas características são transmitidas. Não acreditam, dessa forma, que a autenticidade possa ser encontrada nos projetos originais dos edifícios, pois alegam que durante a obra, muitas coisas são construídas diferente dos projetos. Esses são fontes de consulta, mas a fonte prioritária deve ser a própria obra. Apesar de entenderem que a arquitetura moderna não deve ser tratada diferente da arquitetura de outras épocas, consideram que a

primeira possui certas especificidades, e com isso, defendem que não se deve procurar reconstituir sua imagem original, mas se deve cuidadosamente atualizá-la, o que pode ter diferentes entendimentos a partir do momento que se decide intervir. Com relação ao valor de uso, consideram que ele deve ser compatível e respeitar as características históricas da edificação (BIERRENBACH, 2017).

Finalmente, o quarto grupo - o restauro da matéria e das imagens - também aponta que a autenticidade está na matéria, através da qual se transmite a imagem arquitetônica. Prezam, portanto, por ela para que possa “continuar possibilitando a difusão de informações e a formulação de interrogações, interpretações e fruições.” (BIERRENBACH, 2017, p.150). Derivada de uma vertente devedora do pensamento de Brandi (1963) que será descrito mais a frente, a autenticidade, para eles, está contida nas principais características imagéticas e nas marcas do tempo deixadas ao longo de toda a sua existência (BIERRENBACH, 2017). Com isso, defendem que o valor de uso não interfira na imagem da obra.

Em suma, apesar de todas as dificuldades expostas, o patrimônio moderno representa um importante testemunho histórico - de um período de muitas transformações, as quais se traduziram no modo de fazer arquitetura e de pensar o espaço - que, portanto, deve ser preservado.

Ao se decidir conservar algo, seja um objeto artístico, uma edificação arquitetônica ou uma paisagem histórica, deve-se, - seguindo os princípios teóricos estabelecidos ao longo da história da disciplina da conservação e posteriormente dispostos nas cartas patrimoniais - identificar os valores do bem em questão, delinear sua significância e atestar suas condições de integridade e autenticidade.

A partir desse entendimento, se as obras da arquitetura moderna são consideradas como dignas de serem preservadas, como constatado acima, e entendendo que elas apresentam uma relação diferente com o espaço da arquitetura, depois de identificados os valores que porta, faz-se necessário julgar as condições de integridade e autenticidade de todos os seus aspectos identitários, inclusive de sua dimensão espacial, uma vez que essas são condições qualificadoras que direcionam as decisões de intervenção e manutenção nas obras.

Nesse contexto, a presente dissertação tem como objetivo principal desenvolver um método de análise das condições de integridade e autenticidade

espacial, usando um edifício moderno como estudo de caso, e para tanto, se divide em três capítulos, nos quais se tratam, a se saber: no *capítulo primeiro* se explicita a teoria que embasa o estudo e desenvolvimento da metodologia referida. Inicia-se pelo esclarecimento dos conceitos de integridade e autenticidade - como esses foram delineados ao longo do tempo, como são percebidos atualmente e como serão adotados na investigação. Segue-se da explanação do que significa o conceito de espaço no âmbito da arquitetura, como se difere do conceito de espacialidade e como é entendido a partir da perspectiva da Teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER, HANSON, 1984) e porque deve ser entendido enquanto objeto de interesse de conservação (AMORIM, LOUREIRO, 2005, 2007, 2013; AMORIM, LOUREIRO, NASCIMENTO, 2007). Finalmente define-se o que seria entendido por integridade e autenticidade espacial.

No *capítulo segundo*, apresentam-se os processos metodológicos desenvolvidos e as ferramentas a serem utilizadas. O estudo de caso, o edifício sede do Restaurante Universitário da Universidade do Recife, projeto do arquiteto italiano Fillipo Mellia, de 1957, é introduzido e caracterizado.

No *capítulo terceiro*, faz-se a aplicação da metodologia proposta, observando-se a análise das mudanças feitas nos planos do objeto de estudo, ao longo dos anos, identificando-se os atributos espaciais a serem preservados para manter sua identidade, além de verificar suas condições de integridade e autenticidade espacial, depois da mudança de uso que sofreu e suas conseqüentes alterações.

E por fim, chega-se às conclusões finais, delineando-se os possíveis caminhos que o presente trabalho pode tomar, futuramente.

2 O ENTENDIMENTO DE INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE ESPACIAL

O presente capítulo discute os conceitos de integridade e autenticidade no âmbito da conservação patrimonial, esclarece a percepção acerca do conceito de espaço no campo da arquitetura, para, dessa maneira, delinear o entendimento do que seria integridade e autenticidade espacial.

Para tanto, faz uma retrospectiva da construção dos conceitos de integridade e autenticidade, observando como evoluíram a partir do pensamento dos teóricos da conservação, desde o Séc. XIX até os dias atuais, com base na discussão proposta nas teses de doutorado de Flaviana Lira (2009) e Rosane Piccolo (2016), sobre autenticidade e integridade, respectivamente. Em seguida, expõe a visão ampliada de três autores - Jukka Jokilehto (2006), Herb Stovel (2007) e Silvio Zancheti (2013) - relativas aos referidos conceitos, no intuito de expandir seu entendimento da dimensão espacial; e situa a linha de pesquisa do trabalho em relação às posturas contemporâneas de restauro.

Logo após, discursa sobre o entendimento do conceito de espaço no campo da conservação, a partir da revisão das principais cartas patrimoniais, estabelecendo a diferença entre seu conceito e o de espacialidade, com o auxílio das visões da geografia e da fenomenologia. Para então delimitar a percepção do conceito de espaço dentro do âmbito disciplinar da arquitetura, a partir da visão de três autores - Giulio Carlo Argan (1966), Evaldo Coutinho (1977) e Bruno Zevi (1979,1996); e associá-la à Teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER, HANSON 1984; HILLIER, HANSON, GRAHAM, 1987; HILLIER, PENN, 1991; HANSON, 1998 HILLIER, 2007), com o objetivo de delinear o entendimento do que seria integridade e autenticidade espacial.

2.1 SOBRE OS CONCEITOS DE INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE

Integridade e autenticidade são dois conceitos que se tornaram familiares a todos os profissionais que trabalham no campo da conservação, e são entendidos por esses como conceitos que classificam os bens patrimoniais como adequados ou não para serem inscritos na Lista de Bens Patrimoniais Mundiais da UNESCO. Contudo, apesar de familiarizados com os conceitos, ainda existe muita confusão acerca dos seus respectivos entendimentos ou são considerados como uma só noção. Apesar disso, é importante destacar que são distintos e que cumprem funções diferentes, mas complementares, no processo de conservação de edifícios históricos.

Os termos integridade e autenticidade aparecem pela primeira vez em um documento doutrinário na Carta de Veneza (1964).

O conceito de integridade só começou a ser aplicado ao patrimônio natural no ano de 1977, e ao patrimônio cultural, em 2005, e só foi formalmente conceituado por especialistas, pela primeira vez, em março de 2002 (PICCOLO, 2016; STOVEL, 2007; ZANCHETI, 2013). Já o conceito de autenticidade, depois da Carta de Veneza, se tornou, em 1978, uma exigência da UNESCO para que os bens fossem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, como um atributo presente ou não, identificado através do “teste de autenticidade” verificado por meio dos seguintes critérios: desenho, material, técnicas construtivas e entorno (JOKILEHTO, 2006). Em 1994, houve a consolidação do seu entendimento vigente na Conferência de Nara, mas foi somente em 2005 que a UNESCO incluiu em seu Guia Operacional do Patrimônio Mundial (2005) os critérios nela definidos - uso, função, espírito e sentimento e outros fatores internos e externos (LIRA, RIBEIRO, 2012; LIRA, 2009, 2020; JOKILEHTO, 2006).

Nesse contexto, enquanto conceituações tão recentes, pode-se entender o motivo de tantas confusões acerca dos termos. Contudo, faz-se necessário destacar, mais uma vez, que apesar de muito imbricados e, no geral, apreendidos como uma só noção, cada um deles desempenha um papel fundamental no processo de conservação dos bens patrimoniais enquanto condições qualificadoras desses, e devem ser entendidos em seus todos individuais.

2.1.1 Definições e histórico

De modo geral, o conceito de integridade sempre é associado à noção de inteireza, e é assim que é entendido nos dias atuais. Segundo a etimologia da palavra, o termo latino *integritás* ou *integritat* deriva do vocábulo *interger*, formado pelo prefixo *in* – que significa ‘não’ – e *tangere* – que significa ‘tocar’ (PICCOLO, 2016), ou seja, não tocar ou não tocado. Segundo Piccolo (2016), ser íntegro é estar em plena posse de suas propriedades, é algo que continua sendo o que “deveria” ser, passível de mudança ou adulteração tanto no aspecto físico, quanto no não material.

Por sua vez, o conceito de autenticidade sempre esteve relacionado à noção de verdade. Em sua etimologia, o conceito aparece como o substrato do que é autêntico, e este refere-se ao que é real, verdadeiro, legítimo, genuíno (LIRA, 2009; LIRA, RIBEIRO, 2012; JOKILEHTO, 2006). Pode-se associá-lo tanto aos aspectos materiais de um objeto, quanto à sua proveniência (GALLOIS, 2019; JOKILEHTO, 2006), ou seja, um artefato pode se provar autêntico desde que sua origem seja comprovada em termos do substrato da matéria que o compõe e/ou de que ele passou pelo processo criativo de seu criador.

Conceitos, tais como os referidos, podem assumir outras acepções de acordo com o pensamento de cada época. No decurso dos anos, a palavra “integridade” já teve muitas conotações, mas sempre remeteram a um estado não adulterado e/ou ideal. Contudo, apesar disso, sempre apresentou um sentido positivo, indicando um estado a ser mantido ou desejado (PICCOLO, 2016). Já com relação à autenticidade, essa que sempre teve seu significado atrelado à noção de verdade, como mencionado acima, se apresentaria em estado ideal se estivesse comprovada enquanto atributo presente no bem, isto é, que este fosse e se mantivesse genuíno enquanto obra de arte (LIRA, 2009; JOKILEHTO, 2006). Porém, esse estado ideal não seria necessariamente o estado original, e a depender do período, essa busca pelo estado ideal poderia significar a criação ou recriação da integridade, através de acréscimos ou remoções de atributos do bem, mesmo que isso significasse a perda de autenticidade deste, uma vez que o entendimento do que era genuíno também era relativo e podia mudar de acordo com o período no qual estivesse sendo avaliado.

Isso pode ser mais bem compreendido ao se observar as posturas dos diferentes teóricos da conservação ao longo do tempo. Rosane Piccolo (2016) e

Flaviana Lira (2009) trazem, em suas teses de doutorado, a visão de alguns autores sobre o tema, tendo, a primeira, o recorte da integridade, e a segunda, o da autenticidade.

Para John Ruskin, a integridade de um objeto era medida pela relação entre o tempo e a materialidade, isto é, quanto maior fosse a capacidade do edifício de exibir informações de diversas camadas temporais a partir da sua constituição física, maior seria sua integridade. Com isso, defendia a não intervenção nas obras de arte, pois a ação do tempo fazia parte do seu ciclo de vida que tinha início, meio e fim (PICCOLO, 2016). A ideia de autenticidade, para Ruskin, se expressava também através da matéria do edifício, que não deveria ser tocada e seu substrato original não deveria ser alterado, pois, o que importava para ele era que o modo como o edifício tinha sido proposto e construído originalmente fosse transmitido às gerações futuras (LIRA, 2009).

Já para Viollet-le-Duc, seu contemporâneo, a integridade significava deixar o bem em um modelo ideal de concepção de projeto, em concordância com um estilo arquitetônico – com isso, as marcas do tempo serviam mais como guias na construção da referência para o restauro, do que um fator determinante no julgamento da integridade do bem. A busca por esse estado ideal levava o arquiteto a fazer intervenções no bem que podiam nunca terem sido idealizadas no projeto original – se configurava como uma busca por completude (PICCOLO, 2016) a qual ele entendia também como o desvendar da verdade do edifício (LIRA, 2009).

Por sua vez, Camillo Boito defendia que a restauração arquitetônica visava a melhoria da condição física dos atributos valorativos do objeto, ou seja, da sua integridade. Boito faz a ponte entre os dois autores anteriores quando assume essa melhoria da condição física – como Le-Duc – sem negar que as marcas do tempo faziam parte do objeto enquanto documento histórico e obra de arte – como Ruskin. Ou seja, defendia a intervenção, porém respeitando a história que o objeto carregava através das marcas do tempo, isto é, entendia que as alterações faziam parte do inteiro da obra, mas que os acréscimos deveriam ser reconhecíveis, garantindo a inteligibilidade da mesma, ou seja, garantindo sua autenticidade (LIRA, 2009; PICCOLO, 2016).

Já Max Dvorák aborda o tema através de um ponto de vista diferente dos outros autores - para ele, a integridade ia além da matéria e abrangia a relação entre lugar e objeto, ou seja, se uma obra de arte fosse removida do seu lugar de origem, já havia uma perda de integridade com essa ação, pois o lugar fazia parte do inteiro da mesma (PICCOLO, 2016).

Gustavo Giovannoni assumia que a obra a ser preservada estava sujeita a modificações no decurso do tempo e a integridade englobava essas mudanças estratificadas (PICCOLO, 2016).

Alois Riegl, por sua vez, em consonância com Giovannoni, não se apegava ao estado original do objeto, mas dava maior importância aos valores atribuídos ao bem no momento presente do restauro, relacionando a integridade a cada um deles, isto é, cada valor atribuído ao bem demandava um nível de integridade diferente, de acordo com a importância que os mesmos tinham, relativos a percepção dos sujeitos (PICCOLO, 2016).

Por fim, Cesare Brandi, entendia a integridade como uma qualidade relacionada diretamente às instâncias histórica e estética da obra de arte, as quais eram expressas por meio da matéria. Ou seja, para o autor, a integridade era relacionada, principalmente, à matéria física do objeto, pois se conformava como o veículo de comunicação da imagem como um inteiro para o sujeito (PICCOLO, 2016). Além disso, ele entendia a obra como única e autorreferente, e qualquer julgamento sobre sua genuinidade deveria ser feita em relação à própria obra, abarcando todas as camadas temporais que ela abrigava (LIRA, 2009).

Como se pode observar, apesar de mudarem ao longo do tempo e de serem tão diversas, a ideia de inteireza sempre esteve associada, de uma forma ou de outra, a noção de integridade; e a ideia de verdade, à de autenticidade. Comumente falando, quando um objeto não é autêntico significa que ele ou é uma cópia, ou perdeu sua autenticidade por causa de acréscimos ou remoções indevidas; e quando um objeto não está íntegro, significa que ele está danificado, isto é, apresenta danos. Contudo, não é claro o que é considerado dano ou perda, e como todo e qualquer objeto está sujeito a alterações advindas da passagem do tempo – sejam elas feitas pelo homem ou por forças naturais, os conceitos, tal qual são entendidos hoje, admitem tais

mudanças, isto é, admitem que as alterações ocasionadas ao longo do tempo fazem parte do inteiro da obra de arte.

Todas as posturas mencionadas acima são interpretações dos discursos dos autores citados, pois, apesar de parecerem antigos, os conceitos de integridade e autenticidade aparecem pela primeira vez em um documento doutrinário na Carta de Veneza de 1964, como referido, a partir da qual tiveram suas conceituações delineadas até serem incluídas no Guia Operacional de Patrimônio Mundial da UNESCO.

Em um âmbito global, a UNESCO é a instituição que direciona a evolução dos diversos conceitos que regem os processos de preservação patrimonial, tais quais as noções de: integridade, autenticidade, restauro, conservação, etc. (LIRA, RIBEIRO, 2012). Contudo, essa evolução conceitual é uma via de mão dupla, uma vez que é a partir dos diversos entendimentos desses conceitos que o seu desenvolvimento acontece, principalmente no embate teórico entre pensadores do campo em encontros promovidos pela UNESCO, que resultam nos documentos oficiais – nas cartas patrimoniais, por exemplo, as quais servem de guia para os diversos países na condução das suas políticas de conservação.

Enquanto instituição global, a UNESCO preza por preservar os bens que ela considera ter o que chama de valor excepcional universal, que são bens patrimoniais relevantes do ponto de vista antropológico, histórico, estético e científico, e significativos para a humanidade. Tais bens, para serem inscritos na lista de patrimônio mundial, devem atender as noções de integridade e autenticidade (JOKILEHTO, 2006; SILVA, 2012).

Contudo, não são todos os edifícios históricos que são considerados mundialmente significantes para entrar na lista de patrimônios mundiais. Em sua grande maioria, eles têm significância para uma cultura, uma nação ou uma localidade. Porém, os conceitos delineados pela UNESCO podem e devem ser aplicados aos processos de conservação de bens patrimoniais, independente do grau do seu reconhecimento, uma vez que é ela que baliza e direciona sua aplicação, baseado na discussão de pensadores de diversos países, como mencionado. Isto é, os conceitos em nível global, são elaborados a partir de reflexões de nível local,

expressados através dos intelectuais que contribuem para a discussão de sua construção.

No que concerne ao conceito de integridade, este foi definido pela UNESCO como se segue:

A integridade é a medida de inteireza e da intactibilidade do patrimônio natural e/ou cultural e dos seus atributos. Examinar as condições de integridade, portanto, requer avaliar se: o bem inclui todos os elementos necessários para expressar seu valor excepcional universal; se o bem é de tamanho adequado para assegurar a completa representação das características e dos processos que conduzem a sua significância; se o bem foi adversamente afetado pelo desenvolvimento e/ou pela negligência. (UNESCO, 2005, PARAGRAPH 88).

E o conceito de autenticidade, da seguinte maneira:

Dependendo do tipo de bem patrimonial e do seu contexto cultural, o mesmo é considerado autêntico caso seus valores sejam verdadeiros e genuinamente expressados através de uma variedade de atributos, como:

- Forma e concepção;
- Material e substância;
- Uso e função;
- Tradições e técnicas;
- Locação e ambiência;
- Linguagem e outras formas de bens intangíveis;
- Espírito e sentimento;
- Outros fatores internos e externos. (UNESCO, 2005, PARAGRAPH 82).

Ou seja, segundo a UNESCO, o patrimônio cultural – que deve ser íntegro, autêntico e portar significância mundialmente reconhecida - é íntegro quanto mais inteiro for e quando essa inteireza estiver livre de ameaças que alterem a expressão do seu valor excepcional universal, e é autêntico quando sua genuinidade se prova através da expressão de uma variedade de atributos.

Para se chegar a essas definições, um longo caminho foi percorrido, permeado de problemas conceituais que até hoje não foram superados. Com relação a autenticidade, por exemplo, ela, geralmente, é associada a um estado original e permanente do artefato (STOVEL, 2007; GALLOIS, 2019), ou é tratada como um conceito absoluto que está presente ou não nele (STOVEL, 2007). Essa divergência tem como origem o contexto jurídico do qual a palavra 'autenticidade' foi extraída, onde as criações possuem um caráter mais permanente (GALLOIS, 2019). A transposição da palavra para o campo da conservação foi feita de forma acrítica, segundo Choay (CHOAY, 1995 *apud* GALLOIS, 2019), não se levando em

consideração as especificidades dos objetos a serem avaliados. Contudo, como já discutido, o bem enquanto objeto feito e utilizado pelo homem está sujeito à alterações e mudanças ocasionadas por ações antrópicas e naturais, as quais, à medida que vão se sedimentando, passam a fazer parte do seu inteiro, e com isso, a autenticidade não pode ser um critério rígido uma vez que o caráter dos bens patrimoniais é de impermanência.

Além disso, com o passar dos anos e em face a bens patrimoniais de diferentes culturas, percebeu-se que a autenticidade, tal qual era entendida nos primórdios da sua inserção no campo da conservação, era uma ideia ocidental muito focada no objeto em si e na sua materialidade (GALLOIS, 2019). Esse foi um dos motivos que impulsionaram a realização da Conferência de Nara de 1994, pois, entendeu-se que a depender do contexto cultural onde o bem estivesse inserido, a percepção em relação ao que tornaria o bem autêntico ou não seria diferente e poderia abranger aspectos que iam além da matéria - ela podia estar presente no saber-fazer construtivo, no modo de conservar, no modo como as pessoas se relacionavam com o bem etc. Foi a partir disso, então, que os novos critérios foram adicionados, no intuito de abranger o entendimento da autenticidade para além da matéria (JOKILEHTO, 2006; LIRA, 2009; LIRA, RIBEIRO, 2012; LIRA, 2020).

Assim como o conceito de autenticidade, o conceito de integridade também sempre esteve muito relacionado aos aspectos materiais dos bens patrimoniais, e na tentativa de tornar esses conceitos mais claros e aprofundados, alguns autores, ao longo dos anos, procuraram expandir essa visão da UNESCO.

2.1.2 Ampliando o entendimento acerca dos conceitos

Jukka Jokilehto (2006) observa que o conceito de patrimônio cultural evoluiu nas décadas recentes abrangendo seus aspectos sociofuncionais, para além dos aspectos físicos e materiais da obra. Isto é, os modos de viver e as dinâmicas sociais desempenhadas em um lugar que possui caráter patrimonial e/ou histórico são parte fundamental da essência local e contribuem para suas qualidades valorativas, às quais, segundo ele, devem estar, necessariamente, a integridade e a autenticidade do bem relacionado. Ele diz que:

Quanto mais uma obra representa uma contribuição criativa e inovativa, mais verdadeira e autêntica ela é. A preservação da obra acontece através do conhecimento da sua verdade, e pode acontecer em diferentes níveis de escopo, constância e lucidez. Mesmo que a obra tenha perdido sua função original, ela ainda oferece uma lembrança desta, que continua a estabelecer significância no presente. A conservação de uma obra, portanto, é um processo que requer entendimento e apreciação do mundo de significâncias dela e não se limita somente ao seu aspecto material. (JOKILEHTO, 2006, p.5).

Com isso, Jokilehto (2006) expande o conceito de integridade e autenticidade afirmando que a significância dos bens aumenta com a consolidação dos seus valores, a partir do exame da integridade e autenticidade sociofuncional do local. Isto é, ele expande o conceito de integridade destrinchando-o em três frentes: integridade sociofuncional, integridade estrutural e integridade visual. E faz o mesmo com o conceito de autenticidade, destrinchando-o em: autenticidade criativa, autenticidade material e autenticidade sociocultural – as quais devem ser analisadas em conjunto.

A integridade sociofuncional abrange a identificação das dinâmicas e processos que se desenvolveram no local – as interações sociais, a utilização de recursos naturais e o movimento de pessoas. Já a integridade estrutural se relaciona com a identificação espacial dos elementos que serviram de suporte a essas funções, ou seja, as que as documentaram, e que permaneceram ao longo do tempo, através da sua história – isto é, as estruturas físicas que conformaram os espaços das edificações e dos conjuntos edificados. E a integridade visual, por sua vez, ajuda a definir os aspectos estéticos representados pela área (JOKILEHTO, 2006).

A autenticidade criativa se refere ao processo mental do autor que resulta na materialização do artefato. É esse processo que confere personalidade à obra de arte e que a diferencia de réplicas, pois essas não passam pelo mesmo processo. Ela também representa os tipos de construção que se tornam característicos de uma sociedade a partir da forma como são construídos, se tornando representantes de uma tipologia específica. A autenticidade material, como o nome já diz, se refere aos aspectos consubstanciais da obra e são avaliados por meio de processos arqueológicos e fontes históricas. E a autenticidade sociocultural abarca os aspectos imateriais que tangem o bem, isto é, a forma como o bem se torna parte da identidade cultural da sociedade na qual está inserido, que se expressa por meio de como as

peças se relacionam com ele, a forma como ele foi construído - as informações do saber fazer construtivo que ele guarda, os rituais e tradições aos quais ele serve de suporte etc. (JOKILEHTO, 2006).

Com isso o autor defende que é a partir desse sistema, analisado conjuntamente, que os valores associados ao bem serão preservados, e não somente considerando uma faceta, como se faz quando se privilegiam atributos estéticos e materiais.

Já Herb Stovel (2007), a partir das definições de integridade e autenticidade da UNESCO, destaca que existem duas ideias inerentes aos dois conceitos: a habilidade de transmitir a significância, por meio da noção de autenticidade e integridade, uma vez que seus atributos sejam verdadeiros e estejam inteiros; e a habilidade de sustentá-la através do tempo, por meio da noção de integridade, uma vez que o bem esteja e permaneça intacto (STOVEL, 2007).

Nesse sentido, por causa dos problemas conceituais mencionados anteriormente, Stovel (2007) propõe um novo sistema de análise baseado nessas duas ideias - transmitir e sustentar a significância através do tempo - a partir da observação de seis atributos derivados dos conceitos de integridade e autenticidade - inteireza, intactibilidade, genuinidade do material, genuinidade da organização da forma e espaço, continuidade da função e, continuidade da ambiência - relacionados a quatro tipologias patrimoniais - sítios arqueológicos, cidades históricas, monumentos arquitetônicos e paisagens culturais - com o intuito de tornar mais claro o processo de delineamento da autenticidade e integridade do bem, se afastando, dessa forma, dos problemas conceituais mencionados anteriormente.

Assim como Jokilehto, o autor vai além dos atributos materiais e engloba em seu método analítico os aspectos espaciais, funcionais e dinâmicos do bem, tornando, dessa forma, o processo de conservação mais realista e completo.

Silvio Zancheti (2013), por sua vez, dentro da perspectiva do estudo de paisagens culturais urbanas, traz para a discussão sobre o conceito de integridade a noção de dinamicidade. Segundo o autor, existe uma tendência no campo da conservação de defini-la como ações de regulação ou controle de mudança, o que leva a enfatizar as alterações de significado, valores e atributos ao invés da ideia de continuidade.

Dentro do contexto complexo de paisagens urbanas culturais, onde essas estão sempre sujeitas a pressões de mudanças e adaptações, a ideia de intactibilidade, tão comum ao conceito de integridade, deixa de fazer sentido, por causa da noção de imutabilidade que carrega - uma vez que, o senso comum dentro do campo é identificar a presença ou não da integridade nos atributos do bem e usá-la como condição qualificadora que direciona as ações tomadas relativas à manutenção e/ou intervenção no mesmo, desde o ponto de análise e diagnóstico em diante. Muito mais adequada é a ideia de manutenção da significância cultural, implementada através do conceito de continuidade (ZANCHETI, 2013).

A ideia de continuidade entendida como sobreposições de camadas temporais, por meio de acréscimos e remoções de elementos arquitetônicos na paisagem cultural urbana ao longo do tempo serve tanto para esta última, como para os elementos arquitetônicos em si que passam pelo mesmo processo, porém adquirindo diferentes resultados. A definição de integridade da UNESCO se baseia na permanência dos atributos e, dessa forma, na continuidade da significância do bem. Contudo, qualquer perda ou dano a este se configura como uma redução da sua integridade.

Como alternativa a isso e contemplando o cenário de mudanças sofridas pelas paisagens urbanas, Zancheti (2013) propõe incorporar ao conceito de integridade, a noção de dinamicidade, formando a concepção de *integridade dinâmica*, que permitiria a acomodação de mudanças sem comprometer a significância cultural do bem, possibilitando assim, a expressão de elementos do passado e do presente sem impedir a emergência de novos atributos.

Para além de tornar o entendimento desses dois conceitos mais abrangentes e completos, os autores supracitados trazem essas visões numa tentativa de tornar mais fácil a avaliação dessas condições qualificadoras no processo de conservação dos bens patrimoniais. Não há, atualmente, um sistema operacionalizado de medição oficial, porém, há pesquisadores que desenvolveram métodos de análise que procuram preencher essa lacuna, como por exemplo, Paula Silva (2012), que dentro do contexto de preservação de edifícios modernos, propõe uma metodologia qualitativa de avaliação das condições de integridade e autenticidade do edifício, com o intuito de direcionar as possíveis intervenções de forma mais assertiva e cuidadosa. Seu trabalho é discutido em mais detalhes no Capítulo 2.

2.1.3 Questões contemporâneas

Dentro do cenário mais amplo do campo da conservação, podem ser identificadas três posturas distintas frente ao projeto de intervenção em bens patrimoniais, as chamadas: pura conservação, o restauro crítico-conservativo, e o ripristino. Cada uma delas tem um entendimento diferente em relação à preservação dos conceitos de integridade e autenticidade, uma vez que lidam com a conservação dos artefatos de formas bastante distintas (CARBONARA, 1998; PANE, 2017).

A linha de projeto da pura conservação, que tem como seus maiores representantes Marco Dezzi Bardeschi e Amedeo Bellini, pode ser considerada um dos extremos dentro do campo, e derivada do pensamento de autores como John Ruskin, discutido mais acima, prega que o bem deve ser preservado tal qual chega até nós, preservando-se todas as suas camadas temporais. Entende que as superfícies do edifício registram todas as mudanças e história que este presenciou e foi palco, e portanto, merece ser conservada integralmente, e que qualquer intervenção nele realizada deve ficar totalmente diferenciada e explícita (CARBONARA, 1998; PANE, 2017). Com isso, entende que a integridade e a autenticidade são preservadas através da conservação absoluta do bem e com o projeto do novo sendo totalmente distinguível do antigo.

No extremo oposto, tem-se o ripristino, com Paolo Marconi como maior representante, e derivado do pensamento de Viollet Le-Duc, prega que o bem deve estar em um estado ideal para transmitir sua significância. Diferentemente de Le-Duc, os representantes dessa linha não procuram esse estado ideal por meio de falsificações que levem o bem a representar um estilo, mas procuram deixá-lo como um inteiro coeso a partir dos dados coletados no próprio bem. Isto é, compara-se o bem com um organismo vivo, que quando precisa da intervenção de um restaurador, deve se comportar como um médico: resolver o problema, deixando o mínimo de vestígios da sua passagem (CARBONARA, 1998; PANE, 2017; BIERRENBACH, 2017). Ou seja, a integridade do edifício se preserva deixando-o em um estado de completude, retirando elementos que julgam atrapalhar a sua leitura, e se utilizando de técnicas e materiais que se assemelham ao máximo ao estado proposto desejado, mesmo que isso comprometa a autenticidade material do edifício.

A terceira linha de pensamento, que pode ser considerada mais Brandiana, se posiciona como um meio termo entre as duas posturas expostas acima, e se posiciona frente a conservação de um bem de forma crítica, tratando cada caso como único, e tomando suas decisões projetuais baseada no que o bem mostra como necessidade. Isto é, entende que cada restauração constitui um caso em si mesmo, sem regras prévias ou fixadas, e que deve solucionar os problemas que o bem mostra no momento da intervenção, com isso, tem como uma das posturas mais importantes que guiam suas decisões projetuais a premissa da reversibilidade da intervenção (CARBONARA, 1998; PANE, 2017).

Apesar de muito distintas, as três posturas expostas partilham de alguns preceitos em comum, são eles: a mínima intervenção, a distinguibilidade dos novos elementos inseridos, a compatibilidade dos novos usos e entre os materiais originais e antigos, e a reversibilidade das intervenções (PANE, 2017).

Nesse contexto, a linha de pensamento dentro da qual se insere o presente trabalho seria a da crítico-conservativa por entender que o espaço, enquanto meio sobre o qual o homem desenvolve suas atividades, está sujeito a modificações no decurso do tempo para melhor atender às novas demandas que, porventura, possam surgir. Com isso, não se pode congelar a configuração espacial do edifício - como pregaria a linha da pura conservação; ou tentar restaurá-la procurando voltar a um estado original - como fariam os adeptos do ripristino, uma vez que isso não atenderia e/ou acomodaria as mudanças necessárias para que o edifício continue desempenhando seu papel e exercendo sua função, qualquer que seja. Faz-se necessário avaliar e identificar as camadas temporais presentes nela e entender até onde se pode modificar sem que o espaço perca sua identidade.

Nesse sentido, entendendo a importância dos conceitos de integridade e autenticidade no processo de conservação enquanto condição qualificadora dos bens patrimoniais, quais sejam: no processo de inscrição na lista de bens patrimoniais mundiais, assegurar a qualidade das nomeações, e assim como fora dele, assegurar a qualidade dos direcionamentos de ações de manutenção no processo de conservação dos bens (STOVEL, 2007), uma vez que é a partir da análise deles que esses direcionamentos são postos. Entende-se os termos integridade e autenticidade como condições qualificadoras do bem patrimonial que atestam sua suficiência para transmitir sua significância, isto é, seus valores e o testemunho da história que porta

- através do conjunto de seus atributos físicos, espaciais e sociofuncionais - apesar das eventuais mudanças ao longo do tempo, as quais podem tornar-se parte do seu inteiro.

2.2 SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO DA ARQUITETURA

2.2.1 O espaço e a conservação patrimonial

Dentro do campo da conservação o espaço arquitetônico é abordado de forma superficial, ficando, na maioria das vezes, negligenciado no processo de preservação do bem patrimonial. Isso ocorre, pois, no processo de construção das cartas patrimoniais, ao longo dos anos, não foi incluído enquanto objeto de interesse de conservação de forma clara (AMORIM, LOUREIRO, NASCIMENTO, 2007, AMORIM, LOUREIRO, 2007), provavelmente pelo fato de ser um conceito que foi introduzido no universo da arquitetura muito atrelado às edificações modernas, as quais só se tornaram pauta no âmbito da preservação mais recentemente (KÜHL, 2018; PRUDON, 2008).

Isso pode ser atestado ao se observar os principais documentos que guiam as intervenções em edifícios históricos:

Na **Carta de Atenas de 1931**, por exemplo, - primeiro documento oficial que aborda a proteção dos monumentos - na seção 1 de doutrinas e princípios gerais tem-se que:

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos - e cada caso pode comportar uma solução própria -, a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido à deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado *sem prejudicar o estilo de nenhuma época*. [grifo nosso] (Carta de Atenas, 1931)

Ou seja, deixa explícito que qualquer intervenção feita não deve “prejudicar o estilo de nenhuma época”, dando destaque aos elementos formais e visuais, pontos recorrentes em todas elas analisadas.

Já na **Carta de Veneza de 1964**, que foi uma evolução dessa anteriormente citada e que abrangeu ainda mais o que era considerado monumento ou não, tem-se que:

[...] Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação à uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas *não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios* [grifo nosso]. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam *alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas* [grifo nosso]. [...]

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, *seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição* [grifo nosso] e suas relações com o meio ambiente. [...] (Carta de Atenas, 1964)

Ou seja, apesar de ser considerada uma evolução da Carta de Atenas, essa ainda aborda o que poderia ser entendido enquanto espaço, como “distribuição”, e ainda dá muita ênfase aos aspectos materiais, formais e visuais da edificação, como já mencionado - tendência essa que persiste até os dias atuais.

Nas **Normas de Quito de 1967**, concebida dentro de um contexto mais americano, a palavra espaço aparece pela primeira vez, porém de forma não esclarecida e em um contexto mais abrangente, o urbano:

A ideia do espaço é inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura, e aos bens culturais que encerra. Mas pode existir uma zona, recinto ou sítio de caráter monumental, sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação. (Normas de Quito, 1967)

Na **Declaração de Amsterdã de 1975**, escrita para o contexto europeu, a palavra “espaço” aparece novamente, mas ainda sem delineamento, ademais, mais uma vez o enfoque cai sobre os valores estéticos da obra:

Os urbanistas devem reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhe são próprias. O reconhecimento dos valores estéticos e culturais do patrimônio arquitetônico deve conduzir à fixação dos objetivos e das regras particulares de organização dos conjuntos antigos. Não basta sobrepor as regras básicas de planejamento às regras especiais de proteção aos edifícios históricos, sem uma coordenação. (Declaração de Amsterdã, 1975)

Na **Carta de Burra de 2013**, escrita para o contexto australiano, as referências continuam não esclarecidas e com enfoque no visual:

Artigo 3

3.2 - mudanças no lugar não devem perturbar as evidências físicas que ele suporta, nem serem baseadas em conjecturas. [...]

Artigo 8

Conservações requerem a preservação da ambiência apropriada. Isso inclui a manutenção da ambiência visual e sensorial, além de outras relações espirituais e culturais que possam existir, que contribuem para a significância cultural do lugar.

Novas construções, demolições, intrusões e outras mudanças que possam afetar adversamente a ambiência e suas relações não são apropriadas. (Carta de Burra, 2013)

E por fim na **Conferência de Nara de 1994**, onde o conceito de autenticidade foi mais discutido, dentro dos aspectos de análise, a palavra espaço é mencionada de forma que se perde dentro do contexto geral:

Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural, e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como as artísticas, históricas, sociais e científicas. (Conferência de Nara, 1994)

Nesse contexto, entende-se o motivo pelo qual o espaço não é levado em consideração, de forma evidente, dentro do processo de conservação de edifícios históricos, uma vez que não se tem uma definição clara do conceito, e de como abordá-lo, nos próprios documentos que servem de guia a este último. Como consequência disso, o entendimento de espacialidade se sobrepõe ao de espaço, acarretando no negligenciamento deste e na resultante perda de informações que ele porta, quando alterado.

Pode-se entender o conceito de espacialidade dentro do âmbito da arquitetura a partir da visão das disciplinas da filosofia, no recorte da fenomenologia, e da geografia.

Segundo Rosa (2018):

[...]a fenomenologia mostrou um espaço que não é nem homogêneo, nem isotrópico, nem vazio, como o concebia a física moderna, mas heterogêneo, carregado de qualidades, afetos, direções etc., um espaço que é sobretudo vivido. [...] Uma fenomenologia da espacialidade, assim, pretende dar conta dos modos fundamentais que permitem a experiência intencional e das formas em que as espacialidades se configuram na experiência. Essa fenomenologia assume como campo temático de acesso ao fenômeno

espacial o âmbito originário e pré-científico da experiência, o mais habitual e cotidiano no mundo. (ROSA, 2018)

Isto é, dentro do âmbito da fenomenologia, o espaço é entendido como um ente vivido e a espacialidade é sua condição qualificadora que permite que as pessoas desenvolvam relações com ele através de suas experiências.

Esse pensamento se reflete também no âmbito da geografia. Espaço é o corpus central da disciplina da geografia, ao redor do qual todas as outras conceituações orbitam. A geografia tem por objetivo principal estudar a relação do homem com o espaço, e o que se chama de espacialidade é a forma física do homem de nele se manifestar, além de ser sua condição qualificadora (PAIVA, 2009; ARAÚJO, 2013), que a depender da ótica sob a qual ela for avaliada, pode ser classificada em vários tipos: espacialidade econômica, política, cultural, afetiva, etc.

Outro conceito da geografia que se relaciona com o de espaço é o conceito de *Lugar*, e que pode elucidar melhor o entendimento da espacialidade no campo da arquitetura. Segundo Araújo (2013) “O conceito de lugar possui uma relação intrínseca com o sentimento de pertencer, a ligação identitária e subjetiva do indivíduo com o meio que o circunda”, e segundo Tuan (1983) “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Com isso, a espacialidade, dentro do âmbito disciplinar da arquitetura, pode ser entendida a partir da relação dos conceitos de espaço e lugar, sob a ótica da disciplina da geografia. Este último é o que dá personalidade ao primeiro, através da sua espacialidade, ou seja, da manifestação física do homem no espaço que se constrói objetivamente através dos elementos que possuem textura, cheiros, cores, sons, luminosidade, etc. e que o homem percebe através dos seus sentidos (TUAN, 1983).

Brandi, em seu “Teoria da Restauração” de 1963, separa um capítulo inteiro para falar sobre “espaço e obra de arte”, porém, em seu texto, quando ele se refere a espaço, está falando na verdade de espacialidade:

Ao contrário, depois do exame do tempo na obra de arte, deveremos passar ao exame do *espaço* na obra de arte, para ver qual é o espaço que deve ser tutelado pela restauração: sublinho, não apenas *na* restauração, mas *pela* restauração. A obra de arte, como *figuratividade*, é determinada em uma autônoma espacialidade que é a própria cláusula da realidade pura. [...] É por isso que a primeira intervenção que deveremos considerar não será aquela *direta* sobre a própria matéria da obra, mas aquela voltada a assegurar as condições necessárias para que a espacialidade da obra não

seja obstaculizada no seu afirmar-se dentro do espaço físico da existência.
(BRANDI, 1963, p.93)

Ou seja, o autor defende que é necessário garantir, antes mesmo de se intervir na obra de arte, a preservação da sua ambiência, isto é, da espacialidade que ela ocupa.

Nesse sentido, pode-se entender o motivo pelo qual o espaço é tão confundido com espacialidade dentro do campo da conservação: além de um dos maiores pensadores do campo usar os termos como sinônimos, não há uma diferenciação clara entre os dois conceitos.

2.2.2 O espaço dentro do campo disciplinar da arquitetura

Toda palavra ou conceito usado nos discursos atuais são fruto de um longo processo de evolução e acúmulo de significados ao longo do tempo. Com o conceito de espaço, não foi diferente, porém, apesar de estarmos bastante familiarizados com seu significado tal qual entendemos hoje, dentro do âmbito arquitetônico - como um conjunto de ambientes organizados de forma a atender as necessidades sociais dos grupos que os constroem -, ele é muito recente, tendo começado a ser delineado apenas no final do Século XIX (FORTY, 2000; ARGAN, 1966). O termo, atrelado à arquitetura, surgiu em 1890, e seu uso provocava certa confusão, pois, sua proveniência da palavra alemã *raum* possuía dois significados: além de ser entendido como algo que dispunha de propriedades físicas com dimensões e extensão definidas que os arquitetos podiam manipular, também era considerado uma propriedade mental, fazendo parte do aparato com o qual se percebia o mundo (FORTY, 2000).

O seu surgimento e evolução estiveram intrinsecamente ligados ao surgimento do movimento moderno, que adotou a palavra como parte de sua identidade, de maneira a se diferenciar dos estilos existentes e elevar a disciplina a níveis superiores de intelectualidade (FORTY, 2000), uma vez que a palavra espaço e seu conceito tinham proveniência do âmbito da filosofia e não podiam ser relacionados a nenhuma teoria arquitetônica precedente - esta era uma das premissas do movimento moderno: romper com os paradigmas existentes e se estabelecer como algo novo. Contudo, apesar do conceito ter sido condensado em uma palavra e ter começado a ser usado pelos arquitetos modernistas, as mudanças espaciais começaram a ser realizadas desde o barroco, no início dos anos 1600 (ZEVI, 1948; ARGAN, 1966).

Desde sempre, a arquitetura é a materialização da maneira de pensar do período em que foi construída, e a arquitetura clássica sempre foi utilizada como modelo dos estilos que a sucederam, dentro do contexto ocidental. Segundo Argan (1966), antes dos anos 1600 a arquitetura era considerada como uma que representava o espaço, a partir de uma realidade dada e definida. Isto é, a arquitetura que ele chama de “arquitetura de composição” admitia a existência de um sistema estabelecido, fosse o sistema do cosmos, ou da natureza, ou das formas arquitetônicas expressadas pelos monumentos antigos, que ditavam como os edifícios deveriam ser compostos (ARGAN, 1966). Isso pode ser verificado quando se observa a produção arquitetônica de antes desse marco temporal e se nota que era projetada a partir de um conjunto de formas espaciais predefinidas - muitas dessas provenientes dos tratados -, mudando apenas sua disposição de acordo com o estilo e a forma de pensar da época.

A partir dos anos 1600, com o advento do Barroco, a arquitetura passa de ser uma de representação para ser, segundo Argan (1966), uma de determinação do espaço. Esta, diferente da primeira que ordenava seus espaços a partir de uma realidade dada, organizava-os a partir das experiências dos usuários, e com isso criava suas próprias formas, não aceitando as preestabelecidas. “O barroco é libertação espacial, é libertação mental das regras tratadistas, das convenções, da geometria elementar e da estaticidade, é libertação da simetria e da antítese entre espaço interior e exterior. ” (ZEVI, 1996, p.114). A partir disso, pode-se identificar, então, as ideias precursoras do movimento moderno - a construção voltada para a funcionalidade e a fluidez dos espaços, principalmente -, que, como já mencionado, foi o responsável por difundir e consolidar o conceito de espaço, em questão.

2.2.3 Espaço enquanto matéria da arquitetura

O pensamento mais comum à maioria das pessoas, quando se fala em arquitetura, é remeter esta, instintivamente a questões relativas ao estilo (COUTINHO, 1977). Muitos leigos pensam que ela é responsável somente por adicionar a camada de beleza e arte ao edifício, independente do seu porte funcional (ZEVI, 1996), e com isso, muitas vezes, ela é percebida como uma atividade e/ou produto fútil e desnecessário.

Essa associação também ocorre no âmbito acadêmico, principalmente pelo fato das disciplinas de história da arquitetura terem como um dos escopos principais de estudo a análise dos estilos e sua estética ao longo do tempo (COUTINHO, 1977), por se fundamentarem em abordagens semelhantes àsquelas da história da arte. Isso fica claro pela quantidade de vezes que termos como 'plástica' e 'estética' são usados nos textos referentes ao assunto. Porém, apesar dos elementos estéticos fazerem parte do todo que compõem a arquitetura, eles não são próprios da mesma enquanto arte, mas sim dos âmbitos artísticos da escultura e da pintura (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1979, 1996).

Nesse sentido, entende-se que os aspectos materiais, compositivos e formais fazem partes da natureza própria da arquitetura, no entanto, é o espaço que provoca efeitos mais impactantes na vida dos usuários, uma vez que ao dar forma ao mundo material, a arquitetura conforma o meio no qual vivemos, onde se desenvolve a vida social do homem (ZEVI, 1979).

Espaço é um conceito que possui diversas conotações, a depender do campo de conhecimento dentro do qual ele possa vir a ser aludido. Em arquitetura, muitos autores (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1979,1996) o definem como sua matéria própria, que confere o caráter artístico à mesma e a difere dos outros campos artísticos, enquanto arte, delineando-o como o meio encerrado pelas barreiras que compõem o objeto arquitetônico.

Segundo alguns autores (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1996), toda manifestação artística tem o que pode ser chamado de matéria própria ou específica, que é o que caracteriza e diferencia um campo artístico de outro. A matéria específica da pintura é o pigmento, a da escultura o volume e a da arquitetura, como mencionado acima, o espaço, mais especificamente, o espaço interno. Apesar da arquitetura, na maioria das vezes, ser analisada sob a luz de aspectos pertencentes a essas outras artes mencionadas, é o espaço que lhe confere autonomia artística (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1979, 1996).

Um questionamento frequente, que advém principalmente por causa da evolução da escultura como manifestação artística ao longo dos anos, é sobre os espaços que essa pode vir a conformar, isto é, se dá pelo fato desta, principalmente nos dias atuais, se manifestar de forma a criar o que pode ser interpretado como

espaços internos. Todavia, apesar disso, esses espaços internos produzidos pela escultura não são destinados ao acolhimento do homem e a sua experiência cotidiana, e, logo, não podem ser considerados matéria de arquitetura (COUTINHO, 1977).

É válido evidenciar o seguinte ponto: quando se se refere a “espaço interno” como matéria da arquitetura, não significa que este é só o espaço delimitado por seis planos (paredes, piso e teto), dentro de um edifício, mas que o espaço urbano, delimitado por cinco planos (piso e paredes), também deve ser considerado como espaço arquitetônico (ZEVI, 1996). Este último pode ser assim caracterizado sempre onde a obra do homem tenha criado espaços fechados e/ou limitados; seja criando espaços internos conformados pelos elementos componentes de uma edificação, ou criando espaços internos conformados pela junção dessas edificações, sendo esses definidos como espaços urbanos (ZEVI, 1996).

Faz-se necessário destacar, que as respectivas matérias da pintura e da escultura, como também mencionado anteriormente, fazem parte do todo que compõem os objetos arquitetônicos, e conseqüentemente, conformam sua matéria (COUTINHO, 1977). Isto significa que, tudo o que não tem espaço interno não pode ser considerado arquitetura (ZEVI, 1996), porém, sua experiência não se esgota no espaço, mas se dá em função dele. Ou seja, o espaço por si só não é suficiente para se apreender ou vivenciar uma obra arquitetônica. A experiência completa se dá através da composição desses últimos feita com os elementos que comportam seus valores esculturais e pictóricos, os quais caracterizam seu ‘estilo’.

Como diz Bruno Zevi (1996), essas associações feitas da arquitetura com valores próprios de outras artes é simplesmente um erro de postura filosófica, uma vez que os críticos a analisam e estudam sem considerar sua matéria própria, que é o espaço.

2.2.4 O entendimento atual sobre o conceito de espaço

Arquitetura é matéria de realidade e não de representação (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1996, 1979). Isso significa que diferente de outras artes, a matéria da arquitetura – o espaço interno – conforma o meio material onde nossas vidas se

desenvolvem e onde todos os atributos relacionados a ela – expectativas, crenças, hábitos, comportamentos sociais etc. – são projetados. Ou seja, o espaço interno é uma realidade vivida que abriga a expressão física e social das coletividades humanas (ZEVI, 1996, 1979).

As outras expressões artísticas possuem o que se chama de ‘fronteira estética’ (COUTINHO, 1977), que nada mais é do que a impossibilidade apresentada ao homem de se integrar completamente a elas na sua experimentação. Em outras palavras, é a fronteira estética que caracteriza as outras artes como matéria de representação, pois não incluem o homem quando se expressam: na pintura e na escultura, o homem é um agente observador, que interage com a obra de arte “de fora” (ZEVI, 1996). Tudo o que essas manifestações artísticas representam não pode ser vivenciado pelo homem na realidade. Contudo, como na arquitetura a fronteira estética não existe, o homem pode vivenciar e experimentar o espaço de forma plena, enquanto obra de arte.

Com isso, o fato de a arquitetura ser categorizada como matéria de realidade, por causa de seus espaços internos que abrigam a vivência humana, torna-a irrepresentável e torna-se imprescindível, portanto, que para vivenciá-la de forma plena é preciso experienciá-la diretamente (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1996, 1979). Em outras palavras, é por este motivo que os autores referidos só consideram como arquitetura os objetos edificados através do tempo, e aquilo que não é construído, – projetos e suas representações gráficas - não é considerado como tal.

Tanto Evaldo Coutinho (1977), quanto Bruno Zevi (1979) defendem que é necessário experimentar um edifício de forma direta e se deixar afetar pelos elementos que constituem e dão caráter ao seu espaço interno – luz, sombra, temperatura, etc. – para poder realmente apreendê-lo enquanto obra de arte. Dizem que nenhuma representação gráfica pode substituir a experiência de ingressar no edifício e se deixar conectar com seus espaços através da sua experimentação (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1979).

Nesse contexto, é provável que um ponto importante a se destacar já tenha ficado claro: além do espaço interno conferir à arquitetura sua autonomia enquanto obra de arte, o que a caracteriza como tal é a inclusão do homem como agente ativo,

isto é, como usuário direto, que impregna ela de valores e significados a partir da sua vivência.

Segundo Argan (1966), o homem se depara com duas questões no momento de concepção espacial: a natureza e a história. A primeira, porque é nesse meio onde ele constrói seus abrigos; a segunda, porque é em função dela que a concepção acontece, isto é, a arquitetura é a maneira do homem de conceber o mundo, e isso é diretamente influenciado pelo tipo de problema histórico que o homem está enfrentando no momento da concepção, pois, a arquitetura surge do problema, da necessidade humana (ARGAN, 1966).

Isso fica claro quando se observa a evolução da arquitetura através do tempo, e as diferentes soluções espaciais que ela apresenta. Todos os edifícios são resultados de um programa construtivo, os quais sempre são elaborados ou por uma classe dirigente, ou por um mito religioso, ou por um propósito coletivo, ou por uma descoberta técnica, enfim, a partir da coexistência dos componentes da civilização em que surgem (ZEVI, 1996), havendo, por isso, tantas concepções espaciais diferentes, quanto o número de civilizações que existem e existiram (ZEVI, 1996). Como afirma Bruno Zevi: “Na arquitetura vê-se o espelho da história e cultura social.” (ZEVI, 1979, p.27).

Isso pode ser verificado também de acordo com a mudança de estilos. Não é somente a estética e os aspectos físicos que mudam, quando há uma mudança de estilo, na história da arquitetura, mas há também uma mudança na concepção espacial dos edifícios. O espaço de um edifício barroco ou neoclássico não é igual ao de um edifício moderno, por exemplo (COUTINHO, 1977).

2.2.5 Características do espaço arquitetônico

O ambiente do espaço interno de um edifício apresenta uma diferença fundamental em relação ao do espaço urbano: o que Evaldo Coutinho (1977) chama de disponibilidade. Quando um edifício é projetado, ele é concebido a partir de certas expectativas, de necessidades humanas, que conformam seu programa construtivo e, portanto, tem um propósito muito bem definido que atua diretamente sobre a disponibilidade do ambiente construído (COUTINHO, 1977). Isto é, a arquitetura

pressupõe certo tipo de comportamento do usuário, limitando as possibilidades de eventos ou episódios não previstos pelo seu programa.

O autor admite, portanto, que a disponibilidade do vão do espaço urbano é maior do que a do espaço interno de um edifício (COUTINHO, 1977), ou seja, uma rua, uma praça ou um parque são muito mais suscetíveis e permissíveis a comportamentos diversos por parte dos usuários por não possuírem expectativas definidas a serem cumpridas, como ocorre em uma edificação.

Essas expectativas, que são traduzidas no espaço interno edificado, como mencionado, pressupõe certo tipo de comportamento do usuário. Como diz Coutinho:

Os valores esculturais têm, conseqüentemente, a função de convocar a si os corpos que, uma vez entrados no recinto nele se integram de modo arquitetônico: aparecem tendo em vista um objeto de natureza escultórica, e no mesmo instante, sem marco nenhum a lhes impedir a participação no ser espacial, editam uma situação estética a perdurar o que perduram os seus estacionamentos, os seus trânsitos no curso do vazio. (COUTINHO, 1977, p.44)

Em outras palavras, uma vez que penetram os espaços arquitetônicos, os usuários são livres para experimentá-lo, a partir de seus movimentos e permanências dentro desse meio. Porém, essa liberdade se configura até certa medida, pois, ainda segundo o autor, “o vão oferece-se num tipo de disponibilidade que conduz à unicidade de comportamento as pessoas que a ele se incorporam.” (COUTINHO, 1977), ou seja, a conformação espacial premeditada pelo arquiteto submete os visitantes do vão a atitudes e mobilidades, na maioria das vezes, predeterminadas, e, nesse sentido, pode-se inferir então, que o espaço influencia o comportamento de todos os entes que o penetram e o experimentam.

Essa unicidade de comportamento, proporcionada pela disposição dos ambientes no espaço interno do edifício, pode se fazer sempre presente na edificação, se houver uma mínima preservação do seu meio espacial. O espaço interno possui uma característica que Coutinho (1977) chama de ‘intemporalidade’ do vão. O autor constata que ao limitar o espaço comum ou natural, o arquiteto impregna o ambiente de valores e significados, oriundos do contexto social e temporal em que o espaço é concebido, os quais, não se deterioram e resistem à passagem do tempo. Os elementos que sofrem e se deterioram com o passar dos anos são as vedações e limitantes do vazio interno, e com isso, um paradoxo é estabelecido: o vão – de caráter intemporal - depende da preservação dos seus limitantes para ser preservado, que

possuem caráter finitos, caso não sejam adequadamente cuidados (COUTINHO, 1977).

Por causa dessa característica de intemporalidade, pode-se considerar o espaço interno como uma testemunha do passado, pois sempre guarda consigo – quando preservado – a história, os atributos e as particularidades do período em que foi concebido e construído. Quando Coutinho (1977) diz “alguém ao ingressar hoje em uma nave gótica, se faz gótico, em ideal contemporaneidade com todos que entraram e entrarão no intemporal reduto.” (COUTINHO, 1977), significa que se uma pessoa entra em um ambiente bem preservado, tanto física quanto espacialmente, pode experimentar, através do espaço, todo o sistema de pensamento que influenciou sua concepção na época em que foi criado.

Contudo, apesar de seu caráter intemporal, a evolução das sociedades traz consigo novas demandas, as quais ocasionam modificações no espaço, fazendo assim com que suas disposições espaciais originais se percam para acomodar melhor as novas necessidades que lhes são impostas.

Essas características de disponibilidade e intemporalidade se tornam perceptíveis quando o espaço é entendido a partir de um sistema, de uma configuração, quando ele é posto em relação aos seus espaços adjacentes e a todos os outros que compõem junto com ele uma edificação. É a partir desse sistema que essa disponibilidade mencionada é posta em prática, e se algo dentro dele é alterado, a forma de funcionamento dessa disponibilidade também se altera. Essas condições podem ser melhor entendidas a partir da ótica da Teoria da Lógica Social do Espaço, abordada a seguir.

2.3 A TEORIA DA LÓGICA SOCIAL DO ESPAÇO

A forma como explanou-se até o momento o conceito de espaço dentro do âmbito disciplinar da arquitetura, pode levar a entender que é um ente com começo e fim em si mesmo, individuado do todo que o circunda. No entanto, os espaços que compõem um objeto arquitetônico, na verdade, devem ser entendidos enquanto parte de uma rede de interconexões que se fazem através das permeabilidades nela existentes. Isto é, o espaço arquitetônico não deve ser entendido como algo isolado e apartado do meio no qual se encontra, mas sim como parte de um sistema espacial

que guarda uma lógica própria. Mesmo quando o edifício é conformado por um único vão livre, ainda assim ele está inserido dentro do sistema espacial maior do meio que o alberga - a cidade e/ou o espaço externo. É dessa maneira que a Teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER, HANSON, 1984) entende e lida com o conceito, compreendendo-o como um sistema cujas propriedades singulares são percebidas por meio da sua configuração espacial.

Entende-se por configuração espacial quando há relação entre, no mínimo, dois espaços, levando-se em consideração um terceiro, ou quando os espaços de um complexo são analisados levando-se em consideração todos os outros espaços existentes dentro desse mesmo complexo (HILLIER, 2007; HILLIER, HANSON, GRAHAM, 1987; HILLIER, PENN, 1991; HANSON, 1998). Essas relações são possibilitadas através da rede de permeabilidades - aberturas - que os interconectam, e juntamente com as barreiras - paredes ou outros obstáculos - que os delimitam, formam o que se chama de configuração espacial, concebido com o propósito de atender às necessidades e demandas de grupos sociais.

Nesse sentido, todo espaço é social e toda sociedade é espacial. As sociedades podem ser entendidas como um conjunto de regras que estruturam grupos de pessoas e que só se materializam no espaço, isto é, não existe uma sociedade a-espacial. O espaço arquitetônico, por sua vez, entendido como um sistema em rede, não é uma condição pura, mas sim definido pelas restrições ou facilitações de relações entre pessoas e, portanto, é socialmente estruturado (HILLIER, HANSON, 1984). Ou seja, o conjunto de espaços que figuram um sistema é edificado por determinado grupo social, em algum dado ambiente com características próprias que influenciam seus modos de construir e se relacionar com o meio. Dito isto, toda sociedade tem um modo próprio de pensar e ver o mundo que se manifesta nas mais diversas camadas que a compõem - nas suas crenças, nos seus hábitos, nos seus comportamentos e nas suas formas de se relacionar. Assim sendo, esse modo de pensar se traduz na espacialização do ambiente no qual ela se instala. Ou seja, o complexo espacial erigido por uma determinada sociedade guarda em sua configuração seus traços identitários, possuindo, dessa maneira, um caráter social, enquanto que ao fazer isso, a primeira detém um caráter espacial. Em outras palavras, não existe sociedade a-espacial, nem espaço a-social.

A partir disso, pode-se entender que, como o meio espacial é construído enquanto a tradução de um sistema de pensamento social, ao ser usado no dia a dia, influencia como as pessoas o navegam (HILLIER, 2007). Isto é, a forma como os espaços são dispostos influenciam como seus usuários irão se movimentar, ocupá-los e percebê-lo.

Faz-se necessário destacar que a Teoria discutida não é determinista e sugere que o sistema espacial não determina diretamente os movimentos e atitudes de cada indivíduo isoladamente, mas sim que a disposição dos ambientes influencia probabilisticamente como o grupo de usuários se comporta (HILLIER, HANSON, 1984; HILLIER, 2007), assim dizendo, a posição relativa de um espaço em relação a todos os outros do mesmo complexo vai oferecer onde é mais fácil ter uma concentração maior de pessoas e conseqüentemente uma maior probabilidade de encontros, ou onde estes últimos são mais evitados e escassos, de acordo com a hierarquia imposta pelo sistema espacial.

Nesta condição, pode-se dizer que o ordenamento espacial é, na verdade, o ordenamento das relações e encontros - promovidos ou evitados - dos seus usuários em determinado local (HILLIER, HANSON, 1984). Isto é, como já explanado, cada sociedade possui um modo diferente de pensar e se expressar no mundo, que influencia diretamente a maneira como seus integrantes se relacionam entre si e com o indivíduo estrangeiro. A partir disso, hierarquias são estabelecidas em maior ou menor grau, sendo espacializadas e tornando o sistema, dessa maneira, classificatório. Em outras palavras, a depender da forma como um grupo social organiza seus membros, classificando-os segundo uma escala hierárquica, esses serão designados a frequentarem determinados locais ou não, de acordo com sua posição social. Tomemos como exemplo culturas em que mulheres só podem frequentar determinados locais acompanhadas de seus pais, irmãos ou maridos; ou estabelecimentos religiosos que possuem salas designadas ao uso exclusivo de estipulado clérigo; ou edifícios empresariais onde os funcionários dos pavimentos mais baixos não podem acessar a sala do diretor; enfim, do micro ao macro, do privado ao público, do edifício a cidade, o controle das relações e encontros entre os membros de uma sociedade está presente em maior ou menor grau.

Ao passo que diferentes sociedades possuem diferentes formas de pensar, de se comportar e de se relacionar, elas criam diferentes padrões espaciais (HILLIER, HANSON, 1984; HILLIER, 2007). Já dizia Bruno Zevi (1996), há tantas concepções espaciais quanto o número de sociedades que existem e já existiram, como mencionado. Uma forma simples de se ilustrar é observando alguns exemplos do edifício basilar de uma sociedade: a casa. Utilizemos como exemplo as casas modernas brasileiras analisadas por Amorim (1999) e as casas operárias inglesas estudadas por Hanson (1998): as primeiras possuíam uma estrutura setorial claramente dividida em área íntima, área social e área de serviço; as segundas, além de terem um arranjo diferente, possuía um ambiente a ela essencial - o *parlour* - que representava, de acordo com o modo como era decorado, o status social dos habitantes da casa, e se localizando de frente para a rua, servia como vitrine para desempenhar a referida função. Ou seja, as sociedades compostas por indivíduos - seres humanos - vão apresentar as mesmas necessidades básicas de comer, dormir, se lavar, interagir, etc., porém, a forma como vão organizar seus espaços para que esses atendam suas necessidades supracitadas vão se dar de maneiras completamente diferentes umas das outras.

Com isso, entende-se que uma sociedade pode ser distinguida de outra a partir dos padrões espaciais que produz, pois, como diz Hillier (2007), “o comportamento humano não acontece, simplesmente, no espaço. Ele tem suas próprias formas espaciais”. Esses padrões são o que influencia os padrões de co-presença² e co-ciência² entre indivíduos usuários do mesmo espaço - se esses acontecem em maior ou menor nível, de acordo com a quantidade de encontros que são promovidos ou possibilitados no local (HILLIER, HANSON, 1984; HILLIER, 2007). Com isso, se o ordenamento dos espaços gera padrões espaciais que podem ser identificáveis e dessa forma pode ser considerado como uma faceta identitária daquele grupo social, significa que existe uma cultura espacial (HILLIER, 1989).

Logo, tais formas e padrões se tornam parte da identidade do grupo social que as produzem. Isto significa que o indivíduo se identifica com o espaço, uma vez que os seus comportamentos sociais estão estruturados no sistema e, por conseguinte, consegue se localizar nele. É isso o que diferencia o nativo do turista; o dono da casa

² Co-presença e co-ciência existem quando um indivíduo toma ciência da presença do outro em relação a si próprio em um mesmo ambiente

do convidado; o médico do paciente; os primeiros têm o domínio do espaço e os segundos não o têm – para tais indivíduos a Teoria dá o nome de habitantes e visitantes, respectivamente. Ao determinar uma fronteira, o que se chama de habitante, estabelece um domínio de conhecimento e controle, onde sua identidade é mapeada através de categorias espacializadas (HILLIER, HANSON, 1984; HILLIER, PENN, 1991; HANSON, 1998; MARKUS, 1993). Ele sabe o que funciona, como e onde, e tem acesso às camadas mais profundas da edificação. Já o visitante penetra o edifício por ter alguma motivação genuína que o leva a essa ação, porém não tem o controle do espaço e geralmente seu acesso se restringe às camadas mais rasas e superficiais do edifício.

O uso do espaço pelos habitantes e visitantes muda de acordo com o ambiente no qual eles estão se relacionando: o interno (arquitetônico) ou o externo (urbano). Como discutido mais acima em Coutinho (1977), ao se referir à “disponibilidade” do vão, ele explanava que o vão externo é mais disponível a atitudes e mobilidades diversas do que o vão interno, ou seja, que o vão externo é mais permissível. Isso se dá, pois, o ambiente interno geralmente é mais controlado por nascer de uma necessidade específica, atendida a partir de um programa pré-definido que prevê o que funciona, como e onde. Hillier (2007) caracteriza o ambiente interno como mais ideológico e o externo como mais político. Isto porque, como já discutido, o ambiente interno é onde o sistema de pensamento social é categoricamente espacializado, e no ambiente externo, que por vezes se conforma espontaneamente, é onde as ideias e os ideais são testados, experimentados e refeitos. Ou seja, segundo Hillier (2007), é no espaço externo que as sociedades são produzidas, e no interno onde elas são reproduzidas - onde seus comportamentos são perenizados.

2.3.1 Identidade espacial

Como já explicitado até o momento, sociedades espacializam seu sistema de pensamento, de modo a controlar a forma como se dão os encontros e relações dos seus membros em seu meio espacial, que pode ser mais ou menos permissivo, de acordo com as organizações hierárquicas que elas estabelecem. Nesse sentido, toda sociedade classifica (MARKUS, 1987, 1993). Em maior ou menor grau, sempre existe um sistema hierárquico de poder que delinea sua forma de pensar e se comportar,

os quais, são traduzidos na sua arquitetura, e, logo, todo edifício também classifica, separa, organiza, permite ou não encontros, e o que possibilita essas ações é a linguagem. É ela que permite que os grupos sociais classifiquem, separem, categorizem, hierarquizem, e dessa forma, possam expressar seus hábitos de poder, espacializando-os (MARKUS, 1987, 1993).

Como todo e qualquer objeto, antes de se materializar no campo físico, um edifício surge no campo das ideias, as quais são expressas através da linguagem. É através de textos escritos que o precedem que ele vai se conformando - através de *briefings*, editais, programas, normas, etc. (MARKUS, CAMERON, 2002).

Markus e Cameron (2002) consideram que existem cinco etapas perpassadas pela linguagem até que o usuário tenha a experiência concreta do edifício: o primeiro é a ideia geral descrita do edifício; seguida da categorização dessas ideias - de pessoas, atividades e processos; depois criam-se os rótulos para essa categorização; que são espacializados no projeto; e esse, quando construído, pode finalmente ser utilizado pelas pessoas, que se comportam de acordo com o que o espaço e seus rótulos impõem. Ou seja, a espacialização do ambiente interno se dá com base em rótulos.

Markus (1993) divide os edifícios em três tipos³, de acordo com o que eles classificam e relacionam: os que relacionam pessoas e pessoas, os que relacionam pessoas e conhecimento e os que relacionam pessoas e coisas. Cada uma dessas categorias abriga uma gama de tipos de edifícios diferentes, que apesar de poderem abrigar a mesma função, por exemplo, um edifício que tem como objetivo fornecer alimentos, a depender do tipo de rótulos que ele emprega, a percepção sobre ele muda completamente (MARKUS, CAMERON, 2002) – uma cantina é diferente de um restaurante, que é diferente de uma padaria, que é diferente de um supermercado, que é diferente de um refeitório. Com isso, fica clara a relação que os rótulos têm com a hierarquização dos espaços, isto é, a depender da escolha de um rótulo ou outro designado a um espaço ou edifício, a importância destes, frente ao grupo social que o utiliza, é definida.

³ O sistema taxonômico de Markus está associado às edificações que surgiram no período da revolução industrial, da modernização do estado e do avanço do capitalismo industrial.

Ademais, o conjunto de rótulos pode ser encarado como uma narrativa, em outros termos, todo edifício tem um texto que o precede (MARKUS, 1993), os quais ditam como vai funcionar - quais serão seus rituais e processos. Tais textos podem ser longos ou curtos, onde textos mais longos tendem a produzir edifícios mais complexos que dão suporte a atividades mais controladas e/ou ritualísticas, e textos mais curtos tendem a produzir espaços mais permissíveis (MARKUS, 1987).

Para ilustrar tal premissa, pode-se pensar em um hospital e uma casa de festas, por exemplo. O primeiro serve de palco a muitos rituais desenvolvidos em seu interior, - o recebimento de pessoas doentes, o internamento de pacientes, o atendimento a emergências, etc. - logo, prevê determinada quantidade de ambientes específicos que atendam a essas demandas, as quais presumem um certo nível de controle e classificação dos seus usuários. O segundo, por sua vez, pressupõe ser menos controlado para promover a maior quantidade possível de encontros entre as pessoas que o frequentam. Ou seja, o primeiro é precedido por um texto mais longo do que o segundo.

Textos longos ou curtos equivalem, dentro da Teoria da Lógica Social do Espaço, a modelos longos ou curtos. Os sistemas espaciais são conformados a partir de regras locais e globais que regem seu funcionamento, e o conjunto de tais regras é o que compõe os referidos modelos, que precedem toda e qualquer configuração espacial (HILLIER, PENN, 1991). Com base nisso, os espaços são dispostos em determinado meio e, juntamente com os rótulos que recebem, adquirem sentido e valor a partir da posição relativa que ocupam dentro da configuração - a partir do papel que desempenham dentro do funcionamento do sistema permeado pelos usuários (HILLIER, HANSON, 1984; HILLIER, 2007). Desse modo, possuem propriedades e características próprias que podem vir a ser alteradas a partir de qualquer mudança nas regras do modelo que a rege, isto é, alterações em suas regras globais ou locais impactam na forma como as configurações atuam.

Essas propriedades podem ser expressas por meio de valores numéricos, os quais facilitam a identificação de padrões. Quando se identifica uma quantidade significativa desses padrões dentro de uma amostragem considerável de edifícios, tem-se o que se chama de *Inequality genotype* (HILLIER, HANSON, GRAHAM, 1987; HILLIER, PENN, 1991; HANSON, 1998).

Genótipo e fenótipo são conceitos usados pelos autores da Teoria da Lógica Social do Espaço, emprestados da disciplina das ciências biológicas - nos primórdios do surgimento da Teoria, o termo “tipo” não descrevia com a precisão necessária as características morfológicas e sociofuncionais do espaço tal como pretendiam seus autores (BAFNA, 2012). Originalmente, o termo genótipo é usado para se referir à constituição genética de um indivíduo, e o termo fenótipo pode ser entendido como a expressão física deste primeiro. Trazidos para o âmbito da arquitetura, o conceito de genótipo pode ser entendido como o conjunto de regras locais e globais que regem a conformação de um edifício - fazendo uma metáfora: o genótipo seria o seu DNA, e o conceito de fenótipo, como as diversas manifestações físicas possíveis dessas regras. Mais uma vez exemplificando, todos sabem do que uma casa ou um restaurante ou um hospital são compostos, mas existem diversas formas de se conceber tais edifícios - ou seja, a disposição dos seus espaços ordenada segundo regras locais e globais que a regem são considerados seu genótipo, e as manifestações físicas construtivas que dão suporte a essa disposição são seus fenótipos. Nesse sentido, o *inequality genotype*, citado mais acima, nada mais é do que a repetição dos genótipos de uma sociedade, através dos seus fenótipos.

Em outras palavras, o que se chama de genótipo são as concepções de um grupo social traduzidas e imbricadas em seus meios físicos, seus edifícios, os quais podem ser identificados como seus fenótipos. Segundo Hillier e Hanson (1984), os genótipos são conceitos transpaciais, isto é, ideias estruturais, que regem a construção dos fenótipos que, por sua vez, são conceitos espaciais. Pode-se ter uma diversidade de fenótipos - uma miríade de edifícios com formas físicas diferentes - abrigando um só tipo de genótipo e dessa forma, conformando um *inequality genotype*.

A partir desse entendimento, faz-se necessário destacar que modelos longos preveem mais regras globais e uma menor capacidades de transformação, tendendo, dessa maneira, a uma conservação dos genótipos; e em contrapartida, modelos curtos tendem a uma individuação e uma capacidade maior de transmutação, podendo gerar, dessa forma, uma maior quantidade de genótipos (HILLIER, PENN, 1991).

Ou seja, a forma como as regras globais e locais são determinadas, com o intuito de ordenar um sistema espacial, podem ser rearranjadas de acordo com o nível de controle que se quer ter dentro do mesmo. Isto é, as propriedades espaciais de um complexo podem ser adaptadas, através da reorganização das suas barreiras e permeabilidades - elementos que permitem ou não o acesso dos usuários, como portas e paredes, por exemplo - para se atingir objetivos específicos surgidos das demandas impostas. Essas manobras podem ser previstas e testadas com o auxílio de ferramentas da sintaxe espacial que consiste em um conjunto de técnicas e procedimentos usados para representar, analisar e interpretar a configuração espacial de edifícios e conjuntos urbanos (HILLIER & HANSON, 1984; HILLIER, HANSON & GRAHAM, 1987) e podem ser aplicadas tanto no projeto do novo, quanto no projeto da preservação do antigo.

2.3.2 Espaço como objeto de interesse de conservação

Considerando o que foi discutido, e entendendo que as diferentes sociedades constroem seus espaços segundo seus pressupostos estruturadores das relações sociais, ordenando, a partir disso, as possibilidades de encontro e, conseqüentemente, estabelecendo padrões espaciais que podem ser a ela associadas, pode-se considerar, dessa maneira, que uma cultura espacial é criada, e enquanto parte documental da história de uma coletividade, deve ser preservada (AMORIM, LOUREIRO, 2005, 2007, 2013; AMORIM, LOUREIRO, NASCIMENTO, 2007).

Em outras palavras, as configurações espaciais de edifícios e cidades que compõem o meio no qual uma sociedade vive, são construídas de forma a regular as possibilidades de encontro entre seus membros e, com isso, guardam em si informações sobre a forma de pensar, os comportamentos, os sistemas de crenças e controles dos grupos sociais que os edificam, devendo, portanto, ser encarados como entes documentais - objetos de interesse de conservação.

Assim sendo, para se agregar a dimensão espacial de um edifício, de forma mais aclarada, específica e conscienciosa, ao seu processo de conservação, faz-se necessário submetê-la aos exames das suas condições de integridade e

autenticidade, para que, dessa maneira, as possíveis intervenções nela realizadas, assim como sua manutenção, possa se dar da forma mais adequada, preservando suas características identitárias primordiais.

Nesse contexto, é fundamental lembrar o entendimento das noções de integridade e autenticidade, para se delinear de forma mais precisa o que seria integridade e autenticidade espacial.

Como já delineado, os termos integridade e autenticidade são aqui entendidos como condições qualificadoras que atestam a suficiência do edifício para transmitir sua significância através dos seus atributos físicos, espaciais e sociofuncionais. Tal assimilação foi feita com base nos estudos de Jokilehto (2006), Stovel (2007) e Zancheti (2013), que ampliam a definição dos conceitos conforme proposta pela UNESCO, de forma a considerar os aspectos espaciais e sociofuncionais de um bem patrimonial de maneira objetiva.

Tais discussões se dão com base no fato de que os conceitos de integridade e autenticidade foram construídos orbitando, principalmente, ao redor dos aspectos materiais das edificações. Contudo, por entender que seus aspectos espaciais e sociofuncionais são partes componentes do todo que conferem sentido e valor ao edifício, os supracitados autores buscam maneiras de abranger tais aspectos no entendimento dos conceitos.

Jokilehto (2006), inclui em sua visão a integridade e a autenticidade sociofuncionais. A primeira concerne na identificação das dinâmicas e processos que se desenvolveram no local: as interações sociais, como o que fazem, quando e com quem, por exemplo. E a segunda, engloba os aspectos imateriais que tangem o bem, que fazem com que se torne parte da identidade cultural da sociedade na qual está inserido, se expressando através de como as pessoas se relacionam com ele, se manifestando, por exemplo, através dos rituais e tradições aos quais ele serve de suporte.

Nesse sentido, pode-se estabelecer um paralelo com o que foi explanado acerca da Teoria da Lógica Social do Espaço, quando se elucidou que as sociedades ordenam seus encontros em seus respectivos meios espaciais, isto é, ordenam as interações sociais, que conformam os rituais e tradições que se dão neste último - como considera Jokilehto (2006).

Já Stovel (2007), relata como um dos atributos relacionado aos dois conceitos, a genuinidade da organização da forma e espaço. O sentido de genuinidade está associado ao agente criador, que no caso da Teoria da Lógica Social do Espaço, seriam os princípios estruturadores do sistema, ou seja, as barreiras e permeabilidades, configurados segundo a cultura espacial de determinado grupo social, isto é, segundo as regras globais e locais que regem o modelo e determinam as propriedades configuracionais de cada espaço.

Por fim, Zancheti (2013) associa a noção de dinamicidade à de integridade, por entender que, dentro do contexto de paisagens culturais, essas estão sujeitas a mudanças e precisam acomodá-las na expressão da sua significância, ao longo dos anos. A partir desse entendimento, pode-se associar o pensamento de Zancheti com a conservação da dimensão espacial, pois, assim como as paisagens culturais, as configurações espaciais dos edifícios também necessitam acomodar mudanças derivadas de novas demandas dos seus usuários, sem, no entanto, perder a sua genuinidade e características configuracionais do sistema. Em outras palavras, os espaços que constituem determinada edificação podem sofrer alterações quanto algumas de suas propriedades, porém, sem que se perca a sua integridade e autenticidade espaciais.

Considerando tais argumentos, pode-se considerar que a autenticidade espacial estaria ligada ao genótipo e a atributos associados às características de legibilidade do sistema espacial – uma vez que alterando seu genótipo, altera-se também como o usuário percebe e navega o edifício; e a integridade espacial estaria relacionada às unidades espaciais e suas relações, que dão suporte a seus padrões de movimento e ocupação; estando os dois conceitos intrinsecamente ligados, quando se considera a análise da dimensão espacial do edifício, não podendo, portanto, serem avaliados separadamente. A significância espacial do bem patrimonial seria, portanto, observada à luz dos dois conceitos de forma integrada.

Argumenta-se que, ao reconhecermos a dinamicidade (ZANCHETI, 2013) à qual todo e qualquer objeto arquitetônico e urbano está submetido, o que implica em possíveis alterações nas formas de ocupá-los, seja pela alteração de uso ou pela incorporação de novos hábitos, tecnologias ou regimes de organização do trabalho, por exemplo, há que se considerar que mudanças e adaptações podem contribuir

para conferir novos valores ao bem, no entanto, devem ser compatíveis com os valores já existentes.

Com isso, o interesse do presente trabalho é o de criar um sistema de identificação do grau de autenticidade e integridade do sistema espacial de edifícios, e para tanto, utiliza como estudo de caso um exemplar de edifício universitário moderno para testar a metodologia proposta que é desenvolvida com base nas ferramentas da teoria sintaxe espacial, como será visto no próximo capítulo.

3 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Após estabelecido o entendimento de integridade e autenticidade espacial, o presente capítulo tem o objetivo de explanar como seus parâmetros podem ser construídos para orientar as diretrizes de intervenção e manutenção do edifício.

Com essa finalidade, uma metodologia é proposta se espelhando no método de análise proposto por Paula Silva (2012), em sua tese de doutorado, e naqueles propostos por Luiz Amorim e Cláudia Loureiro (2005, 2007, 2013), em uma série de artigos desenvolvidos no Laboratório de Estudos Avançados em Arquitetura (LA2), sendo, a da presente pesquisa entendida como um aprofundamento desses últimos.

Nesse contexto, a dimensão convexa da configuração espacial é apontada como recorte usado para o desenvolvimento da metodologia, analisada sob alguns atributos relacionados à integridade e à autenticidade, com o auxílio das ferramentas da sintaxe espacial, apresentadas logo em seguida.

Depois de definir os procedimentos de análise, o objeto empírico – O Restaurante Universitário da Universidade Federal de Pernambuco, projetado pelo arquiteto italiano Fillipo Mellia, será apresentado.

3.1 METODOLOGIA

Para se realizar o diagnóstico de um bem patrimonial com o intuito de estabelecer diretrizes de possível intervenção, é necessário ter em mãos o maior número de documentos disponíveis sobre ele para que se possa entender como se deu sua história através do tempo – como está seu estado físico e espacial atual, como estes mudaram ao longo do tempo, o que é necessário preservar para que o edifício não perca sua identidade e/ou sua história, ou seja, as informações que porta e sua significância.

Esses documentos são das mais diversas naturezas e tipos que fornecem informações sobre a trajetória do edifício, tais como desenhos técnicos (plantas-baixas, cortes, fachadas, detalhes técnicos, projeto estrutural, etc.), memoriais descritivos, fotos, vídeos, matérias jornalísticas, etc. Contudo, como o intuito da presente pesquisa é o de agregar a análise da dimensão espacial ao diagnóstico da significância de um bem patrimonial, as plantas baixas do edifício – a original e as das subsequentes intervenções – são os documentos primários e mais relevantes, pois, é a partir delas que as mudanças espaciais se tornam mais notórias e podem ser medidas por meio das ferramentas analíticas da sintaxe espacial.

Propõe-se que o diagnóstico deva ser feito em duas etapas: A primeira consiste na análise sintática, composta da avaliação programática e da análise espacial. A segunda, com base nas informações obtidas, se faz a análise das condições de integridade e autenticidade espacial do bem. As duas são sempre precedidas das informações históricas a ele associadas.

Como já discutido, não existem procedimentos analíticos formalizados para a aferição dos níveis de integridade e autenticidade de um bem patrimonial, mas existem pesquisadores que desenvolvem metodologias para facilitar e tornar esse processo de medição mais sistemático. O presente trabalho se espelhou na metodologia desenvolvida por Paula Silva (2012) em sua tese de doutorado, assim como nos trabalhos desenvolvidos por Loureiro e Amorim (2005, 2007, 2013), sendo entendido como um aprofundamento desses últimos.

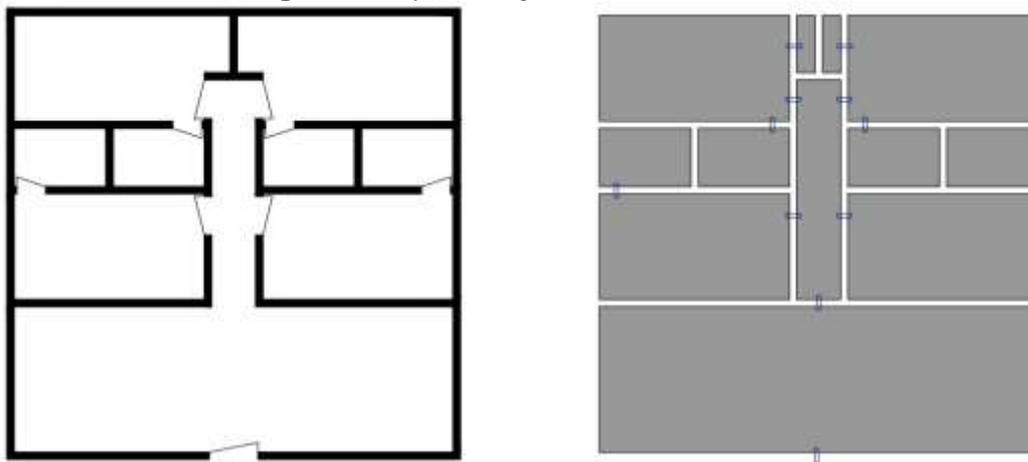
Dentro do contexto de preservação de edifícios modernos, Silva (2012) propõe uma metodologia qualitativa de avaliação das condições de integridade e autenticidade do edifício. Segundo o método da autora, primeiro faz-se o diagnóstico

do bem, através de um mapa de danos, identificando seus atributos valorativos e sua significância, e a partir da análise do bem e suas diversas camadas temporais, constrói-se o que ela chama de Documento de Referência, que seria um modelo de edifício que engloba todos os atributos importantes a serem conservados. Ou seja, nesta fase, se identifica o estado atual do bem e se constrói o seu modelo ideal, que serve como balizador para se entender as condições de integridade e autenticidade no momento da análise, e também como referência comparativa para orientar as diretrizes de possíveis intervenções, bem como as ações de conservação preventiva. Com o auxílio do Documento de Referência, do Mapa de Danos, e do que ela chama de Declarações Condutoras - afirmações a serem julgadas como favoráveis ou não acerca do estado do bem - ela identifica como está o nível de autenticidade e integridade de cada um dos seus atributos, para a partir disso, dar diretrizes de intervenção (SILVA, 2012).

Já Loureiro e Amorim (AMORIM, LOUREIRO, 2005, 2007, 2013; AMORIM, LOUREIRO, NASCIMENTO, 2007), dentro de uma perspectiva mais direcionada à dimensão espacial, sugerem uma série de etapas a serem seguidas para que esta seja devidamente avaliada: é proposto pelos autores que se inicie o processo analítico pela avaliação programática, seguida da representação das dimensões convexa, axial e visual do edifício, para a partir disso, descrever suas propriedades configuracionais e fazer sua análise sociofuncional.

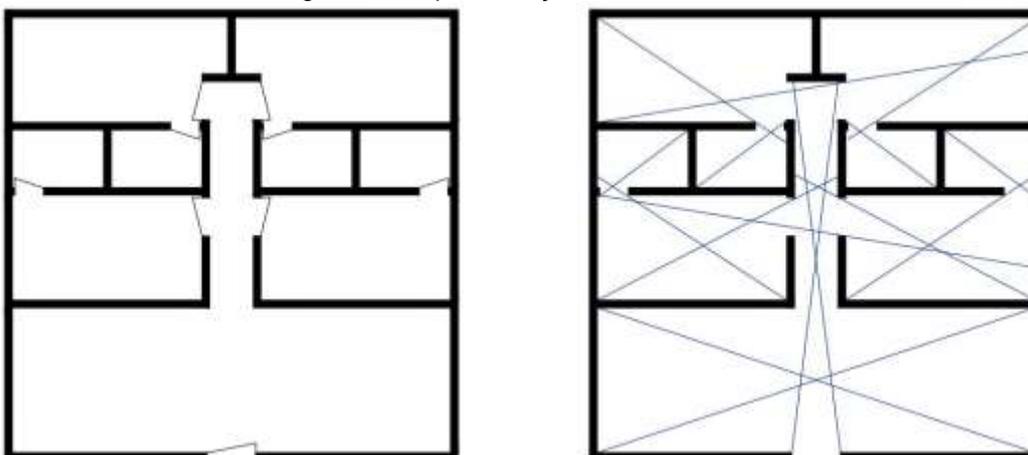
A dimensão convexa do edifício (Figura 1) é conformada pelo conjunto de espaços convexos, que por sua vez são definidos quando um usuário toma ciência da presença de outro sem interrupções físicas ou visuais, e o conjunto desses espaços apresentam propriedades identificáveis que configuram a dimensão convexa, como quantidade e forma, por exemplo. A dimensão axial (Figura 2) tem por elemento constitutivo principal as linhas axiais, que demonstram os maiores percursos ininterruptos dos usuários do edifício, e assim como a dimensão convexa, possuem propriedades que caracterizam a dimensão axial, como quantidade e dimensão, por exemplo. Por fim, a dimensão visual (Figura 3) consiste na determinação dos campos de visão do usuário, que tem como propriedades a forma e a área, por exemplo (HILLIER, HANSON, 1984; HANSON, 1998; AL_SAYED, TURNER, HILLIER, IIDA, PENN, 2014).

Figura 1 - Representação dimensão convexa



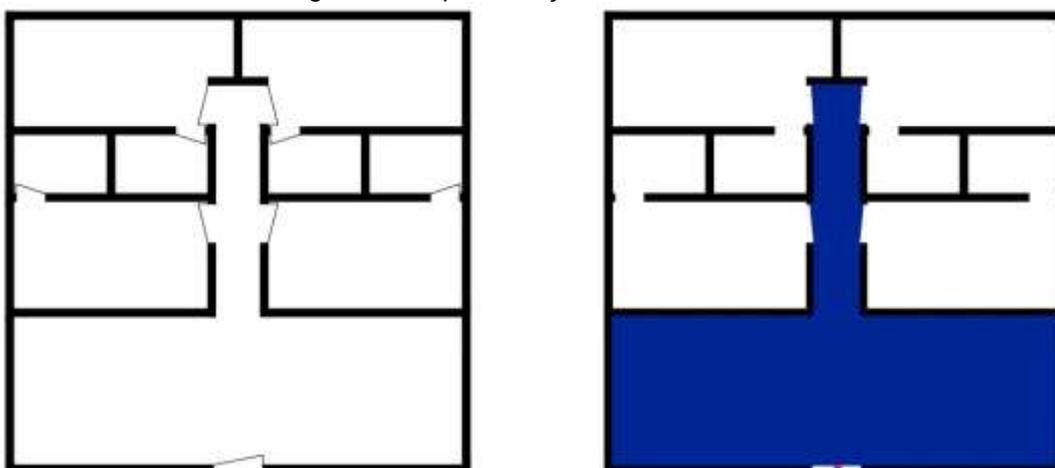
Fonte: A autora (2022)

Figura 2 - Representação dimensão axial



Fonte: A autora (2022)

Figura 3 - Representação dimensão visual



Fonte: A autora (2022)

Com as informações coletadas nessa primeira fase, pode-se identificar as propriedades relevantes da edificação, que são de interesse de preservação, para, dessa maneira, orientar a definição das diretrizes de intervenção e manutenção do bem, assim como auxiliar no estabelecimento de critérios de avaliação de projetos de intervenção já realizados.

Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a desenvolver uma metodologia de análise, se aprofundando na dimensão convexa do sistema espacial do edifício, por entender que, num primeiro momento, é interessante observar os padrões de encontro e ocupação, por meio do sistema de permeabilidades que ele apresenta e que se modifica ao longo do tempo. Mas destacando que suas dimensões axiais e visuais são partes complementares desta análise e que podem vir a ser desenvolvidas, enquanto metodologia analítica, futuramente.

Com isso, a partir do entendimento do que seria integridade e autenticidade espacial, discutido no primeiro capítulo, o que se propõe nesta metodologia é a identificação de atributos - como em Silva (2012) – espaciais, a partir dos quais pode-se aferir suas condições de integridade e autenticidade espaciais. No que se refere à integridade, a proposta é a de avaliar os aspectos geométricos, configuracionais e funcionais do sistema. A análise do primeiro seria feita por meio dos seguintes atributos: partição convexa e relação entre espaços convexos e espaços fechados; a análise do segundo deve ser feita por meio da ocorrência de espaços tipo e da conectividade relativa do sistema; já a do terceiro e último, segundo a estrutura setorial, e relação entre espaços de transição e espaços de ocupação.

Quanto à autenticidade, esta seria aferida, primeiramente, por meio da avaliação das características genotípicas do sistema, expressas na diferenciação dos valores de integração, portanto, do grau de centralidade de espaços observados segundo as atividades neles realizadas. E por meio da análise da inteligibilidade do sistema. A observação da inteligibilidade nos revela em que medida as dimensões locais e globais se relacionam harmonicamente. Com isso, o primeiro instrumento trata da forma como espaço e sociedade estão associados para promover a produção e reprodução de seus hábitos; a segunda refere-se às condições de navegabilidade no sistema espacial. Considera-se que tais propriedades conferem a genuinidade do sistema espacial.

A partir disso, na primeira fase de análise, tem-se, como já mencionado, a avaliação programática que descreve o edifício e seu possível funcionamento; e a análise espacial, que se utiliza das ferramentas da sintaxe espacial, indicadas acima, para obter as características configuracionais do edifício.

A avaliação programática é feita com base em textos que segundo Markus e Cameron (2002), são as primeiras representações objetivas do que o edifício deve suportar, ou como se espera que ele funcione. Isto é, o programa arquitetônico é uma versão escrita do esperado desempenho da edificação e tem como objetivo identificar os propósitos originais que motivaram a construção da solução arquitetônica em questão. Além disso, a partir da base de dados que se cria com essa análise, é possível, também, comparar as aspirações originais com as demandas atuais e indicar o que levou o edifício a entrar em estado de obsolescência, por exemplo (AMORIM E LOUREIRO, 2013).

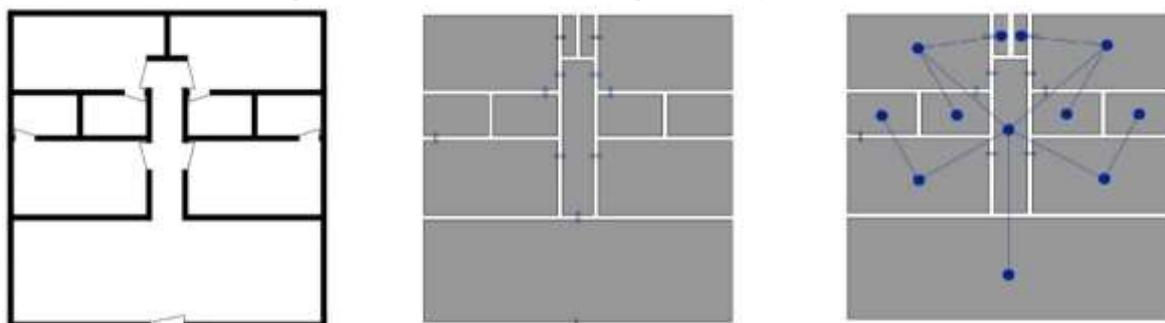
Porém, para além da avaliação programática, que se dá nesse primeiro momento, é necessário entender também como esse texto analisado se traduz no espaço, e isso é feito por meio da análise espacial.

A análise espacial é feita com o intuito de identificar as propriedades da configuração espacial para se entender a relação entre espaço e sociedade: como os usuários circulam, como desenvolvem suas atividades e onde permanecem por mais tempo, por exemplo; no presente caso, como circulavam, como desenvolviam suas atividades e onde permaneciam por mais tempo, a cada período do edifício analisado, ou seja, como a edificação funcionava. Em outras palavras, a análise espacial serve para identificar os padrões espaciais de uso e encontro, norteados por padrões de movimento (LOUREIRO, 2000). Nesse sentido, como estabelecido mais acima, o presente trabalho vai analisar a dimensão convexa de edificações, e para se extrair as informações necessárias referentes aos atributos indicados anteriormente, é fundamental construir os mapas convexos do sistema, assim como seus respectivos grafos de permeabilidade.

3.2 FERRAMENTAS E PROCEDIMENTOS

Os espaços convexos são aqueles onde a co-presença e a co-ciência entre usuários se torna possível pela ausência de barreiras, isto é, são porções de espaço onde pessoas e coisas compartilham o mesmo campo visual e tem uma relação direta de visibilidade e acessibilidade (HANSON, 1998). O menor conjunto desses espaços, o qual representa todo sistema espacial, é chamado de mapa convexo e ele é construído da seguinte maneira: O espaço arquitetônico é dividido e representado pelo conjunto de menor número de maiores espaços convexos existentes e em seguida, os espaços permeáveis entre si são conectados (Figura 4).

Figura 4 - Processo de construção de mapas convexos



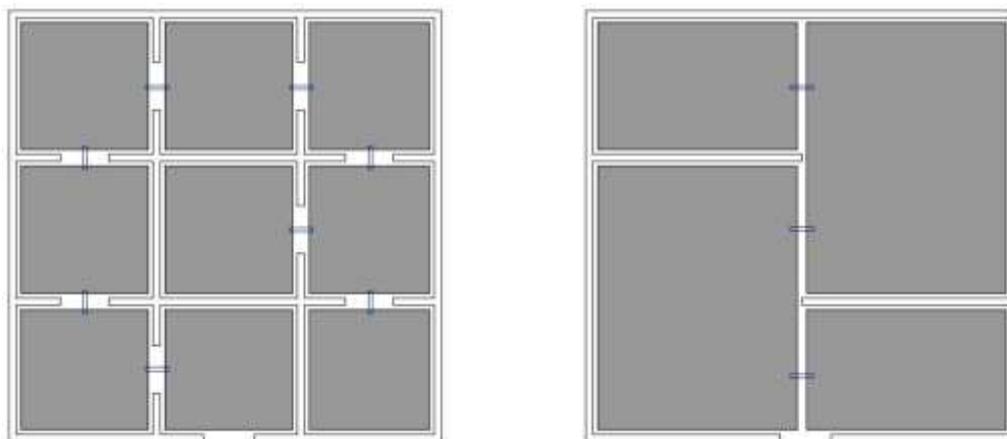
Fonte: A autora (2022)

Seu desenho e análise são feitos com o auxílio dos softwares AutoCad (desenho) e Depthmapx (análise), este último criado por Alasdair Turner e atualizado por Tassos, mais recentemente, especificamente para fins de análises sintáticas, e dele pode-se extrair algumas informações concernentes a forma e a configuração espacial do edifício.

Com relação às propriedades geométricas, constitui parâmetro quantitativo de interesse, o índice entre espaços convexos e espaços fechados – aqueles delimitados por barreiras, que revela o quanto o sistema espacial é fragmentado. Isto é, se tem-se ambientes com poucas ou nenhuma barreira, correspondendo o ambiente inteiro a um único convexo, considera-se que o mesmo é pouco ou nada fragmentado, mas se um ambiente possui vários convexos na sua conformação em decorrência das barreiras que o delimita, considera-se que ele é mais fragmentado, dessa maneira, quanto mais fragmentado o sistema espacial for, os valores serão mais próximos de 0, e menos fragmentado, mais próximos de 1. A imagem abaixo pode melhor ilustrar:

no edifício imaginário do lado esquerdo cada ambiente corresponde a um único convexo, podendo-se considerar o sistema pouco fragmentado, já no edifício imaginário do lado direito, o vão único abriga quatro convexos, podendo-se, dessa maneira, considerar o sistema mais fragmentado do que o da esquerda (Figura 5).

Figura 5 - Fragmentação convexa



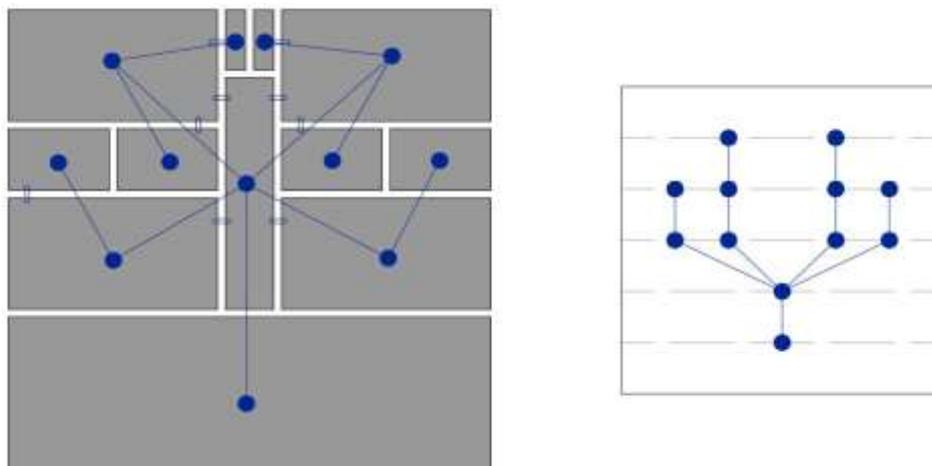
Fonte: A autora (2022)

Os mapas convexos elaborados para análise foram definidos a partir dos rótulos espaciais, usando os delimitadores das funções sociais, isto é, mesmo que várias funções ocupem o mesmo espaço físico, os convexos serão partidos tomando como base os rótulos das atividades desempenhadas no ambiente. Essa escolha partiu do pressuposto que como o edifício apresenta alguns espaços amplos e contínuos que abrigam variadas funções, decidiu-se por tomar cada uma delas como um espaço delimitado delineando seus limites a partir da representação do mobiliário de cada ambiente.

A partir dos mapas convexos, pode-se produzir os grafos justificados de permeabilidade do sistema. Estes demonstram diferenças configuracionais de uma maneira gráfica, além de permitir a visualização de possíveis percursos dentro do complexo espacial de forma mais evidente. Originados de procedimentos matemáticos da teoria dos grafos, eles representam a rede de conexões estabelecida pela permeabilidade entre espaços convexos adjacentes que nos ajuda a compreender como o sistema espacial facilita ou dificulta o movimento e a interação entre pessoas (HILLIER, HANSON & GRAHAM, 1987; HANSON, 1998; AMORIM, BRASILEIRO E LUDEMIR, 2016).

Para sua construção, representa-se cada espaço convexo como um nó e a permeabilidade entre eles, por arestas, com isso, eles podem ser justificados (organizados) a partir de qualquer um de seus espaços (nós), que funcionam como a “raiz” do grafo, o qual é alinhado em níveis, um acima do outro, de acordo com a quantidade de espaços, ou passos, que o usuário deve passar para acessar os espaços adjacentes e não adjacentes (Figura 6).

Figura 6 - Processo de construção de grafos justificados

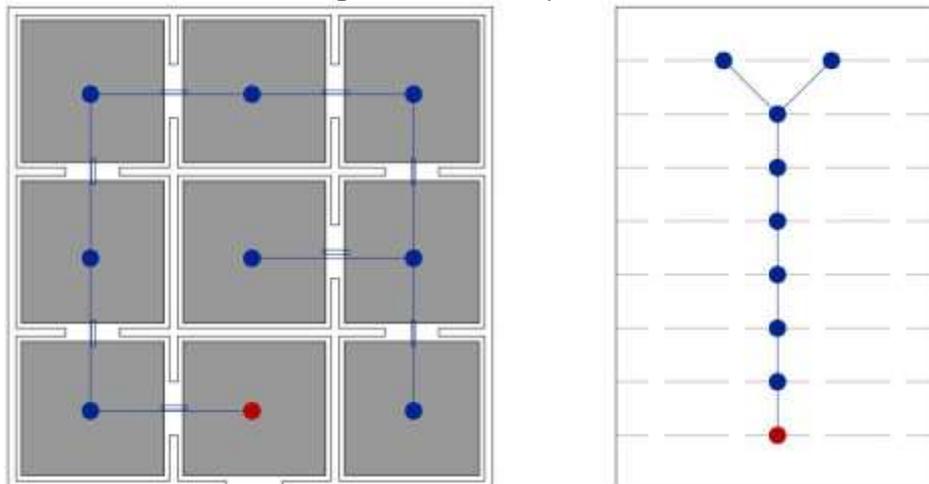


Fonte: A autora (2022)

O espaço externo será usado como raiz dos grafos da pesquisa, com o intuito de se entender como os espaços internos se organizam a partir do primeiro passo topológico do usuário.

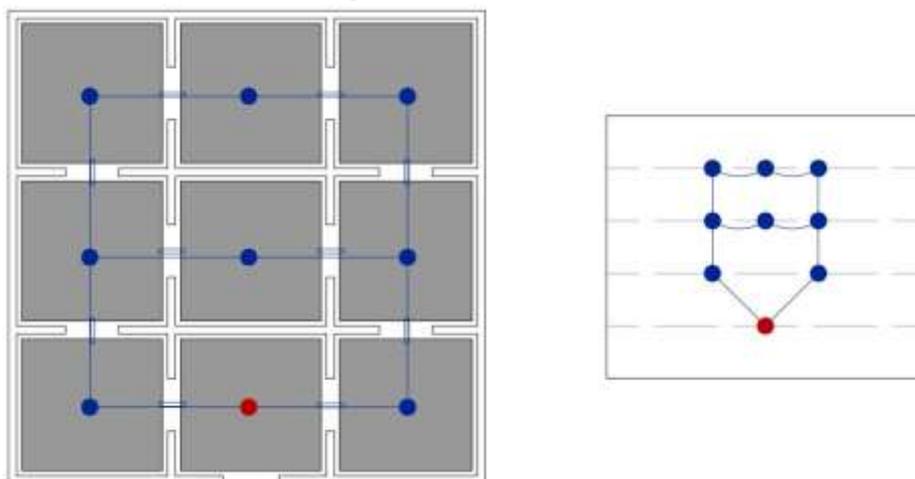
Dois propriedades configuracionais são facilmente identificadas visualmente com a sua construção: a profundidade e a conectividade. A partir da escolha de determinado espaço como raiz, fica claro o quão raso ou profundo este é em relação ao sistema como um todo, assim como também, o quão conectado é ou não um sistema, com base nas possibilidades de movimentação que ele apresenta - se um sistema é sequencial (Figura 7), onde cada espaço dá acesso a apenas outro espaço, ou se existem alternativas de movimentos, que são vistas como anéis no grafo (Figura 8) (HILLIER, HANSON & GRAHAM, 1987; HANSON, 1998; AMORIM, BRASILEIRO E LUDEMIR, 2016).

Figura 7 - Grafo sequencial



Fonte: A autora (2022)

Figura 8 - Grafo anelado

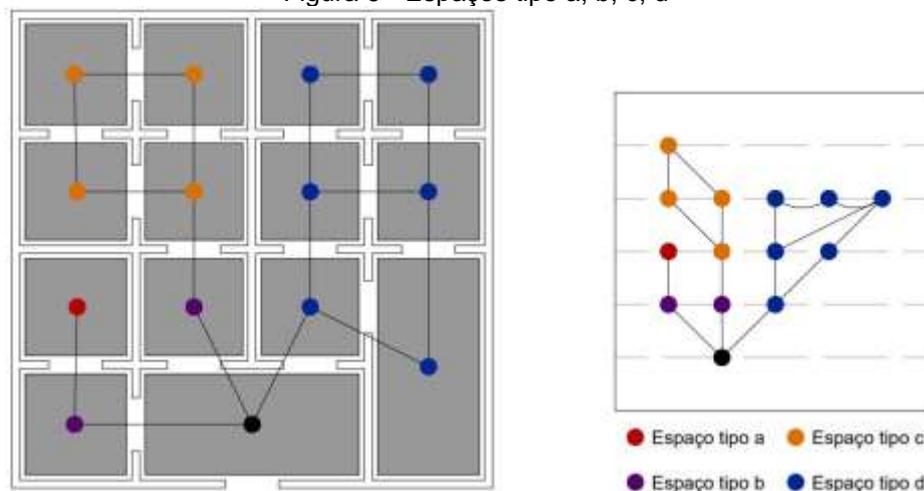


Fonte: A autora (2022)

Além disso, sua disposição também mostra os tipos de espaço convexo que o conforma. Hillier (1996) os classificou em quatro tipos: espaços tipo a são espaços terminais que se conectam a apenas um outro espaço adjacente; espaços tipo b se conectam a dois ou mais espaços sem fazer parte de um anel; espaços tipo c se conectam a dois ou mais espaços e se localizam dentro de um anel de movimento e espaços tipo d se posicionam em dois ou mais anéis (Figura 9). Um aumento de espaços tipo a, localmente, e de espaços tipo d, globalmente, tendem a minimizar a profundidade total resultando em um sistema mais integrado; e o aumento de espaços tipo c, localmente, e tipo b, globalmente, tendem a maximizar a profundidade espacial gerando sistemas mais segregados (AL_SAYED, TURNER, HILLIER, IIDA, PENN,

2014; AMORIM, 2019). Espaços tipo a são mais indicados a serem espaços de ocupação; espaços tipo b e c geralmente são espaços de transição por propiciarem um controle mais fácil de entradas e saídas; e espaços tipo d oferecem caminhos alternativos, facilitando a movimentação (HILLIER, 1996).

Figura 9 - Espaços tipo a, b, c, d



Fonte: A autora (2022)

Amorim (1999) propõe a medição da proporção que cada tipo de espaço ocupa no sistema, através do que denomina de *space-ness*, e que mostra, dessa forma, em que extensão essas propriedades de ocupação e movimento se fazem presentes, como pode ser visto nas equações abaixo:

$$a\text{-ness} = a/(n-1)$$

$$b\text{-ness} = b/(n-2)$$

$$c\text{-ness} = c/n$$

$$d\text{-ness} = d/n$$

Sendo “n” o número total de convexos do sistema, e a, b, c e d, o número de espaços tipo (AMORIM, 1999).

O nível de *a-ness* do sistema pode ser obtido dividindo-se o número total de espaços tipo a pelo número total de nós menos um, porque o número máximo de espaços tipo a em um sistema pode ser encontrado em um grafo raso composto por espaços tipo a ligados a um único espaço tipo b. O nível de *b-ness* pode ser obtido dividindo-se o número de espaços tipo b pelo número total de nós menos dois, porque espaços tipo b estão sempre conectados a outro espaço. E os níveis de *c-ness* e *d-*

ness podem ser calculados pela divisão do número total de espaços tipo pelo número total de nós, uma vez que grafos podem ser compostos somente por espaços tipo c e d (AMORIM, 1999).

Além disso, outra propriedade que também pode ser extraída dos grafos justificados é o valor de conectividade relativa do sistema, também proposta por Amorim (1999), que se refere a incidência de anéis dentro do sistema, os quais oferecem de possibilidade de movimentação, e pode ser calculada pela seguinte fórmula:

$$CR = \frac{C - (P - 1)}{2P - 5}$$

Onde CR se refere a conectividade relativa, C a quantidade de conexões e P a quantidade de pontos, ou espaços convexos. Valores mais próximos de 1 significa sistemas mais anelados (HILLIER, HANSON & GRAHAM, 1987; AMORIM, 1999).

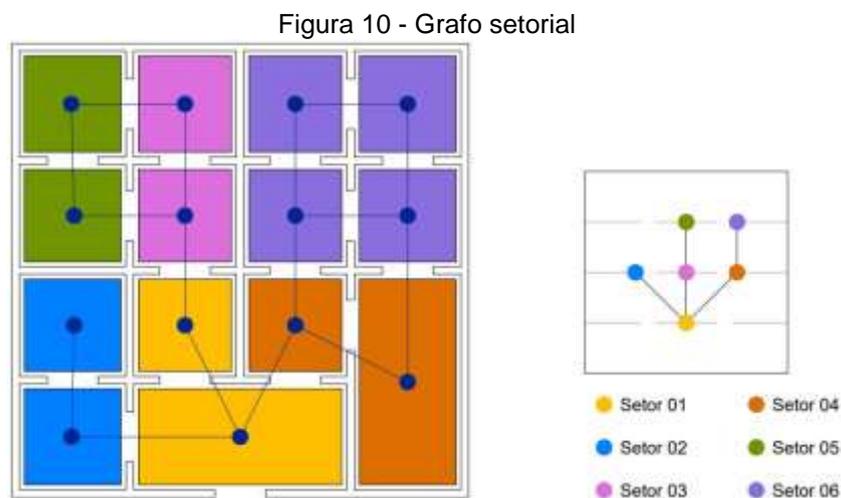
A equação foi proposta por Amorim (1999) para se poder comparar o nível de conectividade de sistemas de diferentes tamanhos. Antes, a métrica usada era a da anelaridade (*ringness*), contudo, quanto maior era o sistema, maior era o seu valor de anelaridade. Para se solucionar essa distorção, foi proposto por Hillier e Hanson (1984 *apud* AMORIM, 1999) a métrica da anelaridade relativa, que consiste no número total de anéis diferentes sobre o número possível de anéis para aquele número de nós: $2P - 5$, onde P é o número de nós do complexo, gerando a equação:

$$RR = \frac{r}{2P - 5}$$

Onde RR é o valor da anelaridade relativa, r é o número de anéis do complexo, e P o número de nós do grafo. Os valores variam entre 1, que é o valor de anelaridade máxima e 0, expressadas em grafos tipo árvore. Contudo, como a maioria dos programas não identificava os anéis, mas sim as conexões, Amorim adaptou a equação.

Um outro tipo de grafo justificado e simplificado é proposto por Amorim (1999) - o grafo setorial (Figura 10). Isto é, os espaços que conformam o sistema são agrupados em setores de acordo com as funções específicas que desempenham, os quais são representados no grafo como um único nó, se interconectando entre si e demonstrando, dessa maneira, a que tipo de espaço o setor equivale no sistema -

setor equivalente a espaço tipo a, b, c ou d - e, portanto, como se dão os padrões de ocupação e movimento dentro deles (AMORIM, 1999).



Estes últimos também podem ser verificados quantitativamente por meio do número de espaços de transição e espaços de ocupação, que podem revelar uma miríade de características específicas. Uma grande quantidade de espaços de ocupação, por exemplo, pode estar associada a ambientes mais controlados e classificatórios, pois o usuário precisaria passar por muitos espaços até chegar ao seu destino; mas também pode significar que o plano analisado é mais livre, e seus ambientes rotulados conformam espaços de circulação mais partidos (HANSON, 1998).

Todos os atributos explanados até o momento são relacionados a aspectos geométricos, configuracionais e funcionais que se referem à integridade espacial do edifício. Quanto à autenticidade espacial, esta é aferida primariamente por suas propriedades genótípicas. O genótipo do sistema é identificado a partir da seleção dos seus espaços mais característicos, que são ordenados a partir dos seus valores de integração, do maior para o menor número.

O conceito de integração está associado à noção de profundidade de um espaço em referência ao sistema como um todo. O valor de integração de um sistema mede o quanto seu padrão tende a integrar ou segregar os espaços. Um espaço integrado tem sua profundidade em relação a todos os outros minimizada, e um espaço segregado tem sua profundidade maximizada em relação aos outros espaços

(LOUREIRO, 2000), ou seja, um espaço integrado é um espaço mais facilmente acessível. O valor de integração, portanto, expressa a profundidade média de cada espaço, em relação a todos os outros que compõem o sistema.

Relações de profundidade envolvem a noção de assimetria e a relação entre assimetria e profundidade se dá pela Relativa assimetria (RA), que representa a razão entre a profundidade do sistema espacial com seu grau de profundidade teórico, como abaixo:

$$RA = \frac{2(MD - 1)}{K - 2}$$

onde k é o número de espaços convexos do complexo; MD é a profundidade média do sistema, dado pela razão entre a soma da profundidade de cada espaço para os demais – o número de espaços atravessados na passagem de um a outro, e o número de espaços menos 1 (o espaço original). A expressão da profundidade média é dada abaixo, onde d é a profundidade de cada espaço em relação a cada um dos elementos constituintes do sistema:

$$MD = \sum \frac{d}{K - 1}$$

Para a comparação entre sistemas de tamanhos diversos, para que os efeitos do número de espaços seja controlado, é necessária uma transformação no valor de RA. É proposto por Hillier & Hanson uma normalização do valor da relativa assimetria (RA), relacionando-o a um valor que expressa a relativa assimetria de um sistema em forma de diamante, cujo valor de integração é D. Dessa forma,

$$RRA = \frac{RA}{D}$$

Onde RRA é a relativa assimetria real do sistema, e D o valor teórico da relativa assimetria para um sistema de mesmo número de espaços que o atual. O valor de integração é dado pelo inverso do valor de relativa assimetria real (1/RRA). Quanto maior o valor de integração mais integrado ao sistema é o espaço (LOUREIRO, 2000).

Diferentes funções apresentam diferentes valores de integração, que mudam de acordo com sua posição relativa dentro do complexo espacial, isto é, diferentes funções são designadas a determinados espaços mais ou menos integrados de acordo com as expectativas sociais que as mesmas devem cumprir. Essas diferenças

são um dos modos através dos quais as relações sociais e culturais são expressas no meio espacial (HILLIER, HANSON, GRAHAM, 1986). Para se medir o quão forte ou fraca essa diferenciação entre os valores de integração se dá dentro de uma amostra, foi desenvolvida por Hillier *et al.* (1986) uma equação que foi chamada de fator de diferenciação, que mostra o grau de diferença entre os valores comparados, através da equação:

$$H = - \sum \left[\frac{a}{t} \ln \left(\frac{a}{t} \right) \right] + \left[\frac{b}{t} \ln \left(\frac{b}{t} \right) \right] + \left[\frac{c}{t} \ln \left(\frac{c}{t} \right) \right]$$

Onde H é o fator de diferenciação irrelativizado de três espaços; a, b e c, são os valores de integração dos espaços; e t a soma deles. O valor de H pode ser relativizado entre $in2$ e $in3$ através da equação:

$$H^* = \frac{H - in2}{in3 - in2}$$

Com os resultados podendo variar de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, menor é a diferença entre eles.

Além disso, outro atributo que caracteriza a autenticidade espacial, obtida a partir dos mapas convexos é o nível de inteligibilidade do sistema, q ue é função da correlação entre os valores de integração e conectividade. A integração é uma medida global que indica o quão raso ou profundo um espaço é em relação a todos os outros, como explanado anteriormente. A conectividade é, simplesmente, o número de conexões que cada espaço convexo tem. Tal medida indica o quão fácil ou não é para o usuário de navegar o sistema, apreendendo-o a partir do local que se encontra (AL_SAYED, TURNER, HILLIER, IIDA, PENN, 2014). Quanto mais próximo de 1 for o valor da inteligibilidade, mais fácil de apreender e se localizar no sistema é para o usuário.

Em síntese o procedimento analítico segue as seguintes etapas:

- Avaliação programática
- Análise espacial:
 - Atributos referentes à integridade
 - Aspectos geométricos
 - Relação entre espaços convexos e espaços fechados
 - Aspectos configuracionais

- Espaços tipo e *Space-ness*
- Anelaridade
- Aspectos funcionais
 - Grafos setoriais
 - Espaços de ocupação x Espaços de transição
- Atributos referentes à autenticidade
 - *Inequality genotype* e seu fator de diferenciação
 - Inteligibilidade

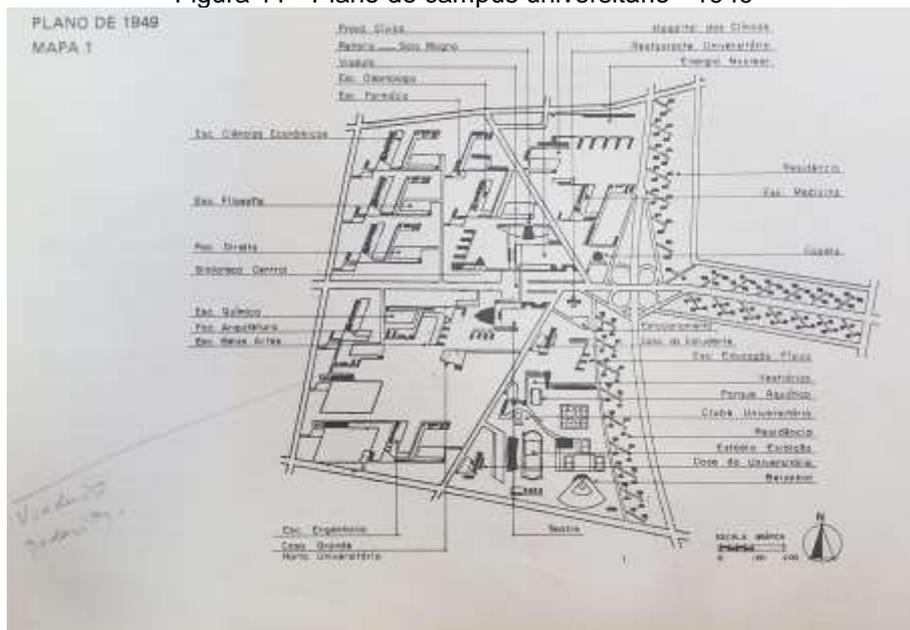
A partir disso, com a avaliação espacial feita, pode-se partir para um segundo momento metodológico que seria a análise do nível de integridade e autenticidade espacial do bem, e a identificação das propriedades espaciais a serem preservadas. Isso é feito a partir da comparação de todos os dados coletados, por meio de gráficos e tabelas ilustrativas, facilitando o entendimento dos padrões configuracionais do edifício e estabelecendo até que ponto mudanças podem ser feitas sem que a configuração espacial perca sua identidade, isto é, sem que sua integridade e autenticidade espaciais sejam perdidas, no caso de possíveis novas intervenções; ou estabelecendo diretrizes de intervenção para que essas condições qualificadores sejam minimamente restauradas e/ou mantidas, atendendo às novas demandas surgidas, no caso de restauro ou manutenção.

3.3 ESTUDO DE CASO

O edifício escolhido para ser usado como estudo de caso da presente pesquisa foi o que abrigou o Restaurante Universitário da Universidade Federal de Pernambuco. Foi escolhido pelo grau de mudança de uso que apresentou, aspecto importante para se validar a metodologia proposta, possibilitada pela documentação disponibilizada pela Superintendência de Infraestrutura da UFPE (Sinfra).

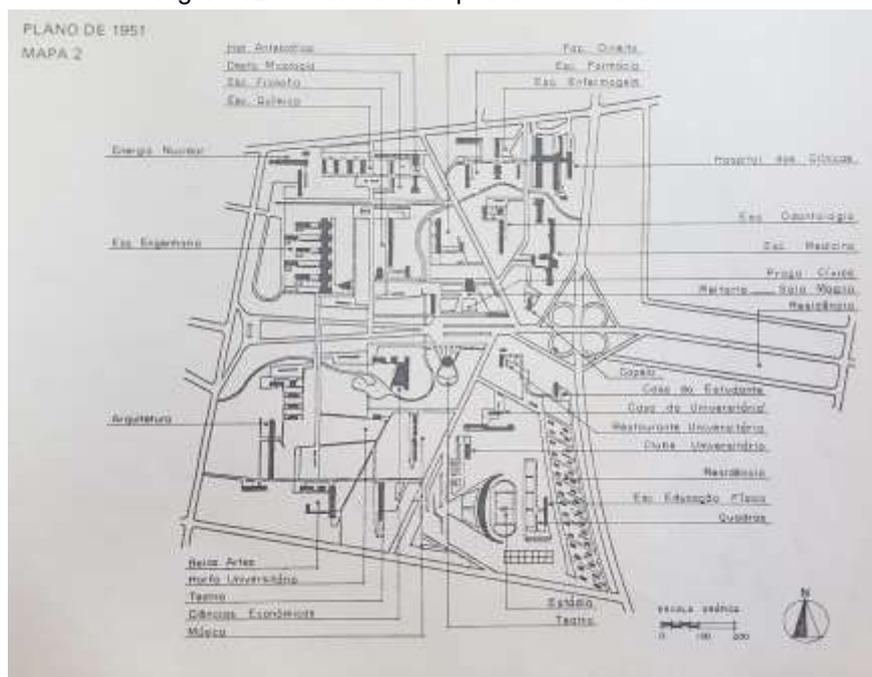
O edifício foi projetado pelo arquiteto Filippo Mellia, arquiteto italiano convidado por Mário Russo, arquiteto milanês contratado pela universidade para conduzir o projeto da sua cidade universitária e dos edifícios que o comporiam, como também para ministrar aulas no curso de Arquitetura na Escola de Belas Artes. Foi concebido dentro do contexto de criação e expansão do campus universitário que, projetado pela equipe técnica capitaneada por Russo, com base nas premissas básicas do movimento moderno, dispôs seus edifícios soltos na paisagem, permeados pelo vento e pela luz do sol, cercados de áreas verdes e distribuídos no terreno de 156 hectares localizado no bairro do Engenho do Meio, no subúrbio do Recife. Tal modelo de proposta era comum a outros planos de *campi* universitários desenvolvidos na época, como por exemplo, o do Rio de Janeiro, São Paulo, Cidade do México e Caracas (CABRAL, 2006). Nos desenhos dos planos urbanísticos, pode-se observar o caráter funcionalista organizacional do arquiteto racionalista, com a criação de claros setores nas diversas versões do plano urbanístico (Figuras 11-13), que desde o primórdio apresentava os núcleos médico, esportivo, tecnológico e de humanidades, bem demarcados (CABRAL, 2006).

Figura 11 - Plano do campus universitário - 1949



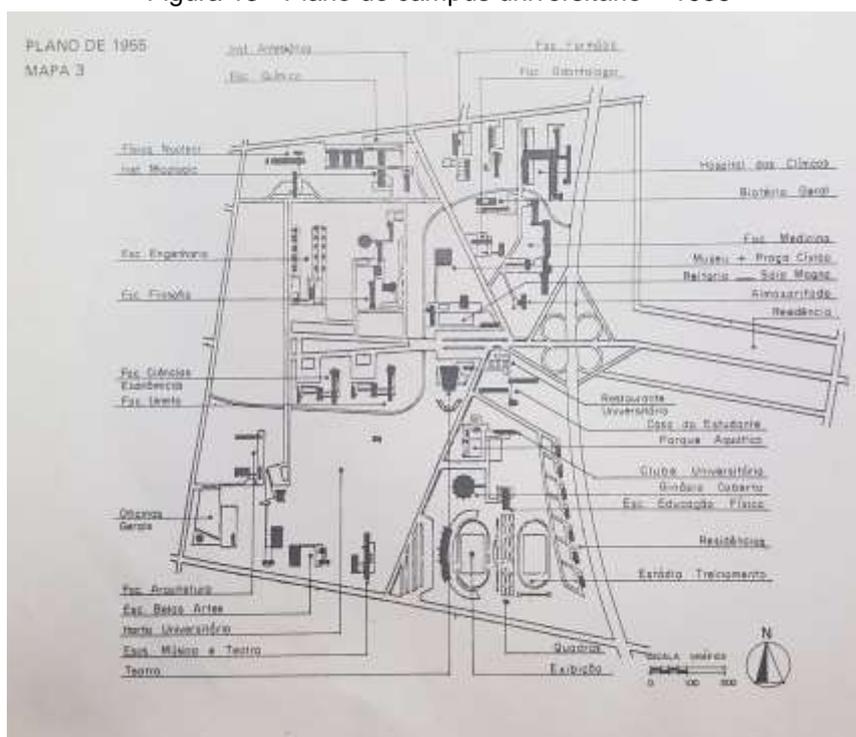
Fonte: UFPE. Campus Joaquim Amazonas. Plano Diretor Físico. Recife: UFPE, 1985

Figura 12 - Plano do campus universitário - 1951



Fonte: UFPE. Campus Joaquim Amazonas. Plano Diretor Físico. Recife: UFPE, 1985

Figura 13 - Plano do campus universitário – 1955

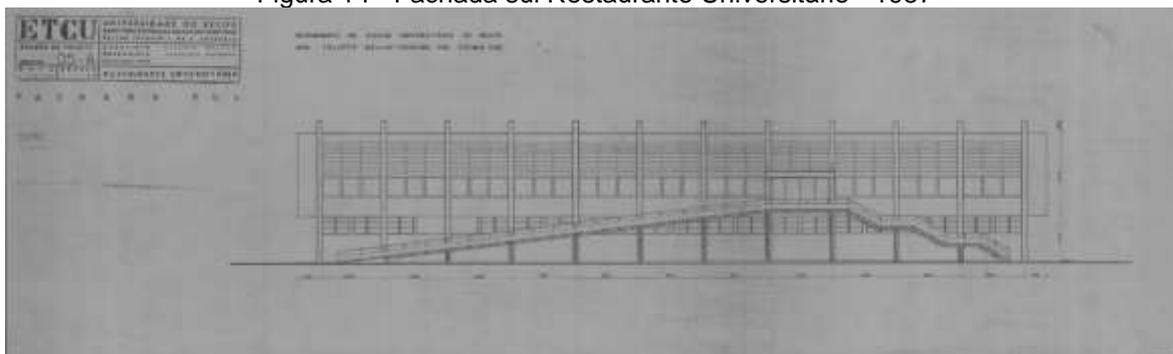


Fonte: UFPE. Campus Joaquim Amazonas. Plano Diretor Físico. Recife: UFPE, 1985

Apesar de ter lançado as bases para o plano da Cidade Universitária do Recife, Russo deixa a cidade em 1955, e o plano passa para as mãos de outros profissionais, sofrendo algumas modificações.

No projeto de Mellia para o Restaurante Universitário, desenvolvido após seu afastamento, pode-se ver muitos dos preceitos utilizados por Russo em seus projetos de arquitetura, provenientes da sua formação. Russo explorava a relação entre indústria e construção, através do uso de elementos pré-fabricados nos seus edifícios, como uma forma de racionalizar a obra e diminuir custos (CABRAL, 2006). Tal postura pode ser vista no projeto do restaurante universitário de Mellia: o edifício, retangular em planta, tem sua cobertura suportada por pórticos de concreto armado, distribuídos a distâncias iguais ao longo do seu comprimento, garantindo um salão de refeições livre de colunas que pudessem comprometer a flexibilidade da distribuição das mesas. As janelas do pavimento térreo e do pavimento superior, cada qual, tinham modelos que se repetiam e podiam ser produzidas em série. Ademais, o pavimento térreo era recuado, criando uma circulação coberta ao redor do edifício e sombreando as janelas da área técnica (Figura 14). Ou seja, o edifício era todo modulado, com a disposição das suas salas seguindo essa modulação.

Figura 14 - Fachada sul Restaurante Universitário - 1957



Fonte: Sinfra UFPE

A ideia do restaurante nasce do intuito de evitar o deslocamento dos estudantes do campus para fazer suas refeições, dada a localização periférica da universidade. Foi idealizado no ano de 1957, mas somente construído em 1970 como mostram as imagens abaixo - recortes de notícias do Jornal Universitário nos anos 1968 e 1970 (Figura 15 - 17).

Figura 15 - Jornal Universitário - Fevereiro de 1968



Fonte: Jornal Universitário - 1968 - Memorial Denis Bernardes

Figura 16 - Jornal Universitário - 1970



Fonte: Jornal Universitário - 1970 - Memorial Denis Bernardes

Figura 17 - Jornal Universitário - Junho de 1972

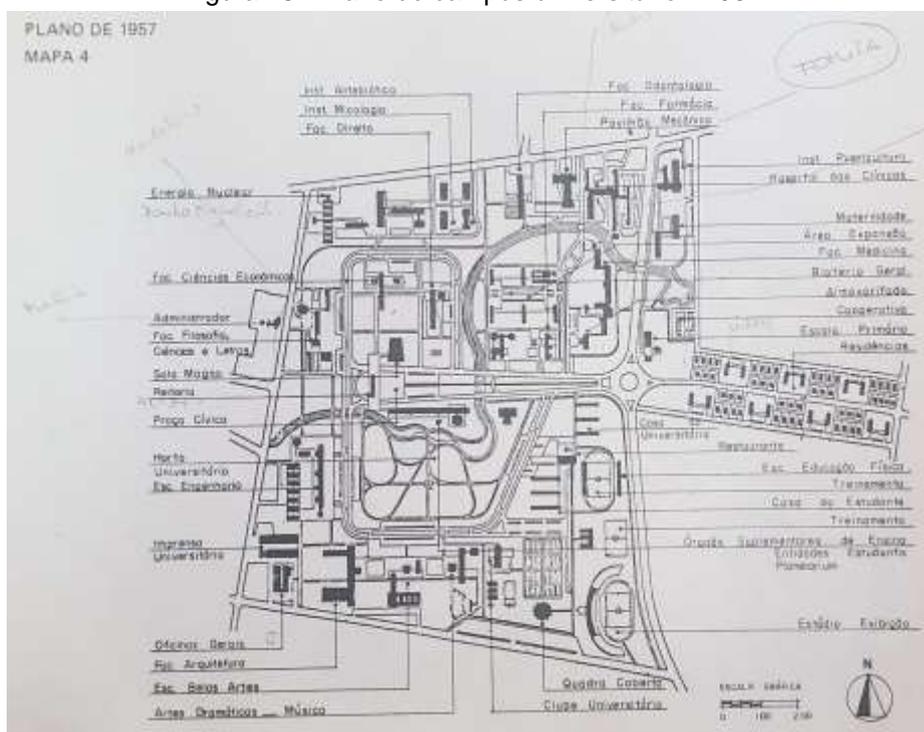


Fonte: Jornal Universitário - 1972 - Memorial Denis Bernardes

Na figura 15, - notícia do Jornal Universitário do ano de 1968 - tem-se o relato da construção de 2/3 do projeto da universidade, e na foto se vê os edifícios do hospital das clínicas e do centro de filosofia erigidos, porém, ainda não o restaurante. Na figura 16, - a notícia do Jornal Universitário do ano de 1970 – já se tem a notícia do restaurante construído, com uma foto de sua cozinha; e na figura 17 – a notícia do Jornal Universitário do ano de 1972 – a reportagem é sobre o seu pleno funcionamento.

No plano urbanístico de 1957, ele surge localizado próximo a entrada do campus, que foi onde foi construído, próximo à casa dos universitários e ao setor esportivo. Ademais, tinha seu posicionamento no lote com as fachadas menores postas no sentido Leste-Oeste, fazendo com que as fachadas maiores, dessa maneira, levassem menos incidência solar e recebessem mais vento (Figura 18).

Figura 18 - Plano do campus universitário - 1957



Fonte: UFPE. Campus Joaquim Amazonas. Plano Diretor Físico. Recife: UFPE, 1985

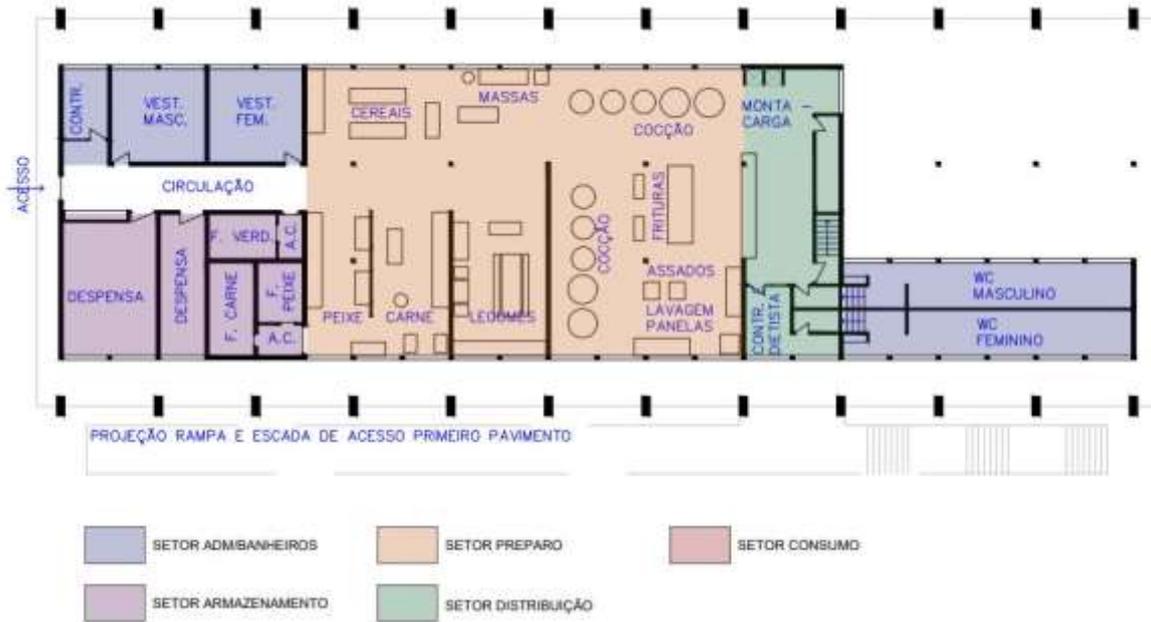
Projetos de restaurantes devem seguir algumas regras sanitárias, que deve sempre priorizar a funcionalidade do processo produtivo e garantir a qualidade do produto final. Isto é, a disposição dos espaços de uma cozinha industrial, dentro de um projeto de arquitetura, deve integrar os fluxos funcionais e evitar os fluxos

cruzados que podem gerar a contaminação dos alimentos. Com isso em mente, a cozinha deve apresentar os seguintes espaços (SOMAVILLA, LOPES, 2013):

- recepção e armazenamento, onde é feito o controle de qualidade e quantidade dos alimentos, e sua armazenagem. Neste setor ficam as câmaras frigoríficas e os depósitos de alimentos secos;
- pré-preparo, onde se faz o descasque, fatiamento e lavagem para desinfecção;
- copa, onde se prepara sobremesas e bebidas;
- preparo, onde se realiza o cozimento dos alimentos;
- higienização, onde se faz a lavagem de utensílios;
- distribuição, referente ao atendimento ao público;
- serviços, onde ficam os vestiários
- e administração, onde fica o corpo técnico responsável (SOMAVILLA, LOPES, 2013).

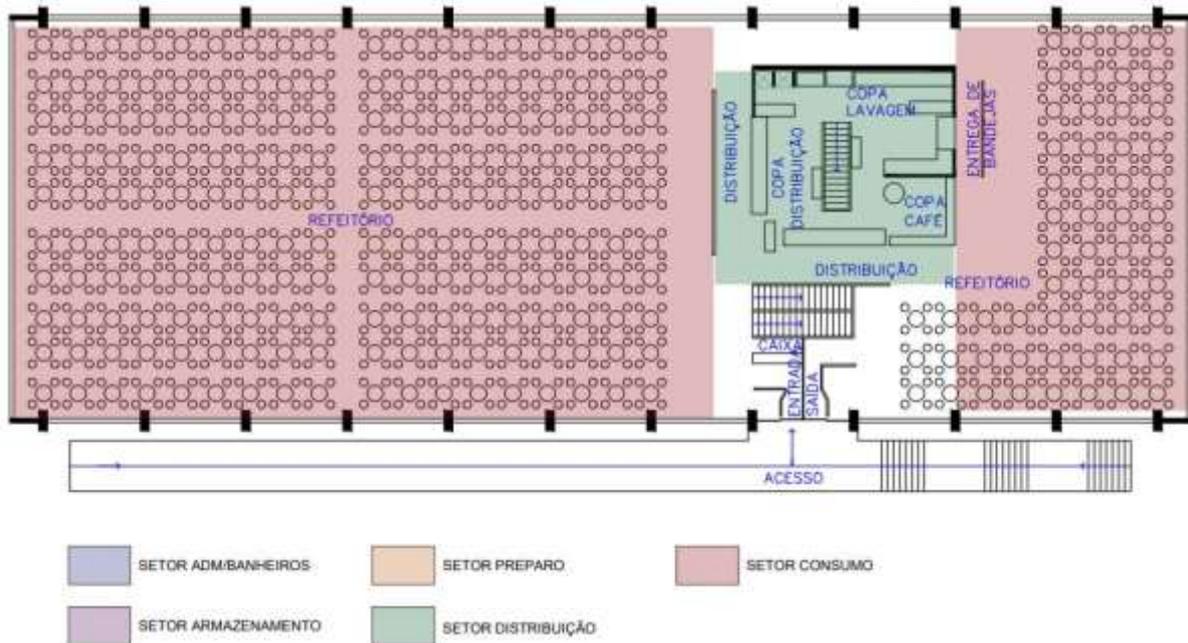
Isto posto, é importante destacar que no projeto do Restaurante Universitário identifica-se claros setores, onde no pavimento térreo se localizavam as funções mais técnicas, com áreas de armazenamento e preparo de alimentos, além de administração e banheiros (Figura 19); e no pavimento superior, ficavam os salões de refeição e a área de distribuição de bandejas (Figura 20), tendo os dois pavimentos diferentes acessos para seus interiores, evitando o cruzamento do fluxo de funcionários e visitantes (Figuras 21-24).

Figura 19 - Planta baixa Restaurante Universitário - Pavimento térreo - 1957



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 20 - Planta baixa Restaurante Universitário - Pavimento superior - 1957



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 21 - R. U. - Salão interno



Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes

Figura 22 - R. U. - Área de distribuição



Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes

Figura 23 - R. U. - Cozinha



Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes

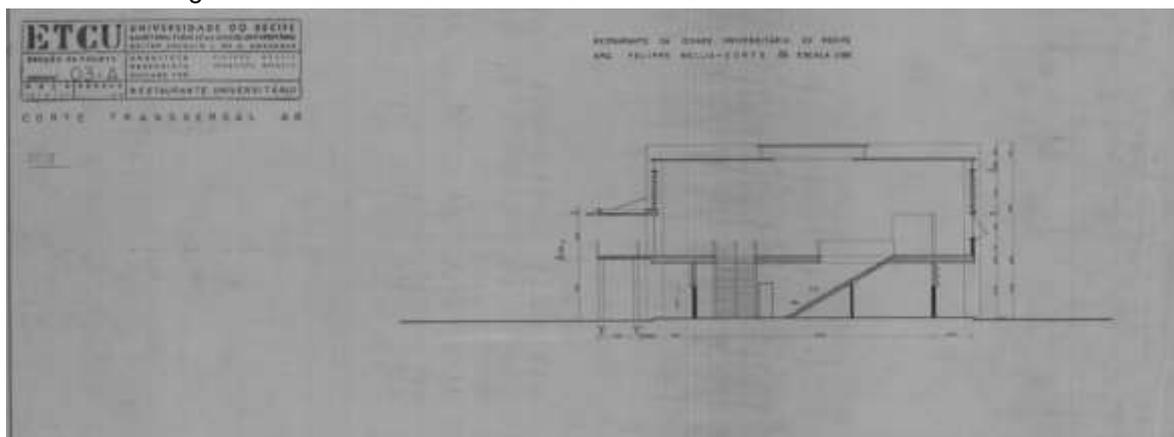
Figura 24 - R. U. - Distribuição



Fonte: Acervo Memorial Denis Bernardes

Do ponto de vista da forma-espço, o edifício pode ser descrito da seguinte maneira: o recuo do pavimento térreo criava uma espécie de circulação que contornava todo o edifício, sombreando suas janelas altas, com peitoril de 2,10m, as quais fechavam todo o pavimento e cumpriam a função de levar iluminação e ventilação natural cruzada para o interior, além de permitir um maior controle, com as venezianas, da entrada de possíveis intempéries que podiam penetrar no ambiente, preservando, assim, um maior nível de higiene nos locais onde os alimentos eram preparados e armazenados (Figura 25).

Figura 25 - Corte transversal - Restaurante Universitário - Plano de 1957



Fonte: Sinfra UFPE

O pavimento superior possuía um pé direito mais elevado de 6m, proporcional ao espaço integral gerado pelo sólido prismático e ao número de usuários, e diferentemente do térreo, era fechado por janelas de peitoril de 1,10m, que contavam também com bandeiras de venezianas fixas, as quais permitiam que os usuários tivessem uma visão da paisagem circundante enquanto faziam suas refeições e que a ventilação natural acontecesse de forma cruzada (Figura 25).

Com isso, tinha-se uma edificação completamente modulada, construída em concreto armado, e que se utilizava de elementos produzidos em série, como suas janelas, por exemplo, e que dividia clara e precisamente os setores que abrigava. Ou seja, um edifício que mostrava em todos os seus atributos - materiais e funcionais - as características do movimento moderno, em meio ao qual foi concebido.

Faz-se necessário destacar que as análises foram feitas com base nos projetos de alteração do edifício, verificado nos planos desenvolvidos em cinco anos diferentes, e não em alterações construtivas efetivas. Porém, a nível de exercício, as modificações sugeridas nos projetos foram consideradas como parte da história construtiva da edificação, uma vez que elas foram propostas com base em alguma motivação. O plano de 1957 se refere ao projeto original, que sofreu uma modificação, em 1967 antes da sua construção, provavelmente para se fazer alguma atualização necessária às demandas da época. Porém foi construído tal qual o primeiro. Isso pode ser verificado nas fotografias internas (Figura 21-24). Depois do plano de 1967, mais três foram feitos: 1978, 1984 e 1986. Não se sabe se alguma das modificações propostas foi realizada.

Dessa maneira, toda análise espacial é feita com as plantas baixas do objeto de estudo – a do projeto original e as das subsequentes alterações sugeridas – para se entender como as mudanças espaciais modificaram a dinâmica do edifício ao longo do tempo. No caso do Restaurante Universitário, cinco modificações serão analisadas: 1957 (projeto original) – 1967; 1967 – 1978; 1978 – 1984; e 1984 – 1986.

4 O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

No presente capítulo, o edifício do antigo Restaurante Universitário da Universidade Federal de Pernambuco é usado como objeto de estudo para aplicação da metodologia proposta.

Em um primeiro momento, a análise sintática é realizada se utilizando das suas plantas baixas de cinco marcos anuais diferentes - 1957, 1967, 1978, 1984, e 1986 - estabelecendo, a partir disso, os parâmetros de integridade e autenticidade espacial do edifício.

Em um segundo momento, faz-se a análise e discussão dos dados coletados, comparando o plano de 2017 aos parâmetros fixados e verificando se as modificações feitas no edifício alteraram suas condições de integridade e autenticidade espacial.

4.1 ANÁLISE SINTÁTICA

Como já explanado anteriormente, a análise sintática de um bem patrimonial no contexto desta investigação tem o intuito de verificar em que medida suas propriedades espaciais foram alteradas ao longo dos anos para, a partir disso, definir os valores de integridade e autenticidade espacial que, por sua vez, orientam a definição de diretrizes de intervenção e manutenção no edifício. É feita através da avaliação programática dos planos do edifício, assim como dos seus atributos de integridade e autenticidade espacial, como caracterizados no capítulo anterior.

4.1.1 Avaliação programática e solução arquitetônica

Como já mencionado, o projeto original data de 1957. Nele é possível observar como o arquiteto Filippo Mellia atendeu ao programa arquitetônico segundo setores sociofuncionais. No térreo, como referido, se concentravam as funções operacionais do restaurante, cujo acesso se dava por uma única porta para garantir o controle de entrada de funcionários e mercadorias e se fazia pelo eixo central da fachada oeste. Era composto por um conjunto de salas fechadas próximas à sua entrada, destinado aos vestiários e depósitos de alimentos. Em seguida, ficavam espaços mais abertos destinados ao preparo de alimentos, separados apenas por paredes soltas, pelo mobiliário e por equipamentos próprios da cozinha industrial.

O usuário que se posicionasse na entrada, teria a visão de um corredor central para o qual se voltariam algumas portas – do lado esquerdo, se posicionavam, nesta ordem, a sala de controle e os vestiários masculino e feminino; e do lado direito, despensas e antecâmara do frigorífico de frutas e verduras.

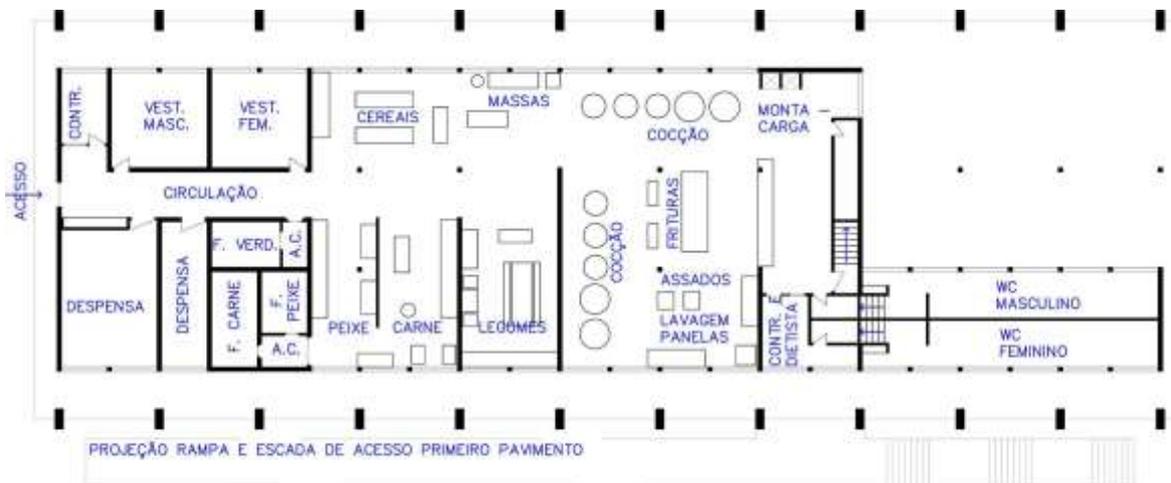
Após esse setor, do lado esquerdo, em um espaço contínuo dividido apenas por mobiliário e equipamentos, ficavam as áreas de preparo de cereais, massas e cocção; e do lado direito as áreas de preparo de carnes, peixes e legumes – cada qual separadas uma da outra, por paredes – com uma grande área subsequente a esses espaços que abrigava a cocção, o preparo de frituras e assados, e a lavagem de panelas.

Para além desse grande ambiente ficavam do lado esquerdo o monta cargas, destinado a levar as refeições prontas para a área de distribuição no pavimento superior; do lado direito, a sala de dietista e depósitos; e entre eles, o balcão de

preparo de porções para distribuição, onde atrás do mesmo ficavam mais um depósito e a escada de acesso ao pavimento superior, reservada ao uso dos funcionários.

Neste pavimento, ainda se localizavam os banheiros destinados ao público, que só podiam ser acessados pelo pavimento superior e atrás deles, uma área vazia que se infere que era destinada a possíveis expansões (Figura 26).

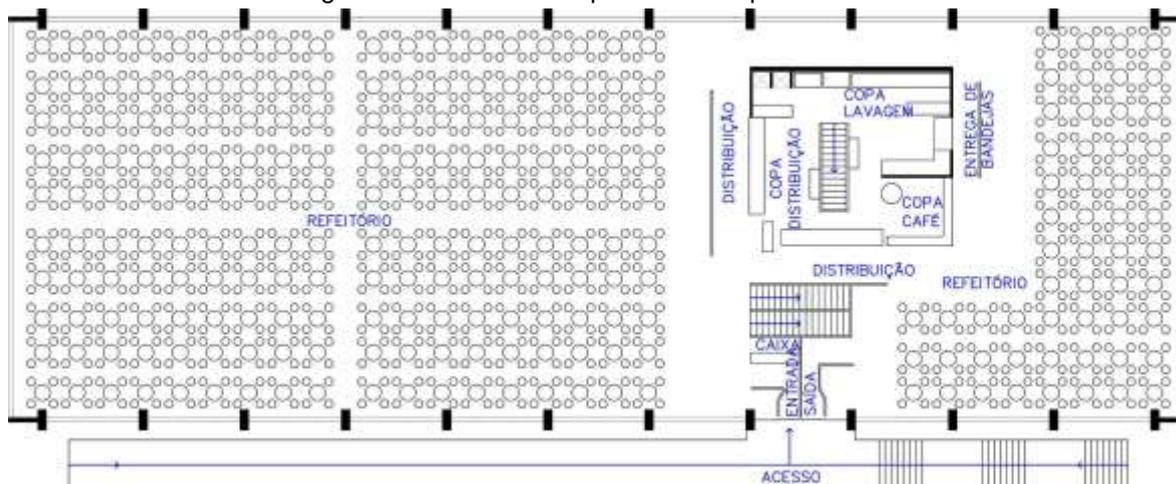
Figura 26 - Planta baixa pavimento térreo - 1957



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

O pavimento superior, assim como o térreo, possuía acesso único, que se dava por meio de uma rampa e escada, que concluíam para um patamar único coberto por uma marquise em concreto armado. O usuário que se posicionasse de frente para a entrada tinha a seguinte visão: do lado esquerdo, um grande salão maior retangular, onde ficavam distribuídas as mesas; a sua frente, o caixa, atrás desses, o volume de escada, delimitado por paredes baixas, que levava aos banheiros do público no térreo, e mais além o volume que concentrava a extensão da cozinha, delimitada por paredes com altura de 2,50m, onde se fazia a distribuição de alimentos e coleta de bandejas sujas; e do lado direito, um salão retangular menor que abrigava mais mesas (Figura 27).

Figura 27 - Planta baixa pavimento superior - 1957

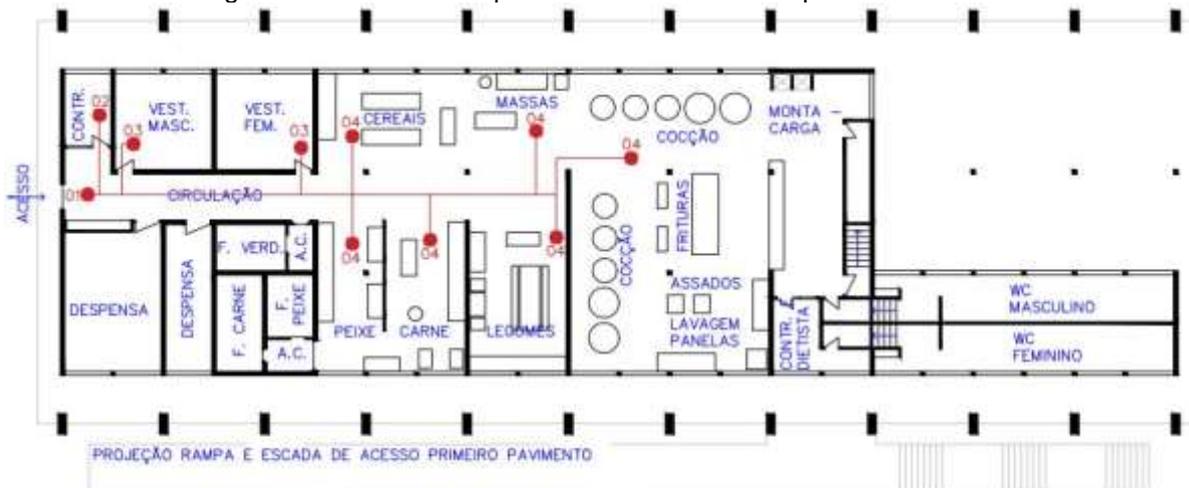


Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Do ponto de vista socioespacial, cada pavimento apresentava uma rotina de funcionamento que pode ser inferida através dos rótulos dos seus espaços. O pavimento térreo abrigava as áreas de armazenamento e preparo de alimentos, administração e banheiros.

A posição relativa dos seus ambientes nos revela o provável funcionamento e percurso dos usuários que se daria nesse pavimento: a sala de controle, localizada a esquerda de sua entrada, possuía uma janela, a qual provavelmente seria usada para monitorar a entrada e saída de alimentos e pessoas do edifício, e adjacente a ela ficavam os vestiários masculino e feminino. O que se pode inferir da posição dessas salas é a seguinte movimentação: o funcionário ao chegar (01), bater o ponto na sala de controle (02), se direcionaria para os vestiários onde faria seus rituais de troca e higiene (03), e em seguida se dirigiria para seu posto de trabalho (04), voltando ao final do trabalho a usar o vestiário (03) e a bater o ponto novamente (02), antes da saída (01) (Figura 28).

Figura 28 - Planta baixa pavimento térreo - 1957 - percurso usuários



Fonte: A autora (2022)

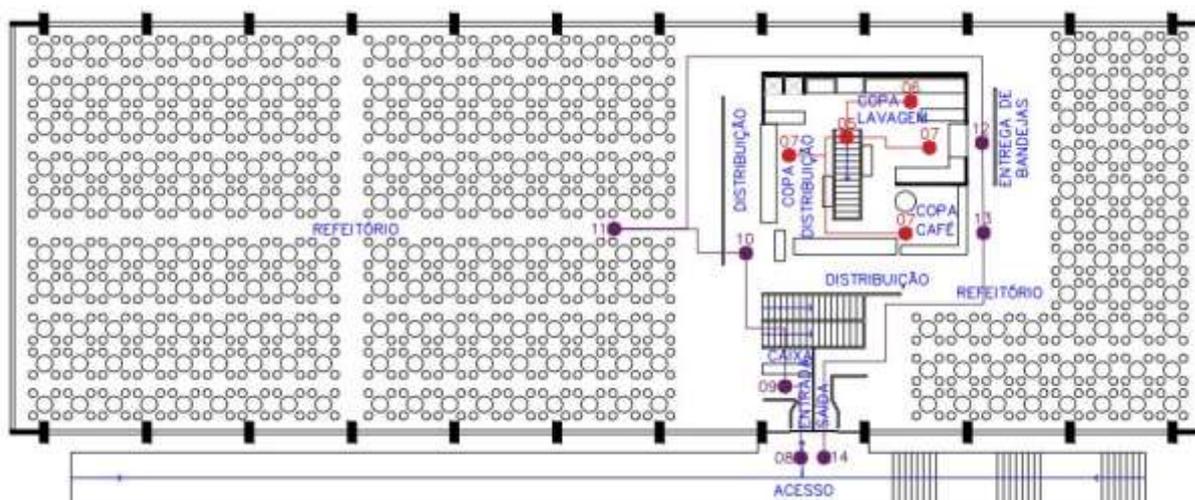
O posicionamento da despensa e frigoríficos se encontravam próximos à entrada do pavimento de modo a facilitar a descarga e abastecimento dos alimentos. Contudo, a posição dessas salas geraria um cruzamento de fluxos que pode ser considerado não adequado, pois dividiriam o mesmo acesso com os vestiários. Portanto, uma área suja se localizava adjacente às salas de armazenamento alimentar, local que deve ser limpo e livre do risco de contaminações. Por fim, a sala de dietista, que como a sala de controle possuía uma janela, também sugere que funcionaria como ponto de controle dos processos que aconteceriam na grande área de preparo de porções, levados ao andar superior pelo monta-cargas.

No pavimento superior, pode-se descrever duas rotinas: a dos funcionários que trabalhariam no espaço de distribuição dos alimentos e bandejas, além de outras funções complementares, e a dos usuários que faziam suas refeições no local.

Com relação aos funcionários, ao subirem a escada de acesso ao pavimento superior (05), localizada no térreo, atrás do balcão de montagem dos pratos, ver-se-ia a área de copa/lavagem ao lado direito (06) e o monta-cargas ao lado esquerdo. Esse espaço destinado à distribuição (07) de alimentos e recolhimento de bandejas sujas seria relativamente pequeno (07), teria suas funções distribuídas ao redor da escada de acesso e faria parte da dinâmica das duas categorias de usuários – funcionários-habitantes e clientes-visitantes, servindo como ponto de interface entre eles.

O usuário que faria sua refeição no edifício realizaria o seguinte percurso: entraria pelo lado esquerdo da porta (08), se direcionaria ao caixa para comprar sua refeição (09) – que pela sua posição, teria o controle de quem entrava e quem saía do ambiente -, em seguida, iria para a área de distribuição pegar sua bandeja e talheres e escolher sua refeição (10), para então ir sentar-se em alguma das mesas de um dos salões, o maior ou o menor (11). Ao fim, devolveria a bandeja suja no balcão localizado do lado direito da copa (12); porventura poderia pegar um café (13) e na sequência se dirigiria para a saída (14); desse modo, realizando sua movimentação dentro de um circuito pré-definido (Figura 29).

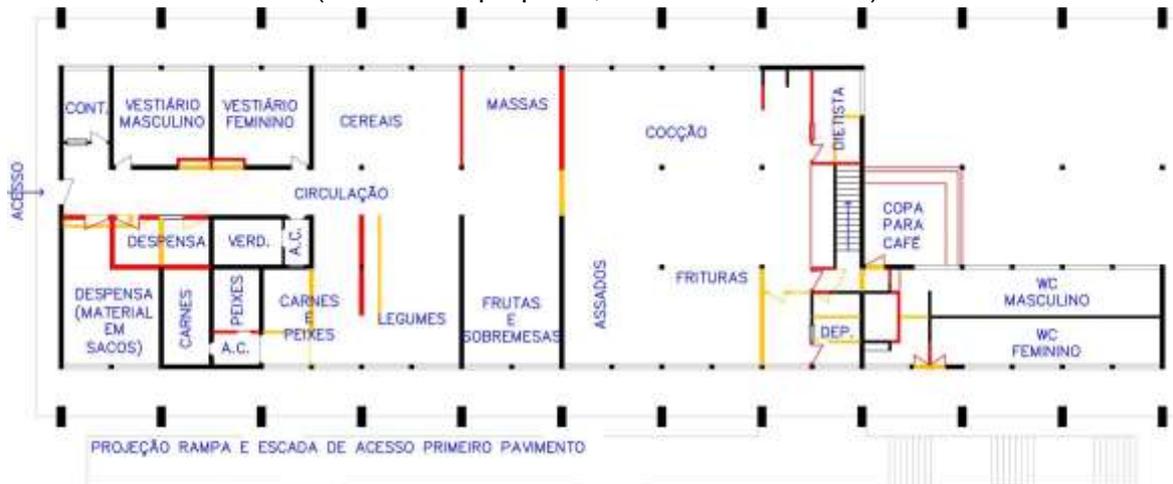
Figura 29 - Planta baixa pavimento superior - 1957 - percurso usuários



Fonte: A autora (2022)

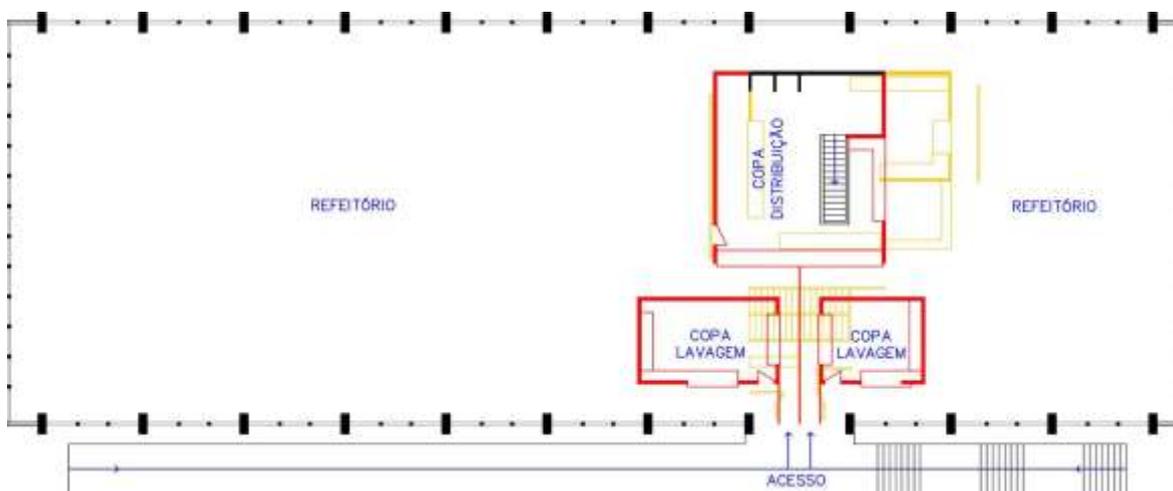
A primeira alteração que o plano do edifício sofreu se deu no ano de 1967, 10 anos após sua concepção. As mudanças, mais significativas, do ponto de vista de forma-espço foram as seguintes: no pavimento térreo a parede que bloqueava a visão de quem se posicionava no corredor central e o delimitava foi removida; as áreas de preparo de cereais, massas e cocção foram divididas por paredes; e na área antes destinada à expansão foi criado um espaço para copa e café voltado para o público. Já no pavimento superior, as escadas que davam acesso aos banheiros destinados ao público foram fechadas, fazendo-se o acesso desses, então, por acesso externo no pavimento térreo; e a extensão da cozinha que antes se concentrava em um só espaço, foi dividida em três partes – uma área de distribuição de alimentos e outras duas de distribuição e recolhimento de bandejas (Figura 30 - 33).

Figura 30 - Planta demolido e construído pavimento térreo - 1957/1967
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



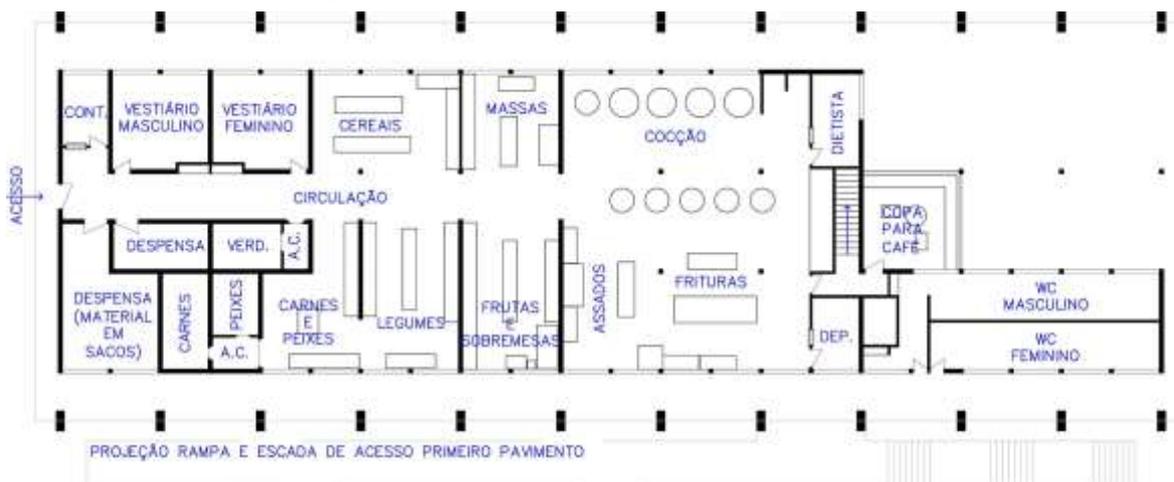
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 31 - Planta demolido e construído pavimento superior - 1957/1967
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



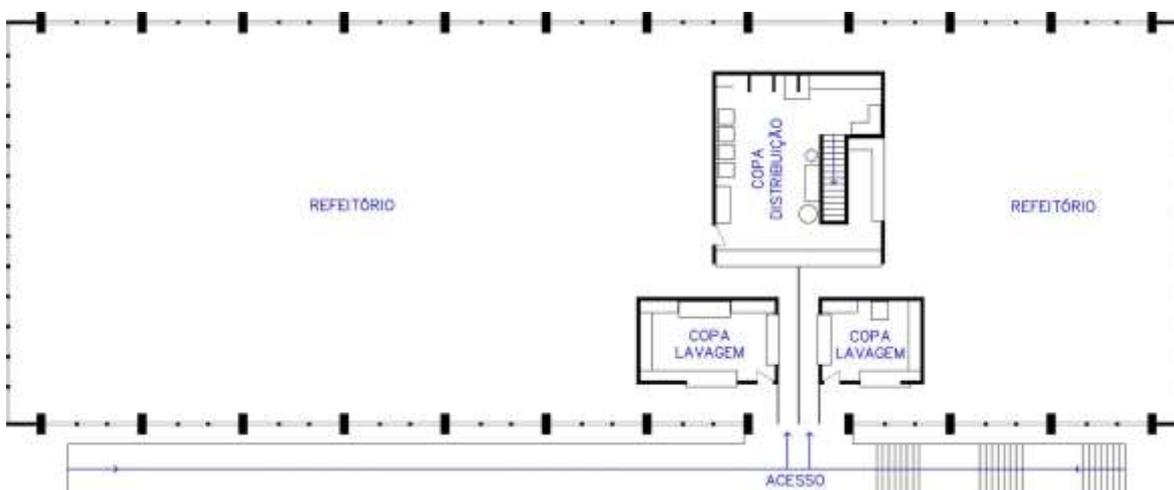
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 32 - Planta baixa pavimento térreo – 1967



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 33 - Planta baixa pavimento superior – 1967



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

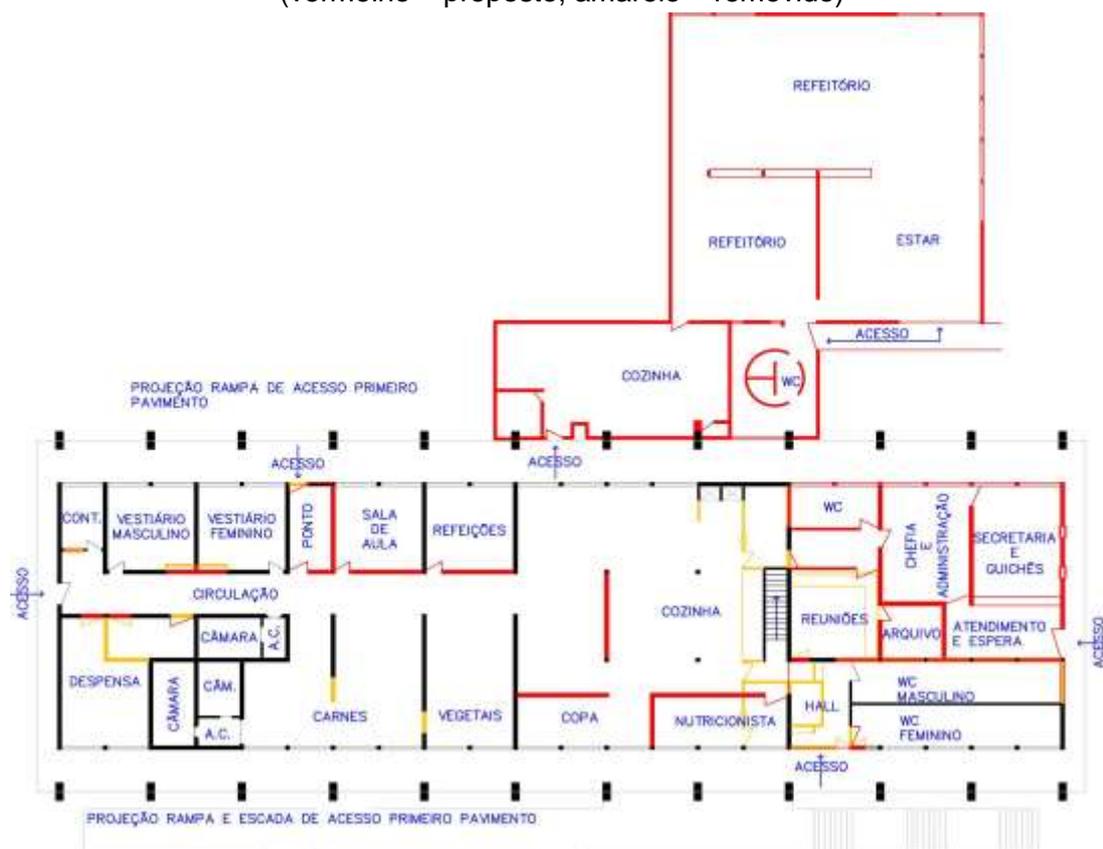
Um ponto importante a ser destacado é a ruptura da dinâmica funcional precedente. O que antes acontecia, no primeiro pavimento, dentro do mesmo espaço, agora se desenvolve distribuído entre três ambientes. Além disso, o acesso aos banheiros destinados ao público e a mudança de local da copa/café para o térreo provavelmente faria com que um fluxo maior de visitantes frequentasse esse pavimento, antes somente destinado aos funcionários do edifício. Contudo, tanto no pavimento térreo quanto no superior, a lógica do circuito dos dois tipos de usuários - funcionários e visitantes - permanece a mesma: no térreo, o funcionário ainda usa a

mesma entrada, e faz o mesmo percurso para chegar a suas estações de trabalho. E no pavimento superior, o circuito ainda é o de coleta, consumo e entrega de bandejas sujas antes da saída.

Uma possível motivação para essas mudanças teria sido a imposição de regras mais rigorosas em relação a higiene do processo de produção e distribuição pelos órgãos responsáveis – acarretando a separação dos ambientes de preparo de alimentos (divisórias postas entre as áreas de preparo de cereais, massas e cocção), e na separação dos locais de distribuição de alimentos e lavagem de utensílios usados, no pavimento superior.

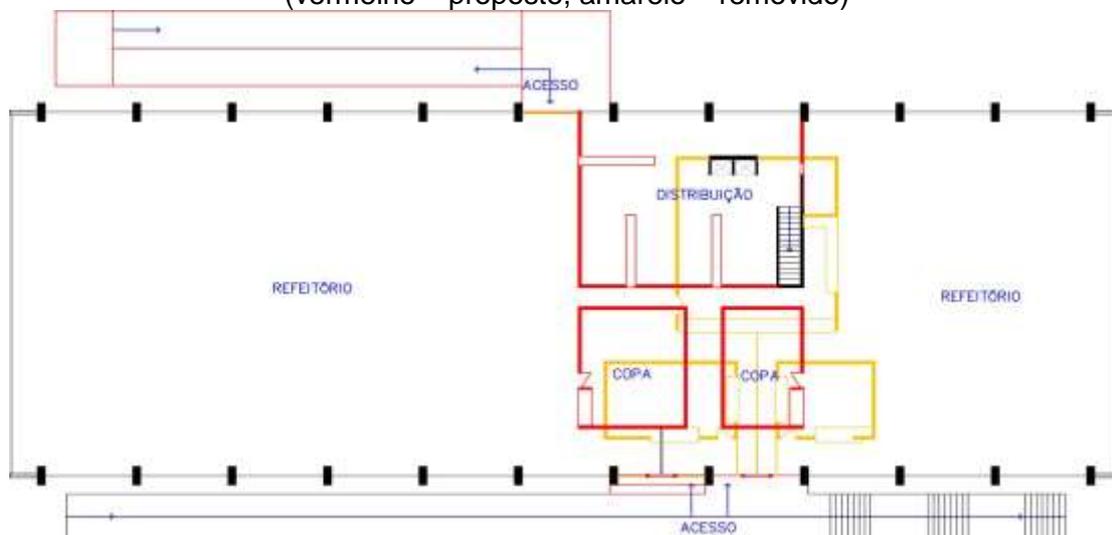
A segunda alteração que o plano do edifício sofreu se deu nove anos depois e as mudanças mais significativas foram, no pavimento térreo, a adição do refeitório destinado a professores com cozinha própria, ou seja, a expansão do edifício; a abertura de três novos acessos, onde anteriormente só existia um púnico acesso - além da entrada original, podia-se adentrar a cozinha através da sala de ponto dos funcionários, através do hall dos banheiros dos visitantes e através da sala de atendimento da área administrativa; houve também a inserção de atividades educacionais e com isso, alguns novos ambientes foram inseridos, como a área de administração que cresceu e a sala de refeições e copa na área da cozinha. E no pavimento superior, foi proposta mais uma rampa de acesso ao refeitório, no lado contrário onde ficava a rampa original, as copas de lavagem foram ampliadas e o acesso a Copa de distribuição passou a se fazer somente pelo térreo (Figura 34 - 37).

Figura 34 - Planta demolido e construído pavimento térreo - 1967/1978
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



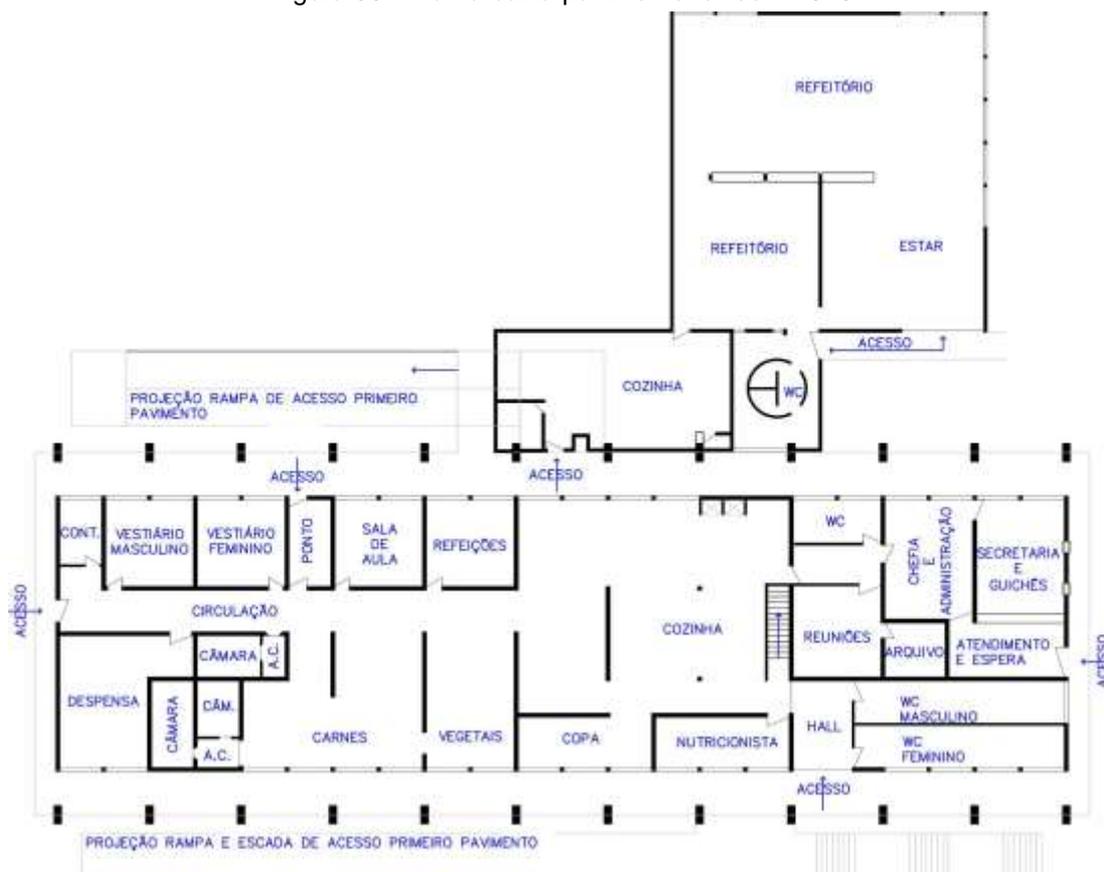
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 35 - Planta demolido e construído pavimento superior - 1967/1978
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



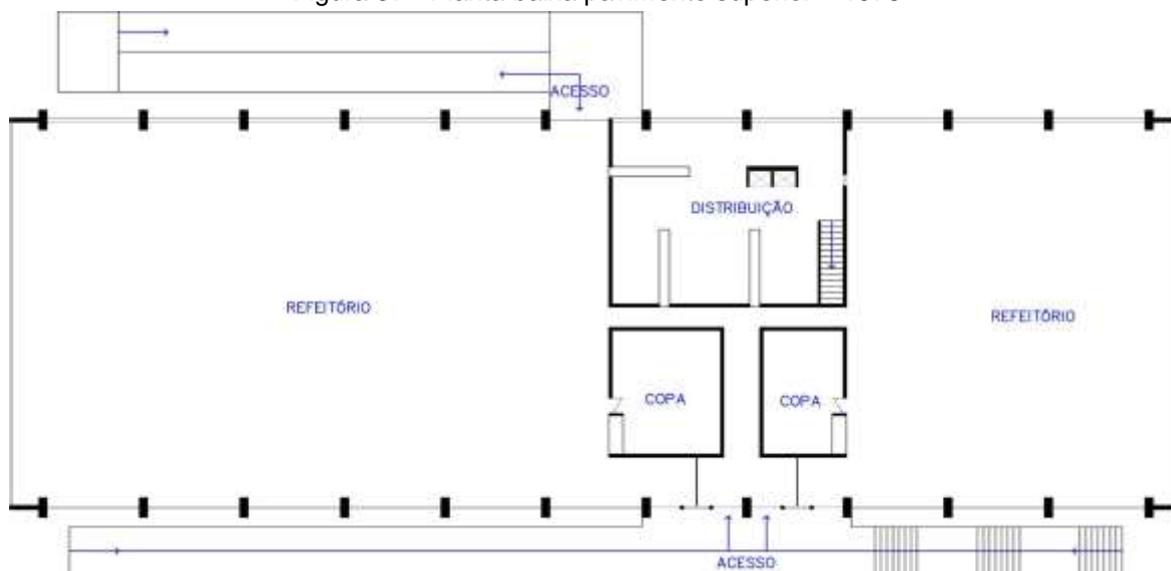
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 36 - Planta baixa pavimento térreo – 1978



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 37 - Planta baixa pavimento superior – 1978



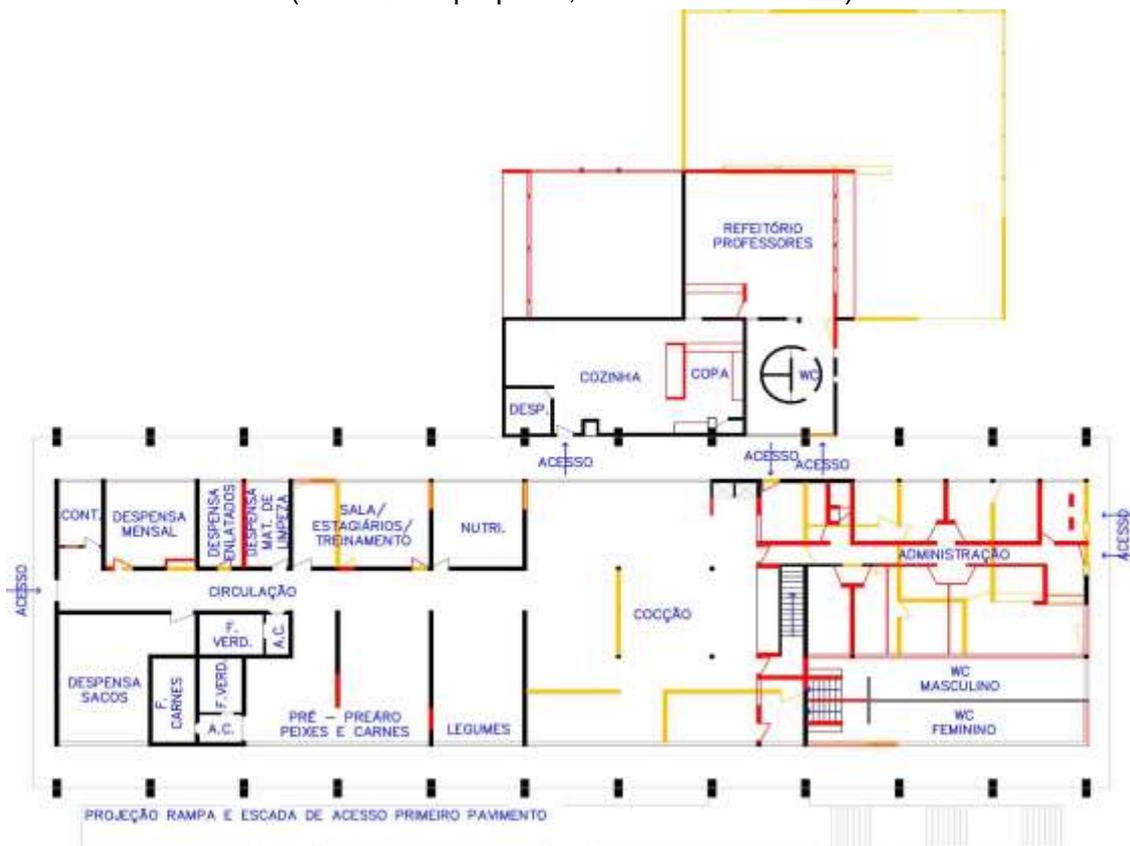
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

A primeira mudança, em 1967, manteve a lógica funcional nos dois pavimentos, já esta, nem tanto. No térreo, o fluxo de visitantes provavelmente cresceu muito, por causa da inserção do refeitório de professores e das atividades educacionais e administrativas. Antes, o percurso do funcionário que se mantinha de forma quase linear, agora pode acontecer através dos diversos acessos, gerando o cruzamento de pessoas antes inexistente. Já no pavimento superior, apesar da inserção de uma nova entrada, a lógica de distribuição, consumo, entrega de bandejas e saída, permanece a mesma.

A provável motivação para tais mudanças seria o aumento do contingente de visitantes do edifício, justificando a expansão e o novo acesso ao pavimento superior. E com relação às atividades educacionais, provavelmente vieram de demandas internas da universidade. Como novas atividades demandam novos ambientes, a expansão das atividades administrativas e a adição de sala de refeições e copa podem ser consideradas consequências disso.

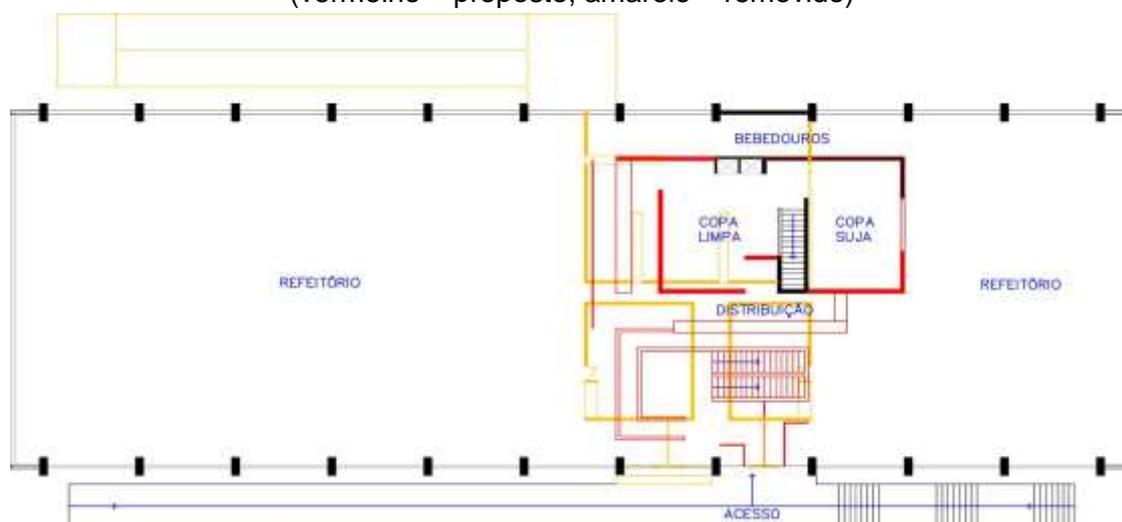
A terceira modificação do plano ocorreu 6 anos depois, em 1984, e as mudanças mais importantes foram: no térreo, o reposicionamento dos vestiários masculino e feminino dos funcionários para a área administrativa, o aumento de ambientes voltados a armazenamento, a área de cocção volta a ser um grande vão, a redução de área do refeitório de professores juntamente com a criação de uma área técnica, e finalmente a reabertura do acesso pelo pavimento superior aos banheiros destinados ao público no térreo; e no pavimento superior, a copa limpa e a copa suja passam a dividir o mesmo espaço novamente, separadas pela escada de funcionários, o segundo acesso ao refeitório é demolido, o acesso aos banheiros do público no térreo são reabertos, e o que antes servia somente como circulação - atrás da copa - agora ganha um rótulo e uma função com os bebedouros (Figuras 38- 41).

Figura 38 - Planta demolido e construído pavimento térreo - 1978/1984
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



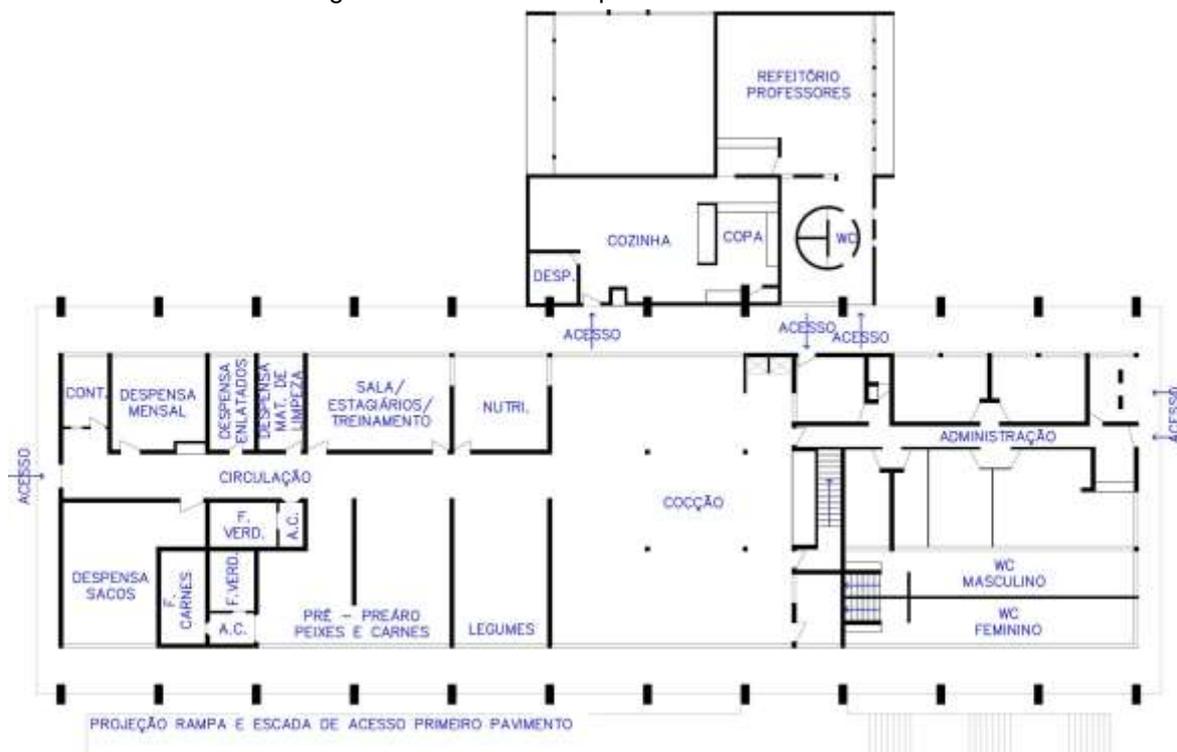
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 39 - Planta demolido e construído pavimento superior - 1978/1984
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



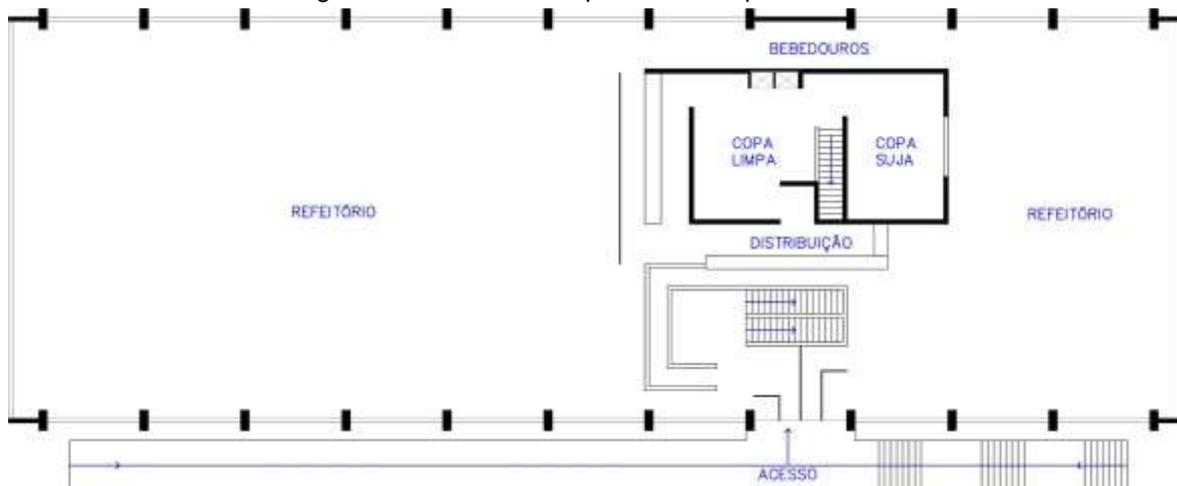
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 40 - Planta baixa pavimento térreo – 1984



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 41 - Planta baixa pavimento superior – 1984



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Tais mudanças mostram, talvez, que o contingente de pessoas teria diminuído, e representa, de uma forma geral, uma volta para a dinâmica da concepção original. No térreo, a setorização do pavimento permanece igual àquela descrita em 1957 - com o bloco de espaços de armazenamento, seguido do de pré-preparo e cocção -

porém sem a presença dos vestiários junto à área de armazenamento, tornando a setorização mais clara. Contudo, em 1984, novas funções já haviam sido inseridas - ambientes educacionais e administrativos - e o reposicionamento que esses ambientes provocam, de outros, geram uma inversão de sentido na dinâmica funcional originalmente descrita: antes, os funcionários, através da entrada única do pavimento, batiam o ponto, usavam o vestiário e se dirigiam a seus postos de trabalho. Já em 1984, isso acontece através de outra entrada, pelo bloco administrativo, deixando que a entrada original, pelo eixo da fachada oeste, fosse destinada a materiais, podendo ser considerado, dessa maneira, o bloco localizado depois do de cocção, o de administração e higiene. Já no pavimento superior, a lógica continua sempre a mesma - entrada, distribuição, consumo e entrega de bandejas sujas antes da saída, através de um circuito pré-definido - mas isso volta a acontecer ao redor de um espaço único e através de uma entrada/saída única.

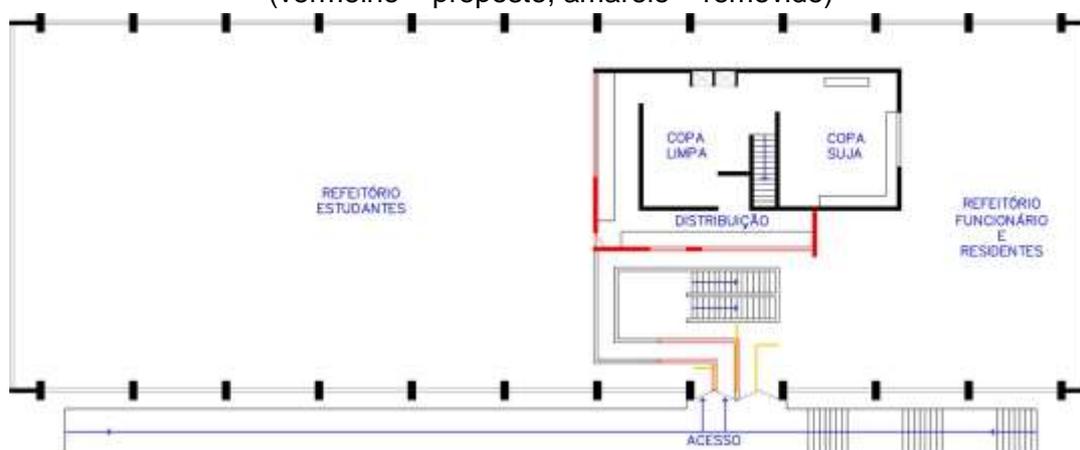
A última alteração registrada do plano do edifício, ainda enquanto restaurante universitário, se deu em 1986, dois anos após a última. Nesta, as principais alterações foram, no térreo, a demolição do refeitório dos professores, a transformação da área administrativa em almoxarifado e vestiário dos funcionários e o encurtamento da área de circulação da entrada principal, através de um elemento interruptor; e no pavimento superior somente houve a adição de algumas paredes para melhor direcionar o fluxo de pessoas. Faz-se necessário destacar que o refeitório dos professores está sendo tratado enquanto demolição porque ele desaparece dos planos disponibilizados (Figuras 42-45).

Figura 42 - Planta demolido e construído pavimento térreo - 1984/1986
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



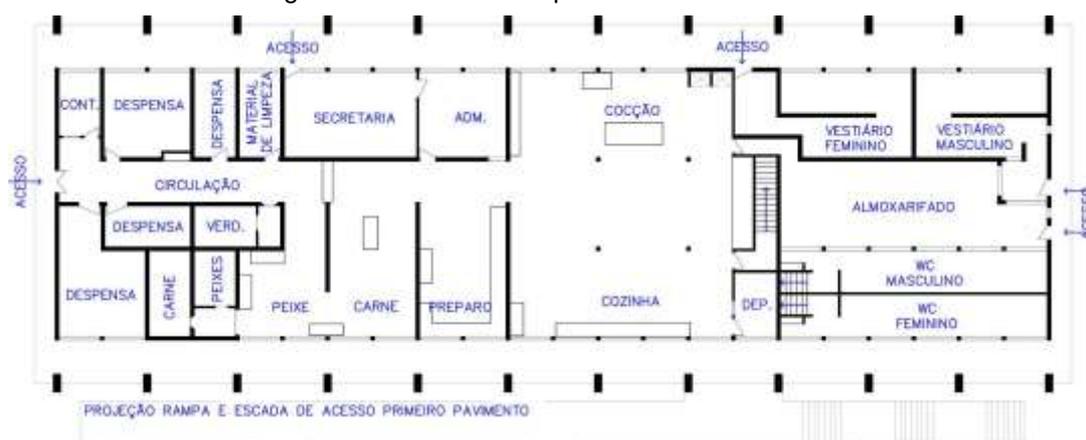
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 43 - Planta demolido e construído pavimento superior - 1984/1986
(vermelho – proposto, amarelo – removido)



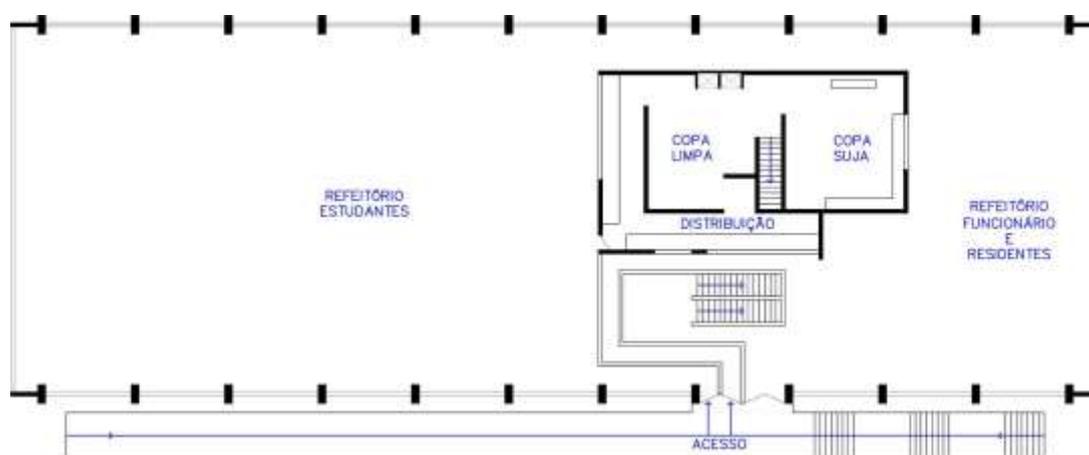
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 44 - Planta baixa pavimento térreo – 1986



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 45 - Planta baixa pavimento superior – 1986



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

O pavimento térreo fica com cinco acessos - além da entrada principal, os funcionários podiam adentrar o pavimento através da secretaria, e do almoxarifado, enquanto os outros dois acessos eram destinados aos vestiários masculino e feminino que ficaram totalmente isolados do resto dos ambientes.

Com isso, há a modificação do percurso dos funcionários, que agora precisam utilizar duas entradas diferentes - uma para acessar os vestiários e outra para acessar as estações de trabalho - esta última, se fazendo, talvez também, através do almoxarifado.

Em todas as alterações planejadas para atender às diversas exigências institucionais, poucas delas interferiam na composição do RU, como concebido por Mellia, salvo, evidentemente, pela ocupação da área livre do pavimento térreo e algumas alterações na fachada do piso térreo. O grande salão de refeições circundado por esquadrias de veneziana e vidro, distribuídas no entre-vãos do sistema porticado que garante o vão livre, permanece intocado, garantindo a manutenção de identidade plástico-formal do edifício.

4.1.2 Atributos de integridade

Os atributos de integridade são medidos por meio dos aspectos geométricos, configuracionais e funcionais da edificação, com o intuito de verificar se as relações entre unidades espaciais que dão suporte aos padrões genotípicos do sistema se mantêm íntegras, com todas as mudanças feitas e sugeridas.

Os aspectos geométricos são medidos através da partição convexa e da relação entre espaços convexos e espaços fechados. Os aspectos configuracionais, através da quantificação dos espaços tipo do sistema e sua respectiva conectividade relativa. E os aspectos funcionais, através dos grafos setoriais e da relação entre espaços de transição e espaços de ocupação.

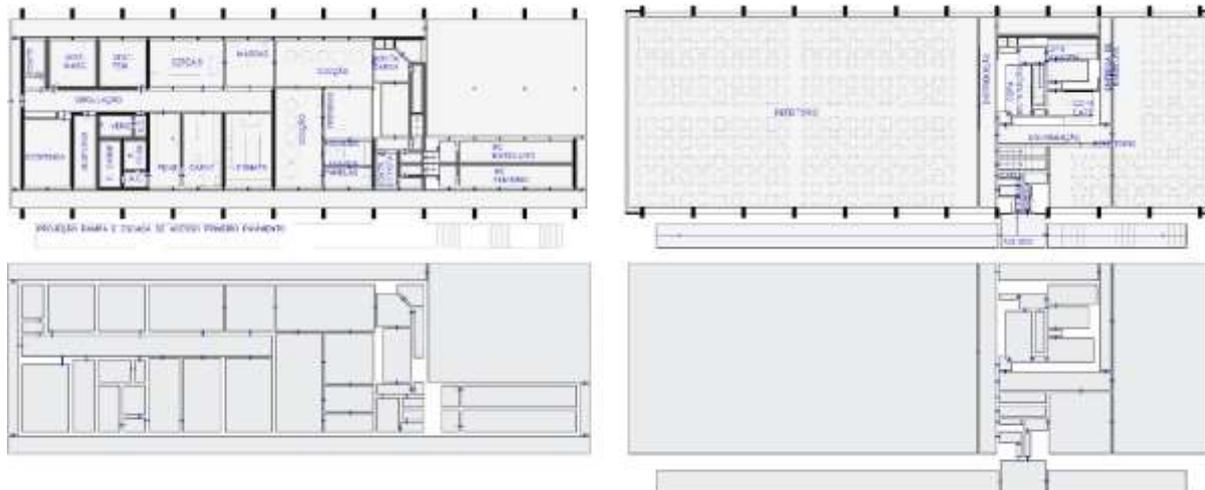
4.1.1.1 - 1957

O mapa convexo do edifício possui 68 espaços no total, sendo 41 deles no térreo e 27 no pavimento superior, indicando, dessa maneira, que o pavimento térreo é muito mais compartimentado do que o primeiro pavimento (Figura 46), função das atividades ali desenvolvidas. A relação entre espaços convexos e espaços fechados do sistema é de 0,279 (Tabela 1). Contudo, quando se observa a relação entre os espaços convexos e os espaços fechados dos pavimentos separadamente⁴,

⁴ O cálculo da relação entre espaços convexos e espaços fechados dos pavimentos separados levou em consideração somente os convexos internos dos pavimentos, bem como os que podiam ser acessados pelo mesmo pavimento. Ou seja, neste ano, os convexos dos banheiros destinados ao público foram excluídos do cálculo, por não terem acesso direto do pavimento térreo. O mesmo acontece em 1978 e 1984.

percebe-se que o pavimento superior é mais fragmentado do que o pavimento térreo. A relação de espaços convexos e espaços fechados deste último é de 0,405 e a do pavimento superior é de 0,074. Isso acontece pelo fato de o pavimento superior se configurar como um plano livre.

Figura 46 - Mapa convexo pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) – 1957 (superior - com planta baixa, inferior - sem planta baixa)



Fonte: A autora (2022)

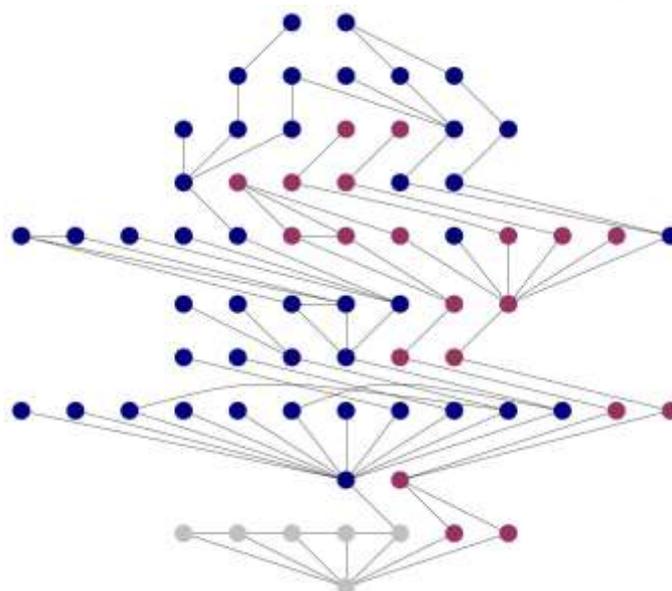
Tabela 1 - Dados gerais - atributos de integridade (S.G. – Sistema Geral; P.T. – Pavimento Térreo; P.S. – Pavimento Superior)

Dados Gerais																		
Partição convexa																		
Ano	1957			1967			1978			1984			1986					
Pavimento	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.			
Total	68	37	27	60	39	21	71	49	16	99	65	30	71	42	25			
Espaços convexos x Espaços fechados																		
Ano	1957			1967			1978			1984			1986					
Pavimento	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.			
Total espaços fechados	19	15	2	21	17	4	34	30	3	35	31	2	23	19	2			
Fechados/convexos	0,2794	0,4054	0,0741	0,35	0,4359	0,1905	0,4789	0,6122	0,1875	0,3535	0,4769	0,0667	0,3239	0,4524	0,08			
Dados Gerais																		
Espaços tipo																		
Ano	1957						1967						1978					
Pav.	S.G.	Spacen ess	P.T.	Spacen ess	P.S.	Spacen ess	S.G.	Spacen ess	P.T.	Spacen ess	P.S.	Spacen ess	S.G.	Spacen ess	P.T.	Spacen ess	P.S.	Spacen ess
a	18	0,2687	14	0,3889	6	0,2308	19	0,322	17	0,4474	4	0,2	23	0,3286	20	0,4167	2	0,1333
b	9	0,1364	8	0,2286	0	0	5	0,0862	6	0,1622	3	0,1579	7	0,1014	6	0,1277	0	0
c	4	0,0588	4	0,1081	9	0,3333	3	0,05	6	0,1538	2	0,0952	4	0,0563	0	0	0	0
d	37	0,5441	11	0,2973	12	0,4444	33	0,55	10	0,2564	12	0,5714	37	0,5211	23	0,4694	14	0,875
Ano	1984						1986											
Pav.	S.G.	Spacen ess	P.T.	Spacen ess	P.S.	Spacen ess	S.G.	Spacen ess	P.T.	Spacen ess	P.S.	Spacen ess	S.G.	Spacen ess	P.T.	Spacen ess	P.S.	Spacen ess
a	29	0,2959	26	0,4063	5	0,1724	16	0,2286	14	0,3415	4	0,1667	-	-	-	-	-	-
b	17	0,1753	17	0,2698	1	0,0096	16	0,2319	11	0,275	3	0,1304	-	-	-	-	-	-
c	3	0,0303	3	0,0462	2	0,0667	2	0,0282	0	0	6	0,24	-	-	-	-	-	-
d	49	0,4949	19	0,2923	22	0,7333	37	0,5211	17	0,4048	12	0,48	-	-	-	-	-	-
Conectividade relativa																		
Ano	1957			1967			1978			1984			1986					
Pavimento	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.			
Conectividade relativa	0,1221	0,1449	0,1633	0,1391	0,137	0,1351	0,1314	0,0968	0,1852	0,0984	0,08	0,2	0,1095	0,1013	0,1333			
Conexões	83	46	34	75	48	25	88	57	20	117	74	40	85	49	30			
Espaços de ocupação x Espaços de transição																		
Ano	1957			1967			1978			1984			1986					
Pavimento	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.			
Ocupação	30	22	8	31	23	7	40	32	4	43	30	8	30	20	5			
Transição	38	15	19	29	16	14	31	17	12	56	35	22	41	22	20			

Fonte: A autora (2022)

Seu grafo justificado apresenta 10 níveis de profundidade. Pode-se perceber que os espaços destinados aos visitantes (em roxo) e habitantes (em azul) formam distintos conjuntos de espaços (Figura 47).

Figura 47 - Grafo justificado sistema geral - 1957 - Acesso usuários
(azul - funcionários, roxo – clientes, cinza - circulação)



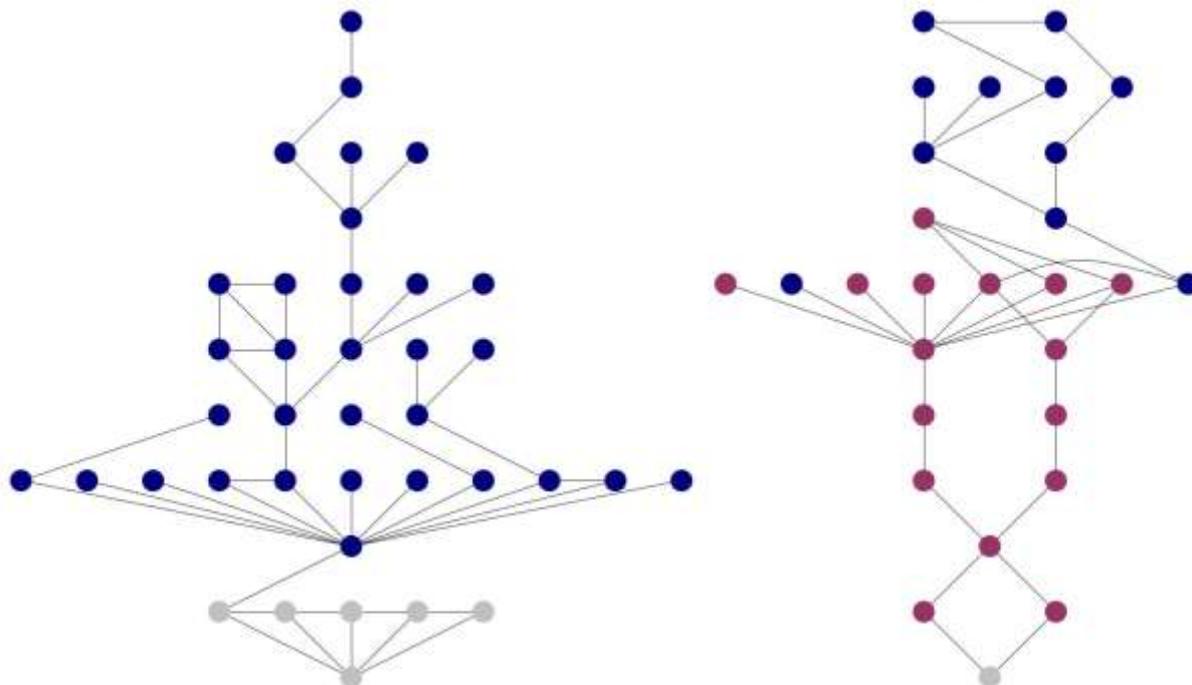
Fonte: A autora (2022)

O edifício seria destinado principalmente às pessoas que se dirigiram a ele para fazerem suas refeições – alunos, professores e funcionários da universidade. Porém isso não seria possível se os outros usuários não participassem da dinâmica da edificação, ou seja, seus funcionários, que seriam: supervisores, dietista e cozinheiros, no térreo; e distribuição, limpeza e caixa no pavimento superior. Isso significa que, por mais que se pense que o pavimento mais importante do edifício fosse o superior, seu protagonismo, na verdade, se dá no pavimento térreo, que guarda uma maior quantidade de informações relativas ao funcionamento de um restaurante da época, e sua trajetória ao longo dos anos.

Nota-se, dessa maneira, a predominância de espaços destinados à funcionários, uma vez que têm o controle do seu funcionamento e acesso às suas camadas mais profundas. No total, 43 dos convexos seriam destinados a funcionários e 20, a visitantes.

Se observarmos os grafos dos pavimentos separadamente (Figura 48), pode-se notar que no térreo, os convexos seriam destinados totalmente aos funcionários, e no pavimento superior, ter-se-ia a predominância de espaços destinados aos visitantes, porém esses se localizam nas camadas mais rasas daquele pavimento.

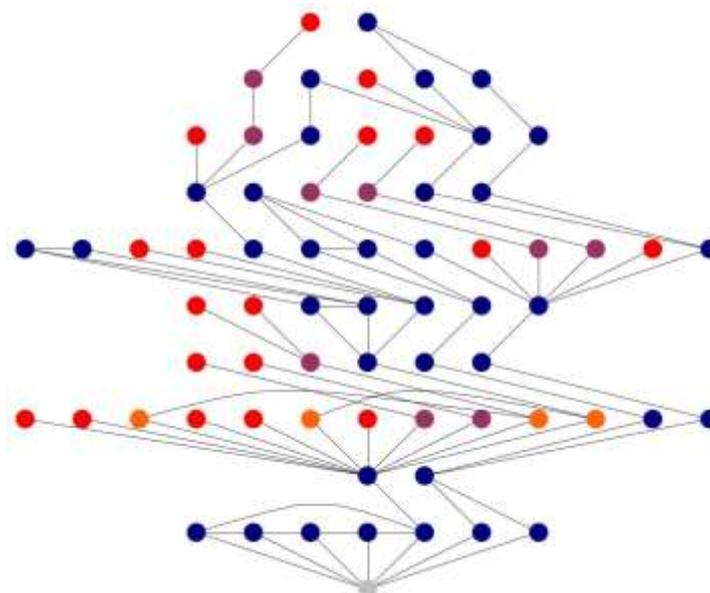
Figura 48 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) – 1957 - Acesso usuários (azul - funcionários, roxo – clientes, cinza - circulação)



Fonte: A autora (2022)

O mapa apresenta 18 espaços tipo a, 9 espaços tipo b, 4 espaços tipo c e 37 espaços tipo d (Figura 49). A predominância se faz com espaços tipo d – espaços que pertencem a mais de um anel, seguido de espaços tipo a – espaços finais, mas também apresentando a presença de espaços tipo c - espaços que pertencem somente a um anel -, configurando, dessa maneira, um valor de conectividade relativa de 0,122 (Tabela 1).

Figura 49 - Grafo justificado sistema geral - 1957 - Espaços tipo (a – vermelho, b – roxo, c – laranja, d – azul)

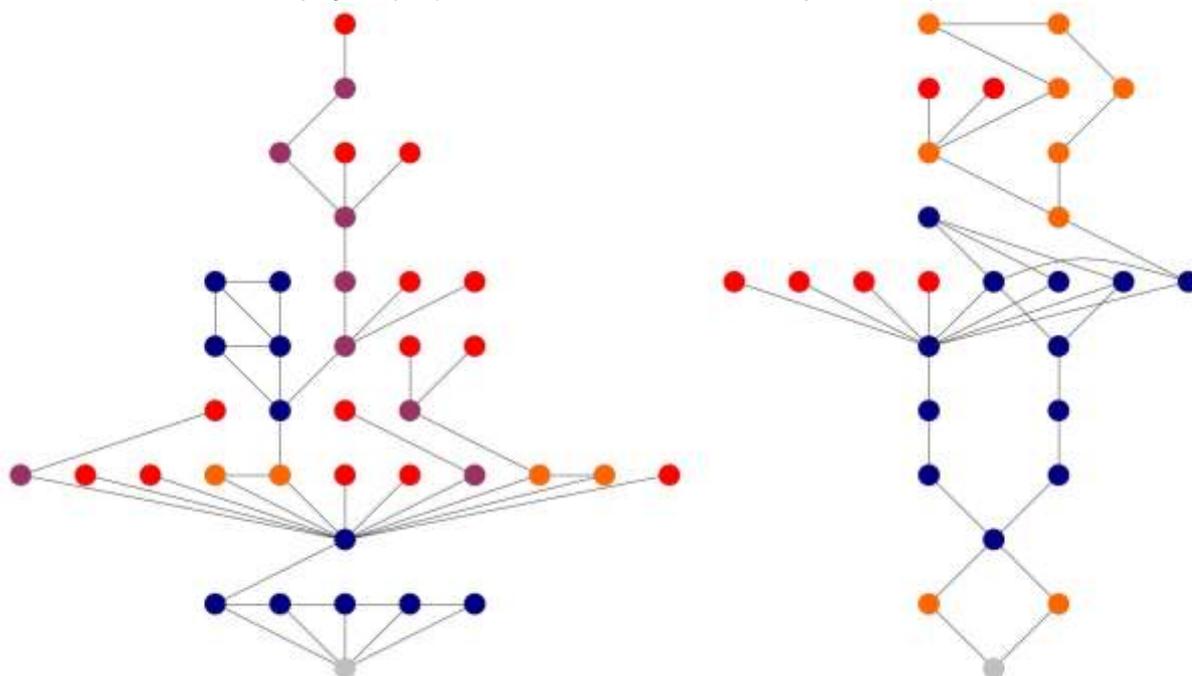


Fonte: A autora (2022)

Isto é, quando se observa a Tabela 1, pode-se verificar que o sistema apresenta um valor de *d-ness* superior ao valor de *a-ness*, conferindo-lhe uma variedade de rotas interconectadas e oferecendo uma maior quantidade de percursos alternativos aos usuários.

Analisados separadamente (Figura 50), no térreo, a predominância é de espaços tipo a - espaços finais - mas ainda se tem uma grande presença de espaços tipo d, além disso, apesar do seu *a-ness* ser alto - 0,389, o seu *c-ness* - 0,108 - é quase o dobro do *c-ness* do sistema geral e contando com o *d-ness* de 0,297, a conectividade relativa sobe para 0,145, em relação ao valor geral (Tabela 1). É interessante observar, no entanto, que dentro do pavimento, a predominância é de espaços tipo a e b - se fossemos considerar a conectividade relativa somente da parte interna do pavimento, ela seria de 0,08, ou seja, mais baixa do que o valor geral de 0,122, isso porque o seu *a-ness* seria de 0,45, junto com um *b-ness* de 0,25, um *c-ness* de 0,12 e um *d-ness* de 0,19, ou seja, teria um *a-ness* superior ao *d-ness*. Já no pavimento superior, a predominância é de espaços tipo c e d, com um *c-ness* de 0,333 e um *d-ness* de 0,444, altíssimos em relação ao *a-ness* de 0,231 e a ausência de espaços tipo b, fazendo, com isso, a conectividade relativa subir para 0,163 em relação ao valor geral.

Figura 50 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1957
Espaços tipo (a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d - azul)

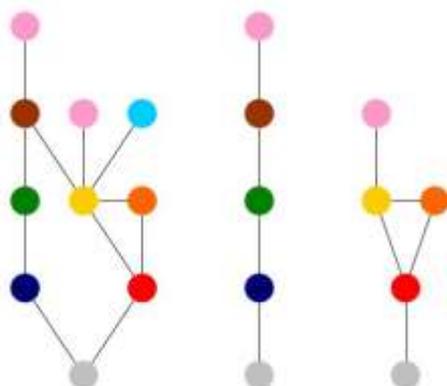


Fonte: A autora (2022)

Ao observar a distribuição programática das plantas, pode-se perceber claramente a forma como elas foram setorizadas. No térreo ela acontece em três blocos e de forma linear: armazenagem e vestiários, pré-preparo, cocção e confecção - este último ainda abriga um subsetor de higienização, que seria referente à área de lavagem de panelas. No pavimento superior a setorização acontece de forma interconectada - as funções de distribuição e recolhimento de bandejas (higienização), ou seja, as funções internas da cozinha se concentravam em um só bloco, o qual era responsável pelo circuito que o usuário fazia para consumir suas refeições, e tinha ao seu redor os espaços de consumo. Na imagem abaixo, pode-se entender como os setores se conectam no sistema geral e em cada pavimento separadamente (Figura 51). Dentro do sistema geral, todos os setores são equivalentes a espaços tipo d, exceto os banheiros e a higienização, que são equivalentes a espaços tipo a. No grafo do pavimento térreo pode-se observar a linearidade da conexão dos setores, sendo eles equivalentes a espaços tipo a e b. E no pavimento superior, com setores equivalentes a espaços tipo c, ilustrando o circuito dos usuários.

Figura 51 - Grafo setorial justificado sistema geral (esquerda), pavimento térreo (meio), pavimento superior (direita) – 1957

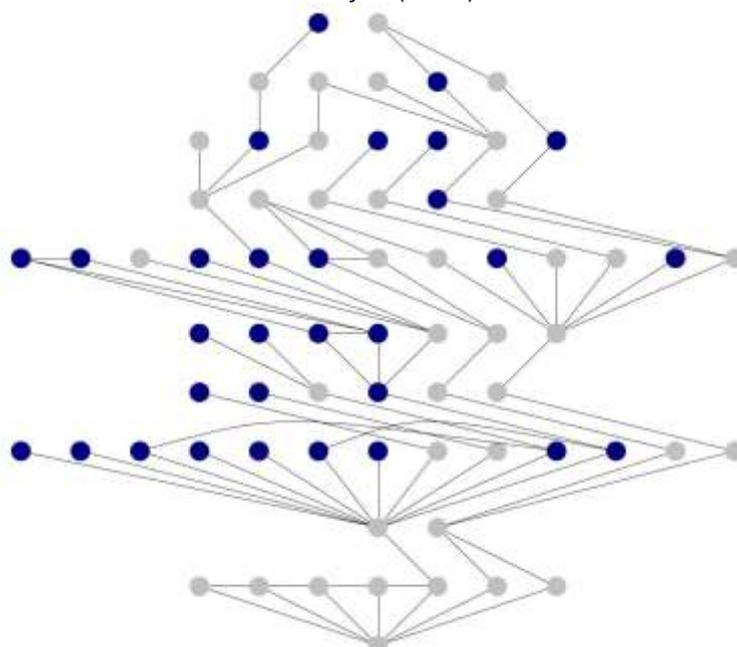
(azul escuro - armazenagem e vestiários, verde - pré-preparo, marrom - cocção e confecção, rosa - higienização, amarelo - distribuição, laranja - consumo, vermelho - controle, azul claro - banheiros)



Fonte: A autora (2022)

Além disso, o edifício apresenta mais espaços de transição do que de ocupação (Figura 52), são 38 e 30, respectivamente. No grafo, os espaços de transição estão em cinza e os de ocupação em azul.

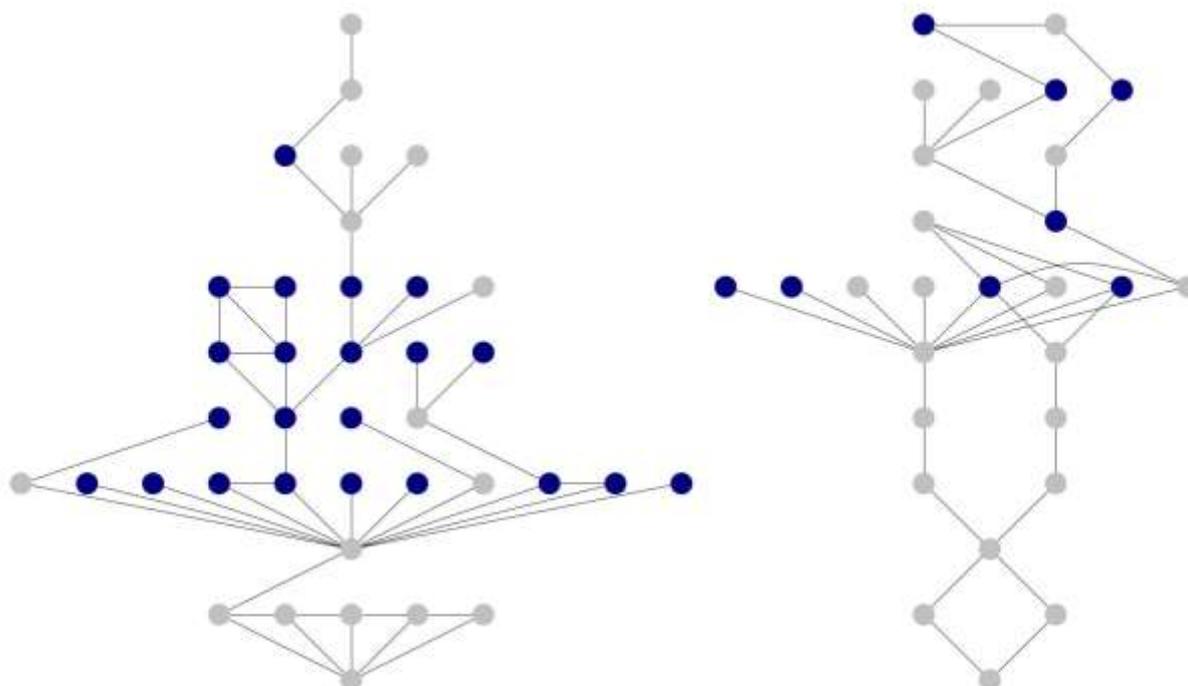
Figura 52 - Grafo justificado sistema geral - 1957 Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



Fonte: A autora (2022)

Uma grande quantidade de espaços de transição pode significar que o sistema é mais controlado e classificatório, mas também pode ser considerada uma característica de edifícios modernos com planos livres. Isso pode ser mais bem ilustrado ao se observar os grafos dos pavimentos separadamente (Figura 53). Nota-se que no térreo, pavimento designado para uso dos funcionários, a quantidade de espaços de transição é menor do que os de ocupação - 15 e 22 respectivamente - mas ele é também um pavimento mais compartimentado, como já visto, isto é, abriga uma maior quantidade de funções, logo, prevê mais espaços de ocupação. Já no pavimento superior, onde os visitantes frequentam as camadas mais rasas, os espaços de transição são em maior quantidade do que os de ocupação - 19 e 8 respectivamente. Isso se dá por causa do circuito pré-definido que os visitantes fariam ao adentrarem o local, - entrada, distribuição, consumo, entrega de bandeja e saída - que gera mais convexas nas áreas de circulação. E por ele se caracterizar como um plano mais livre do que o pavimento térreo.

Figura 53 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1957
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



Fonte: A autora (2022)

Com isso, em suma, tem-se que em termos dos aspectos geométricos, o pavimento térreo é menos contínuo e mais compartimentado do que o pavimento superior, que se configura como um plano livre. Em termos configuracionais, o

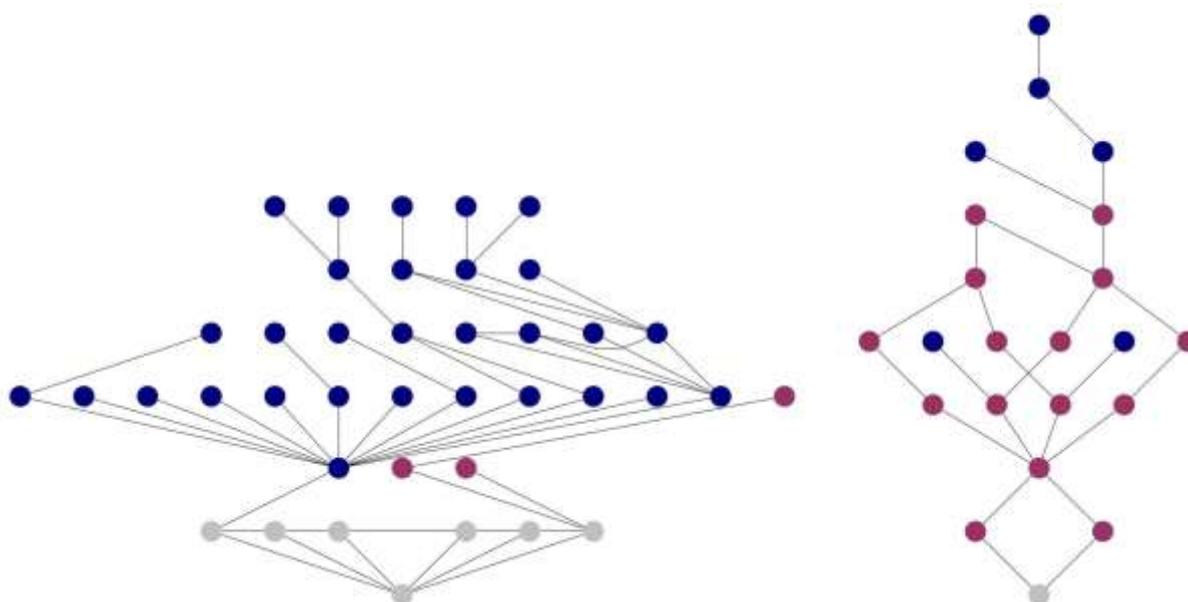
sistema, no geral, apresenta da alta presença de espaços tipo d, e isso se reflete nos dois pavimentos. Porém, faz-se necessário destacar que o pavimento térreo, internamente, possui uma maior predominância de espaços tipo a e dessa maneira, tem uma conectividade relativa menor do que o pavimento superior e em relação ao sistema geral - se considerado somente seus espaços internos na análise. Em termos funcionais, os setores no sistema geral são predominantemente equivalentes a espaços tipo d, porém, se observados separadamente, o pavimento térreo demonstra uma setorização linear, com setores equivalentes a espaços tipo a e b; e o pavimento superior, uma setorização interconectada, com setores equivalentes a espaços tipo a e c. Além disso, o pavimento térreo tem mais espaços de ocupação do que de transição, ao contrário do que acontece no pavimento superior.

4.1.1.2 - 1957-1967

Com essas mudanças, o número total de convexos diminui para 60, sendo 39 deles no térreo e 21 no primeiro pavimento (Figura 54). E a relação de espaços convexos e espaços fechados sobe para 0,35, demonstrando um sistema menos fragmentado, em relação ao ano analisado anteriormente. No térreo, esse valor que antes era de 0,403 sobe para 0,436, tornando-se, dessa maneira, um pavimento menos fragmentado (Tabela 1). Isso acontece por causa do surgimento de alguns novos ambientes, como a copa para café e os banheiros do público, que passam a ser acessados nesse pavimento. No pavimento superior o valor da relação sobe de 0,074 para 0,19 configurando, desta forma, um pavimento menos fragmentado do que antes, com a criação das copas de lavagem. Contudo, mesmo com essa alteração de valores, o pavimento superior continua sendo mais fragmentado do que o térreo, como no ano da concepção original.

funcionários, em 1967 recebe a presença de alguns, referentes aos banheiros, destinados ao público geral. Já no pavimento superior, o número de convexos destinados a funcionários cai, mas isso é devido principalmente à menor fragmentação dos espaços que acontece com as mudanças. Além disso, percebe-se a presença de convexos destinados a funcionários no meio dos destinados a visitantes por causa da separação da Copa Lavagem. Apesar disso, a lógica anterior dos dois pavimentos se mantém, em sua maioria, os convexos do térreo são destinados aos funcionários e no pavimento superior, os visitantes penetram as camadas mais rasas do edifício.

Figura 56 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1967 - Acesso usuários
(azul - funcionários, roxo – visitantes, cinza - circulação)

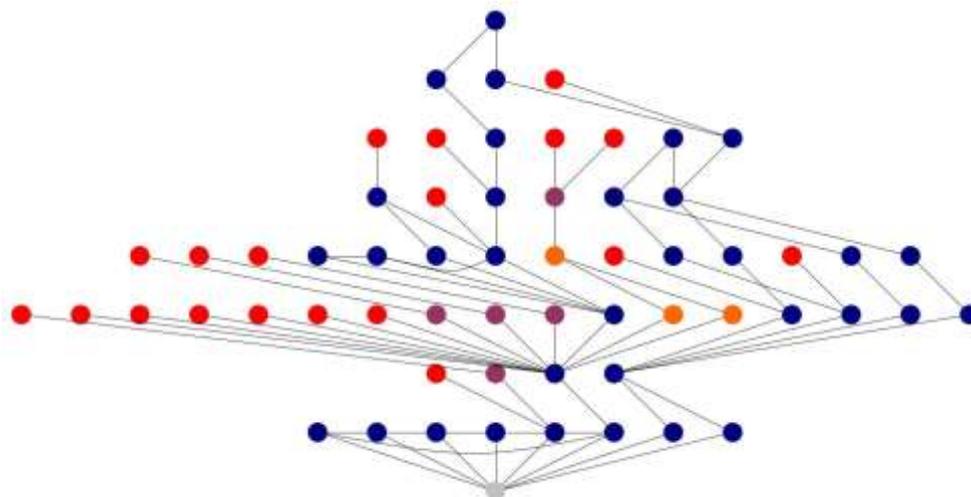


Fonte: A autora (2022)

No tocante aos espaços tipo (Figura 57), a predominância de espaços tipo a e d continua, porém a quantidade de espaços tipo b e c caem, em relação ao ano anterior, e a de espaços tipo a e d, aumenta (Tabela 1). O que causou essa mudança foram as inserções das paredes dividindo as áreas de pré-preparo no térreo, além da inserção da copa/café na área de expansão e das copas de lavagem no pavimento superior. Apesar disso, a conectividade relativa sobe um pouco de 0,122 em 1957 para 0,139 em 1967. Isso acontece porque o *b-ness* do sistema cai de 0,136 em 1957 para 0,086 em 1967, o *c-ness* cai de 0,059 para 0,05, e o *d-ness*, aumenta de 0,544

para 0,55, ou seja, é um sistema ainda mais conectado do que o do ano anteriormente analisado.

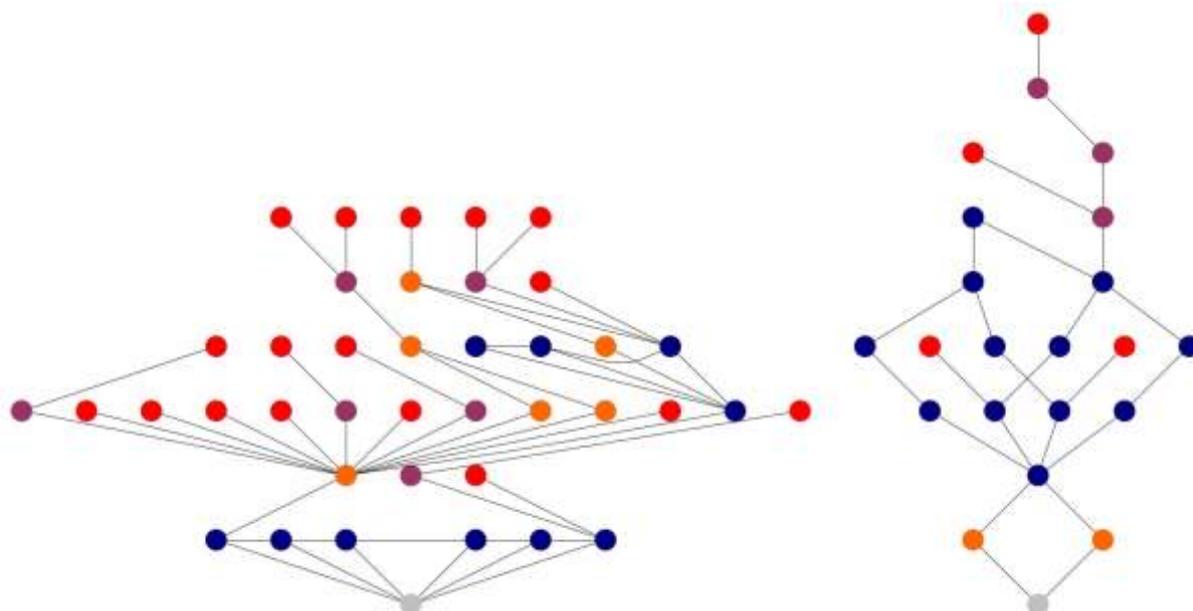
Figura 57 - Grafo justificado sistema geral - 1967 - Espaços tipo (a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d - azul)



Fonte: A autora (2022)

Analisados separadamente (Figura 58), no térreo, os espaços tipo a e c aumentam e os tipo b e d, diminuem, com isso o *a-ness* dá um grande salto em relação ao ano anterior, de 0,389 em 1957 para 0,447 em 1967 e o *d-ness* diminui de 0,297 em 1957 para 0,256 em 1967 tornando, dessa maneira, a conectividade relativa do pavimento mais baixa de 0,145 para 0,137 (Tabela 1). Em relação ao sistema geral, seu valor de conectividade relativa também é mais baixo, pois seu *a-ness* de 0,447 é muito superior ao seu *c-ness* de 0,154 e seu *d-ness* de 0,256. Se analisado somente seu interior, sua conectividade relativa cai em relação ao ano anterior, de 0,08 para 0,07, uma vez que o seu *a-ness* de 1967 sobe para 0,53 em relação a 0,45, em 1957, e o seu *d-ness* de 1967 cai para 0,13 em relação a 0,19 em 1957. No pavimento superior, há o surgimento de espaços tipo b e a diminuição de espaços tipo a e c, em relação ao ano anterior, com isso seu *b-ness*, em 1957 inexistente, vai para 0,158 em 1967, e o seu *c-ness* cai para 0,095 em 1967, em relação a 0,333 em 1957, e com isso a conectividade relativa cai de 0,163 em 1957, para 0,135 em 1967.

Figura 58 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1967
 Espaços tipo
 (a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d - azul)

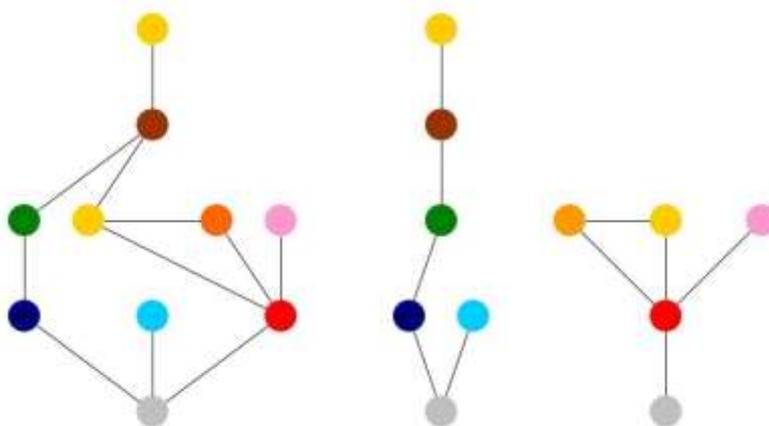


Fonte: A autora (2022)

A setorização dos pavimentos permanece a mesma (Figura 59): no térreo, tem-se o bloco de armazenagem e vestiários, seguido da área de pré-preparo, se conectando ao setor de cocção e confecção. Contudo, surge no térreo dois novos setores equivalentes a espaços tipo a, um de distribuição - referente à copa/café, conectado à área de cocção e os banheiros; exceto esses, todos os outros setores permanecem como equivalentes a espaços tipo d, dentro do sistema geral, e tipo a e b na setorização isolada do térreo, que ainda acontece de forma linear. No pavimento superior ainda se tem o setor de controle ligado ao de consumo e distribuição, os quais também se conectam, mas com o setor de higienização se ligando ao setor de controle, ao invés de distribuição. Exceto este último, que é um setor equivalente a espaço tipo a, os outros são equivalentes a espaço tipo c, assim como em 1957.

Figura 59 - Grafo setorial justificado sistema geral (esquerda), pavimento Térreo (meio) e pavimento superior (direita) – 1967

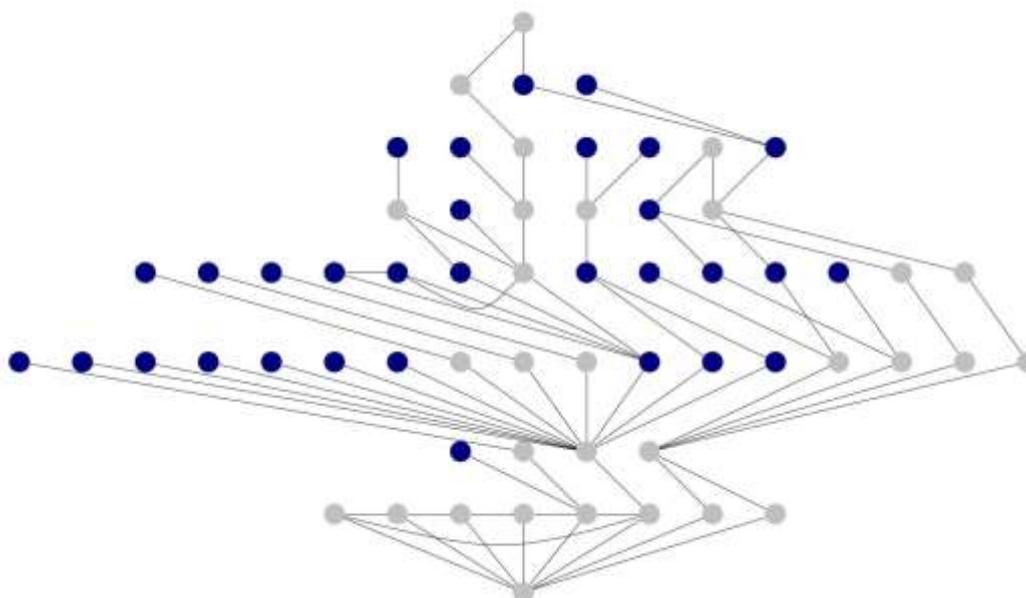
(azul escuro - armazenagem e vestiários, verde - pré-preparo, marrom - cocção e confecção, rosa - higienização, amarelo - distribuição, laranja - consumo, vermelho - controle, azul claro - banheiros)



Fonte: A autora (2022)

Com relação aos espaços de ocupação e transição, o ano de 1967 apresenta um sistema mais equilibrado, tendo 31 do primeiro e 29 do segundo (Figura 60). Isso se dá pelo fato do pavimento superior ter diminuído seu número de convexos totais, que em sua maioria, no ano de 1957, eram de transição.

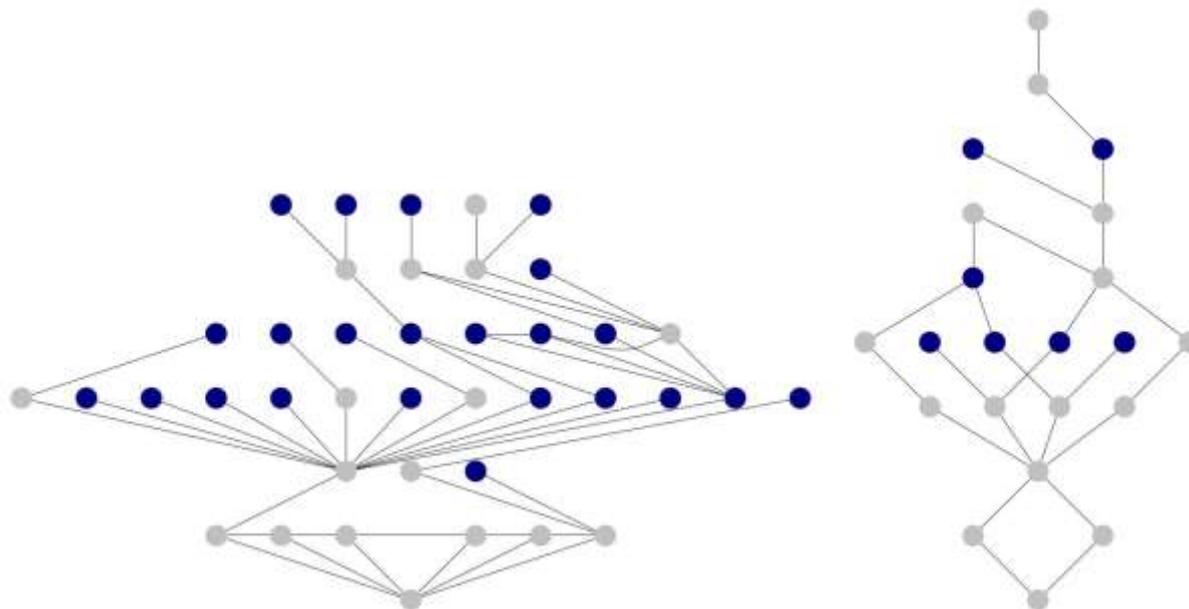
Figura 60 - Grafo justificado sistema geral – 1967
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



Fonte: A autora (2022)

Quando analisados separadamente (Figura 61) pode-se observar que o padrão de mais espaços de ocupação - 23 - do que de transição - 16 - no térreo, e mais espaços de transição - 14 - do que de ocupação - 7 - no pavimento superior, se mantém, ainda pela característica de plano livre deste último.

Figura 61 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direito) - 1967
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



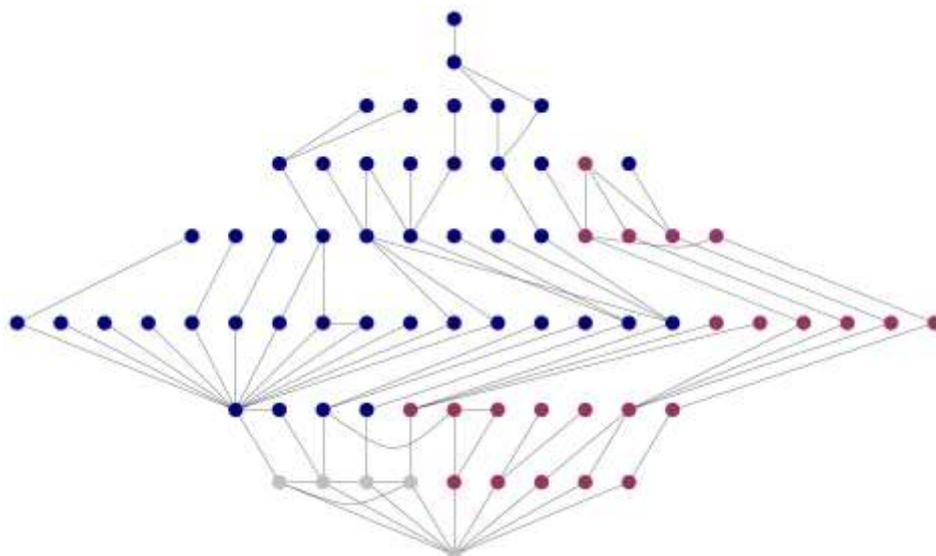
Fonte: A autora (2022)

Com isso, em resumo, em relação aos aspectos geométricos, tem-se que o plano de 1967 é menos fragmentado do que o de 1957 de uma forma geral. Não obstante, o padrão se mantém com o pavimento térreo sendo mais compartimentado e menos fragmentado do que o pavimento superior, se comparados isoladamente. Surgem espaços de visitantes onde antes não havia, no térreo, mas mesmo assim a lógica permanece a mesma com a maioria dos espaços do térreo destinado a funcionários e os visitantes, no primeiro pavimento, acessando somente suas camadas mais rasas. No que se refere aos aspectos configuracionais, a conectividade relativa do sistema geral sobe, porque o seu *b-ness* cai e o seu *d-ness* aumenta em relação ao ano anterior, apesar do aumento de espaços tipo a. No que tange os aspectos funcionais, a setorização permanece com a mesma conformação do que antes. Assim como se mantém também a relação entre espaços de ocupação e espaços de transição nos dois pavimentos, tendo o pavimento térreo em sua maioria, espaços de ocupação e o pavimento superior, espaços de transição.

4.1.1.3 1967 -> 1978

A partir dessas mudanças, observa-se o número de convexos do sistema subir (Figura 62) de 60 para 71, sendo 49 desses no térreo e 22 no pavimento superior. O sistema, no geral, se torna menos fragmentado, tendo seu valor de relação entre espaços convexos e espaços fechados de 0,479 em comparação a 0,35, em 1967 (Tabela 1). Isso se dá pelo fato do pavimento térreo ter se tornado menos fragmentado em relação ao ano anterior analisado - antes o valor da relação era de 0,436, em 1967 e em 1978 ele sobe para 0,612. Esse salto é resultado da inserção das novas salas da administração, no lugar do espaço livre que ali antes havia. Já o pavimento superior se torna mais fragmentado do que o do ano anterior, com seu valor relacional de 0,188 em 1978, em comparação a 0,19, em 1967 - consequência da inserção da rampa secundária, que é entendida repartida em 04 convexos e do aumento do número de convexos dentro da copa de distribuição. Dessa maneira, a lógica de ter o térreo menos fragmentado do que o pavimento superior se mantém, com o valor do térreo sendo de 0,612 e o do pavimento superior de 0,188.

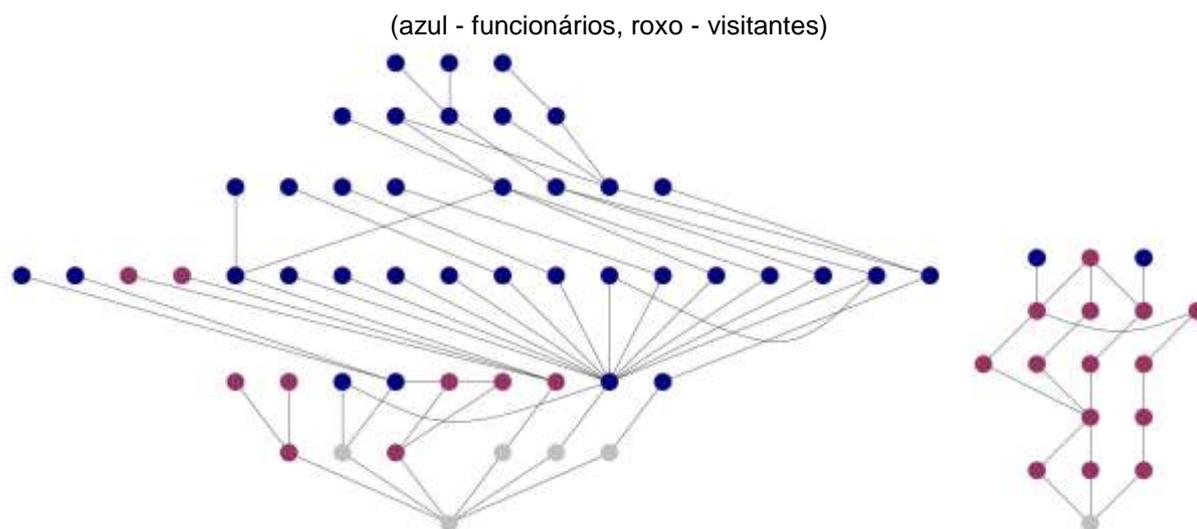
Figura 63 - Grafo justificado sistema geral - 1978 - Acesso usuários
(azul - funcionários, roxo – visitantes, cinza - circulação)



Fonte: A autora (2022)

Se observados separadamente (Figura 64), o grafo justificado do pavimento térreo, mostra o surgimento de convexos de visitantes em meio aos dos funcionários devido a inserção dos novos acessos no pavimento e aos novos usos, como o refeitório dos professores e a sala de atendimento ao público do setor administrativo. Já no grafo do pavimento superior, o número de convexos de funcionários cai drasticamente, mas é importante destacar que os convexos da Copa distribuição não estão representados por terem acesso somente pelo térreo. Ou seja, o ponto de contato entre os dois tipos de usuário não está representado no grafo do pavimento superior, mas apesar disso, os convexos destinados a funcionários, ainda aparecem nas camadas mais profundas. Ademais, o térreo permanece com a maioria dos seus espaços designados ao uso dos funcionários, apesar do aumento da quantidade de convexos de visitantes no pavimento.

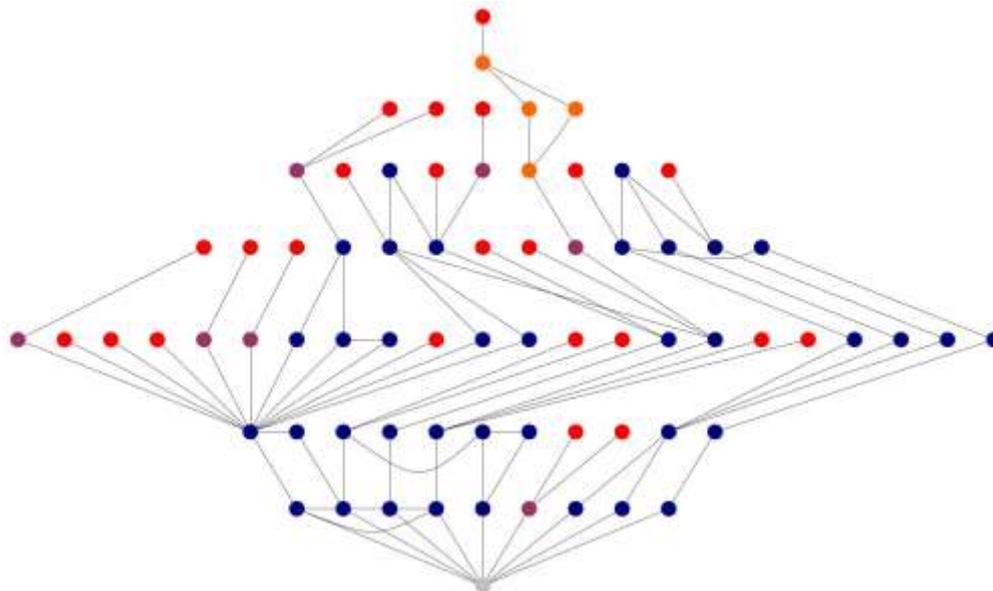
Figura 64 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita)- 1978 Acesso usuários



Fonte: A autora (2022)

Com relação aos espaços tipo (Figura 65), o sistema possui 23 espaços tipo a, 7 espaços tipo b, 4 espaços tipo c e 37 espaços tipo d, demonstrando, dessa maneira, a predominância de espaços tipo a e d. Contudo, o *b-ness* de 1978 aumenta em relação ao de 1967, que era de 0,086 e o *d-ness* diminui, em relação ao ano anterior que era de 0,55, e somado a um baixo valor de *c-ness* (Tabela 1), a conectividade relativa do sistema cai para 0,131, em relação a 1967 que era de 0,139, mesmo com o aumento de espaços tipo c e D provocados pelos novos acessos criados.

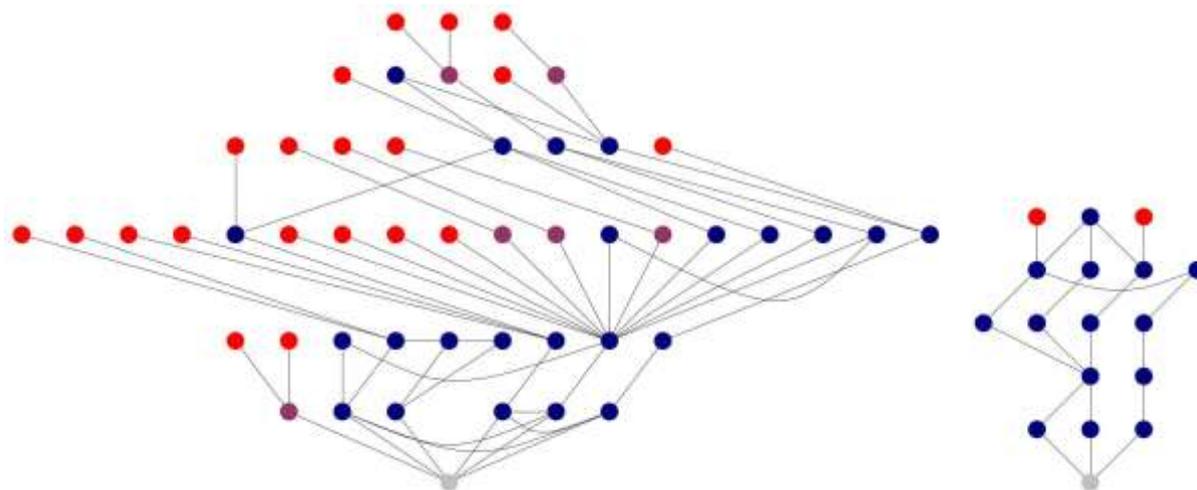
Figura 65 - Grafo justificado sistema geral - 1978 - Espaços tipo
(a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d - azul)



Fonte: A autora (2022)

Se analisados separadamente (Figura 66), o pavimento térreo é contemplado com um aumento no número de espaços tipo a e d, em relação ao ano anterior, porém fica com a ausência de espaços tipo c. Dessa maneira, o seu *a-ness* decresce para 0,417 em relação a 0,447, em 1967, apesar do aumento de espaços tipo a; o seu *b-ness* diminui para 0,128 em relação a 0,162 em 1967; e o seu *d-ness* aumenta para 0,469 em comparação a 0,256 em 1967 - por causa dos novos acessos criados, fazendo com que sua conectividade relativa caia para 0,097 em relação a 0,137 em 1967 (Tabela 1). Ou seja, a presença de espaços tipo a e b, mesmo que em minoria, somada a ausência de espaços tipo c afetam a conectividade relativa do sistema de forma que ela caia em relação ao ano anterior analisado. Já o pavimento superior, tem a diminuição dos espaços tipo a, a ausência de espaços tipo b e c e o aumento de espaços tipo d, fazendo com que, dessa forma, o seu *a-ness* fique em 0,133 e o seu *d-ness* fique em 0,875, configurando, assim, uma conectividade relativa de 0,185, maior do que a do ano anterior, por causa do alto valor do seu *d-ness*, consequência também do novo acesso, através da nova rampa.

Figura 66 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) – 1978 –
Espaços tipo
(a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d – azu)

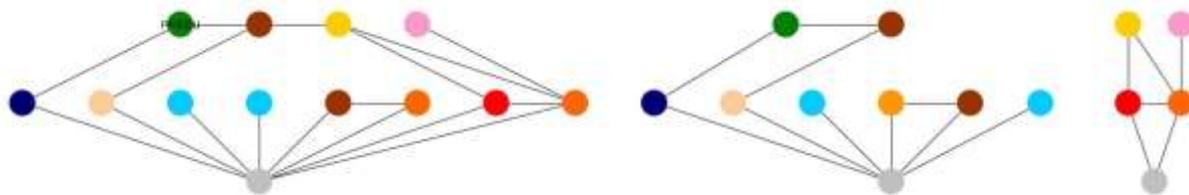


Fonte: A autora (2022)

No que concerne a setorização (Figura 67), a inserção de novos acessos no térreo e no pavimento superior, junto com a expansão do edifício fez com que esta se desse de forma mais anelada, mudando sua configuração, principalmente no pavimento térreo. A lógica do sistema permanece a mesma: no térreo, o setor de armazenagem e vestiários se liga ao setor de pré-preparo - o qual agora abriga as salas de uso educacional - que se ligam ao setor de cocção e confecção, que se conecta ao setor de distribuição no pavimento superior, o qual, por sua vez, se liga às áreas de controle e distribuição, as quais também são interconectadas. Uma mudança que se vê no térreo, é a inserção do setor administrativo no sistema, se conectando ao setor de cocção e o surgimento de setores de consumo, por causa do refeitório dos professores. Além disso, as funções não se dão mais de forma linear, como era antes, por causa dos novos acessos que criam os anéis de permeabilidade. Com isso, os setores do térreo que antes eram equivalentes a espaços tipo a e b, agora passam a ser equivalentes a espaços tipo a e c. E no sistema geral, agora abriga setores equivalentes a espaços tipo c, além dos tipo a e d. A setorização do pavimento superior permanece a mesma.

Figura 67 - Grafo setorial justificado sistema geral (esquerda), pavimento térreo (meio) e pavimento superior (direita)

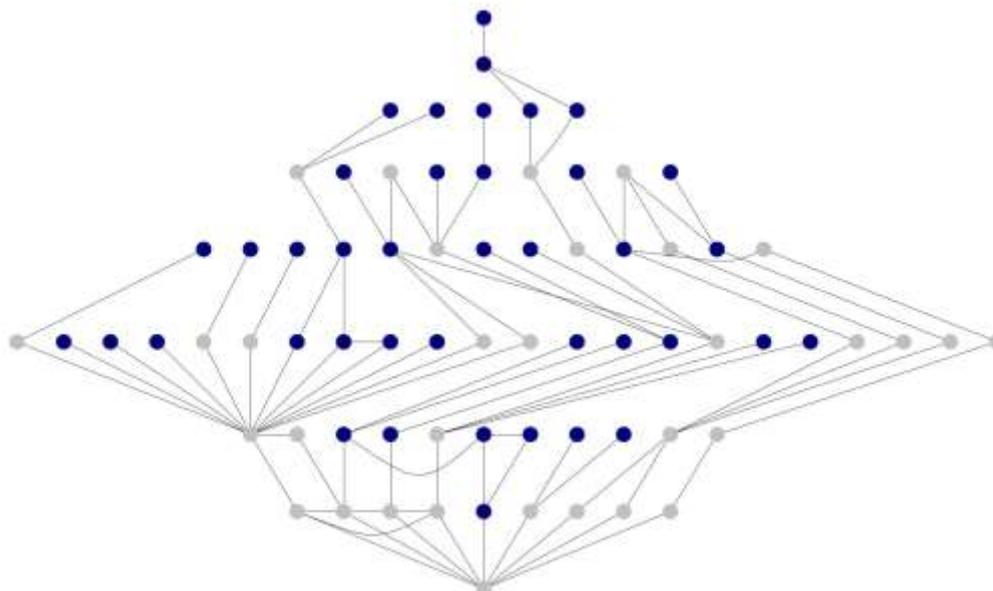
(azul escuro - armazenagem e vestiários, verde - pré-preparo e educacional, marrom - cocção e confecção, rosa - higienização, amarelo - distribuição, laranja - consumo, vermelho - controle, azul claro - banheiros)



Fonte: A autora (2022)

Quanto aos espaços de ocupação e transição, no ano de 1978 os números voltam a se afastar, mas diferente de 1957, quando os espaços de transição eram em maior quantidade do que o de ocupação, acontece o contrário - neste ano, 40 são de ocupação e 31 de transição (Figura 68), e não coincidentemente o sistema é o menos fragmentado de todos os analisados até o momento.

Figura 68 - Grafo justificado sistema geral – 1978
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)

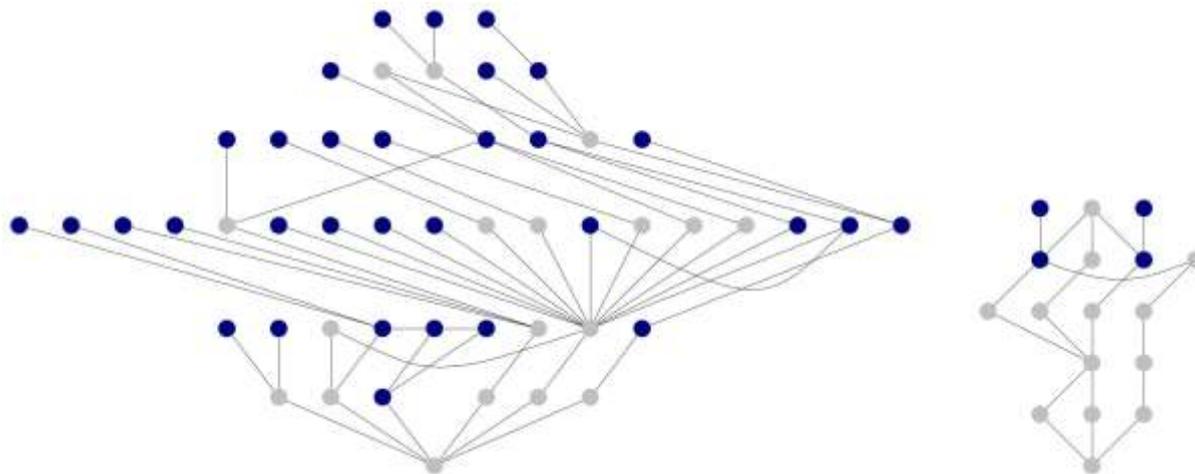


Fonte: A autora (2022)

Se observados separadamente (Figura 69), mais uma vez pode-se atestar a continuidade do padrão de mais espaços de ocupação no térreo do que no pavimento

superior: são 32 de ocupação no térreo e 17 de transição, e no pavimento superior, 4 e 12, respectivamente.

Figura 69 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1978 - Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



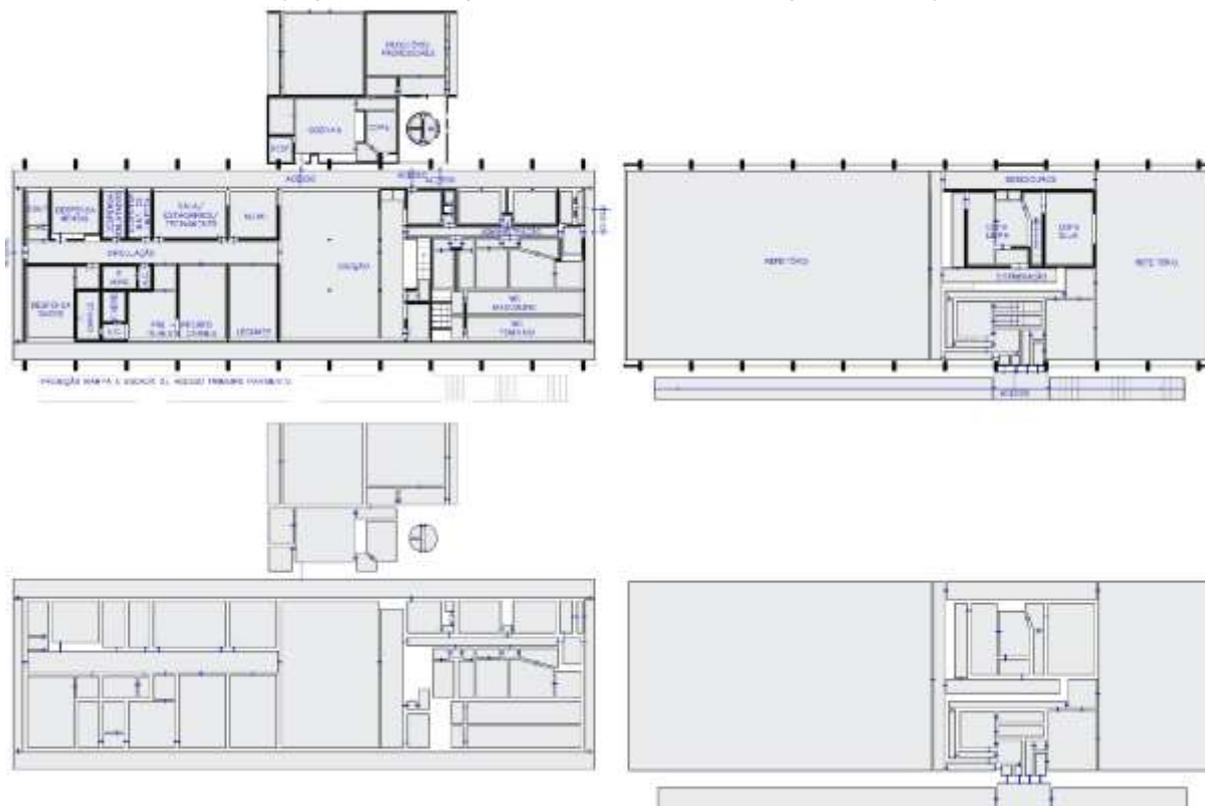
Fonte: A autora (2022)

Desse modo, de forma resumida, no tocante aos aspectos geométricos, tem-se que o plano de 1978 possui uma maior quantidade de convexos em relação a 1967 devido à expansão que sofreu e de forma geral se configura como um sistema menos partido do que o do ano anterior, analisado, mas ainda mantém o padrão de ter o pavimento térreo menos fragmentado do que o pavimento superior. Há, ainda, a presença de um número muito maior de convexos de visitantes no térreo, em consequência da inserção de novos usos nesse pavimento. Com relação aos aspectos configuracionais, a conectividade relativa do sistema cai, mesmo com a criação de novos acessos nos dois pavimentos, em consequência do aumento do *b-ness* e da diminuição do *d-ness* do sistema. E com relação aos aspectos funcionais, a setorização se torna mais anelada, recebe a inserção de novos setores e a configuração do pavimento térreo, que antes acontecia de forma linear, passa, também, a apresentar anéis. Ademais, neste ano há uma predominância dos espaços de ocupação em relação aos de transição, mas como a relação entre espaços convexos e espaços fechados, o padrão de ter mais espaços de ocupação no térreo do que no pavimento superior, continua.

4.1.1.4 1978 -> 1984

Apesar de os espaços terem diminuído, o número de convexos aumentou consideravelmente (Figura 70) - em 1978 eram 71 e em 1984 sobem para 99 em sua totalidade, estando 69 desses conformando o pavimento térreo e 30, o pavimento superior. A partir disso, pode-se inferir que esse novo plano é mais fragmentado do que o ano anterior e confirma-se essa dedução quando se observa o valor da relação entre espaços convexos e espaços fechados de 0,354 (Tabela 1). Se analisados isoladamente, pode-se observar que os dois pavimentos são mais fragmentados do que os do plano anterior, com o térreo com um valor relacional de 0,477 comparado a 0,612 em 1978, e com o pavimento superior com um valor relacional de 0,067 comparado a 0,188 em 1978. Isso acontece, pois a reorganização das áreas de administração e refeitório de professores, no térreo, gerou uma maior quantidade de espaços fechados. Apesar disso, a tendência do pavimento térreo ser menos fragmentado do que o pavimento superior, segue como padrão.

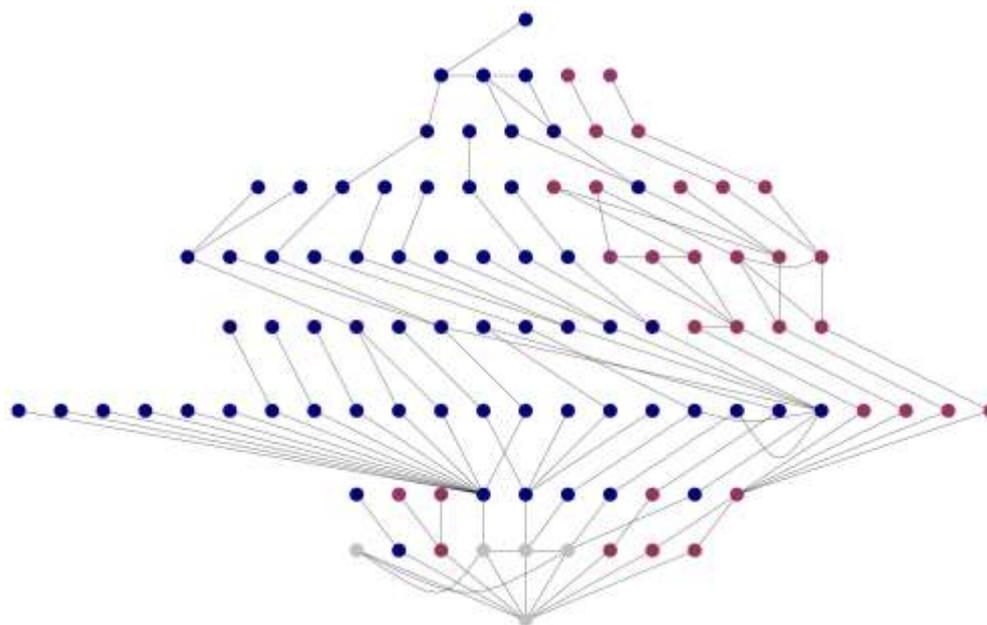
Figura 70 - Mapa convexo pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1984 (superior - com planta baixa, inferior - sem planta baixa)



Fonte: A autora (2022)

Seu grafo justificado geral (Figura 71) possui 9 níveis e mostra, assim como nos últimos anos analisados, uma mistura de fluxos de usuários por causa dos acessos extras no pavimento térreo, e da inserção de novos usos no mesmo. Além disso, por causa do aumento do número de convexos de forma geral, a quantidade de convexos destinados aos dois tipos de usuário - funcionários e visitantes - aumentou para 64 e 31, respectivamente, em comparação a 44 e 23, em 1978.

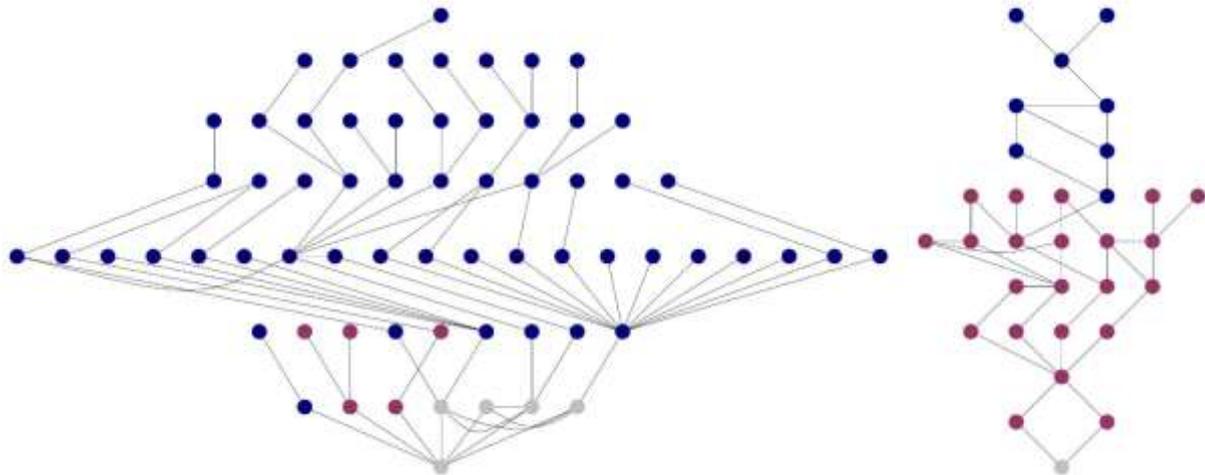
Figura 71 - Grafo justificado sistema geral - 1984 - Acesso usuários
(azul – funcionários, roxo – clientes, cinza – circulação)



Fonte: A autora (2022)

Se examinados separadamente (Figura 72), nota-se uma diminuição no número de convexos destinados a visitantes no térreo, uma vez que o refeitório dos professores diminuiu e as outras novas funções ficaram restritas aos funcionários, além disso, o acesso aos banheiros públicos volta a ser feito através do primeiro pavimento; ademais, nota-se um aumento considerável da quantidade de convexos destinados aos visitantes no pavimento superior, consequência da maior partição dos espaços de circulação. A tendência de maioria dos convexos de funcionários no térreo e convexos de visitantes nas partes mais rasas do edifício, no pavimento superior, se mantém.

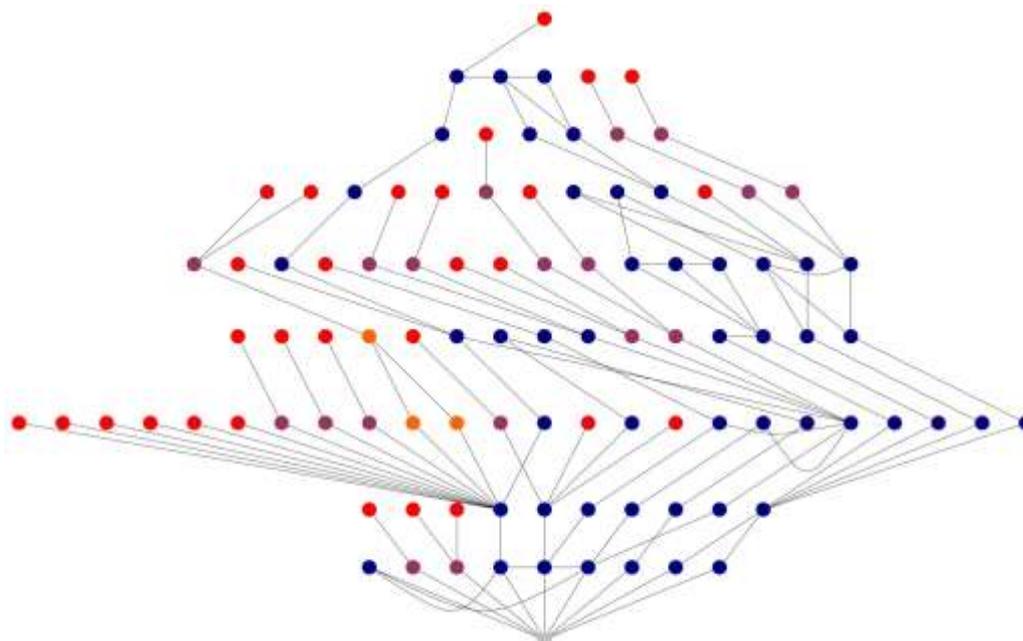
Figura 72 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) – 1984 –
 Acesso funcionários
 (azul – funcionários, roxo – visitantes, cinza – circulação)



Fonte: A autora (2022)

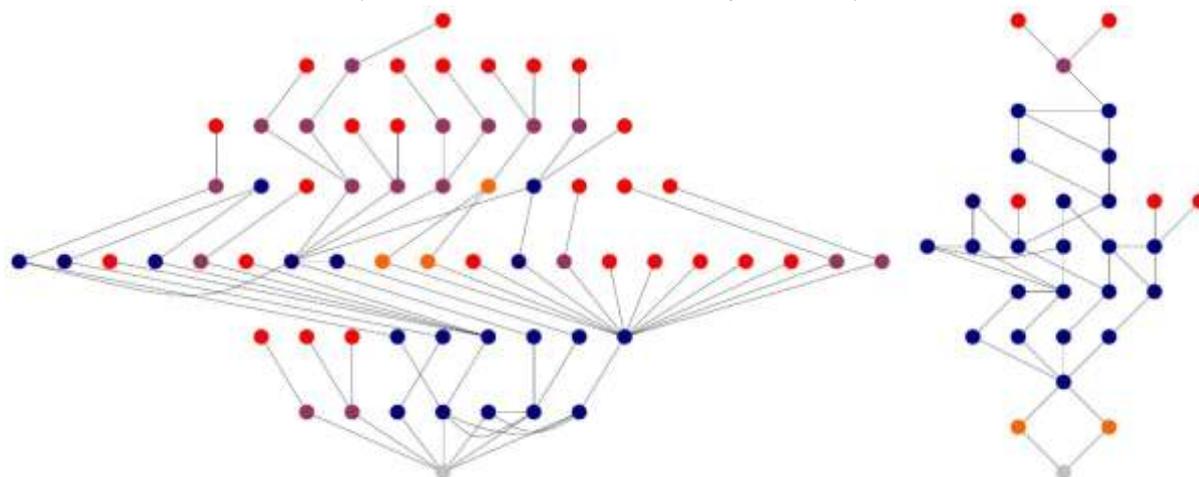
Quanto aos espaços tipo (Figura 73), o sistema possui 29 espaços tipo a, 17 espaços tipo b, 3 espaços tipo c e 49 espaços tipo d, com mais uma vez a predominância se dando com espaços tipo a e d. Apesar da alta presença de espaços tipo d e do alto valor de *d-ness*, os valores de *a-ness* e *b-ness*, somado ao baixo valor de *c-ness* (Tabela 1) configuram a menor conectividade relativa de todos os anos até o momento, com um valor de 0,098. Isso acontece, pois, a maioria dos convexos dos espaços das novas funções no pavimento térreo são espaços tipo a, e pode ser melhor ilustrado quando se observa os dois pavimentos separadamente (Figura 74).

Figura 73 - Grafo justificado sistema geral - 1984 - Espaços tipo
(a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d - azul)



Fonte: A autora (2022)

Figura 74 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - Espaços tipo
(a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d - azul)



Fonte: A autora (2022)

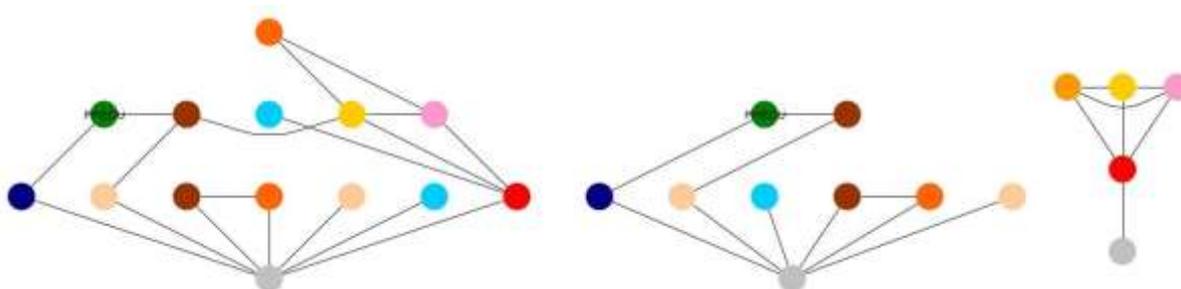
No térreo, o padrão geral se mantém, com 26 espaços tipo a, 17 espaços tipo b, 3 espaços tipo c e 19 espaços tipo d, ou seja, a predominância é de espaços tipo a e d, porém, seus valores de *a-ness* é de 0,406; de *b-ness*, 0,27; de *c-ness*, 0,046 e de *d-ness*, 0,292 configurando, dessa maneira a menor conectividade relativa do pavimento térreo de todos os anos analisados até o momento, de 0,08 (Tabela 1).

Isto é, o alto valor de *a-ness*, somado ao razoável de *b-ness* e ao baixo de *c-ness* provocam essa baixa conectividade relativa, que como já mencionado mais acima, é causada pela inserção de muitos espaços tipo a nos espaços das novas funções administrativas e no refeitório dos professores. Já no pavimento superior o número de espaços tipo a é de 5; de espaços tipo b, de 1; de espaços tipo c, de 2; e de espaços tipo d, de 22; conformando, dessa maneira, um valor de *a-ness* de 0,172; de *b-ness*, de 0,01; de *c-ness*, de 0,067; e de *d-ness*, de 0,733; configurando, dessa forma, a maior conectividade relativa do pavimento superior de todos os anos analisado até o momento, com valor de 0,2.

Com relação a setorização, o grafo setorial (Figura 75) mostra um sistema muito mais anelado do que nos outros anos. A lógica permanece a mesma: o setor de armazenagem, se ligando ao de preparo, o qual se conecta com o setor de cocção e confecção, que por sua vez se liga à área administrativa no térreo - como no ano anterior - e ao setor de distribuição no pavimento superior, que por sua vez se conecta às áreas de consumo e controle, e diferentemente dos outros anos, se conecta também a área de higienização. Com isso, o grafo setorial do sistema geral apresenta setores equivalentes a espaços tipo a, c e d. Os setores do térreo permanecem sendo equivalentes a espaços tipo a e c e os do primeiro pavimento se tornam equivalentes a espaços tipo d.

Figura 75 - Grafo setorial justificado sistema geral (esquerda), pavimento térreo (meio) e pavimento superior (direita) – 1984

(azul escuro - armazenagem e vestiários, verde - pré-preparo e educacional, marrom - cocção e confecção, rosa - higienização, amarelo - distribuição, laranja - consumo, vermelho - controle, azul claro - banheiros)

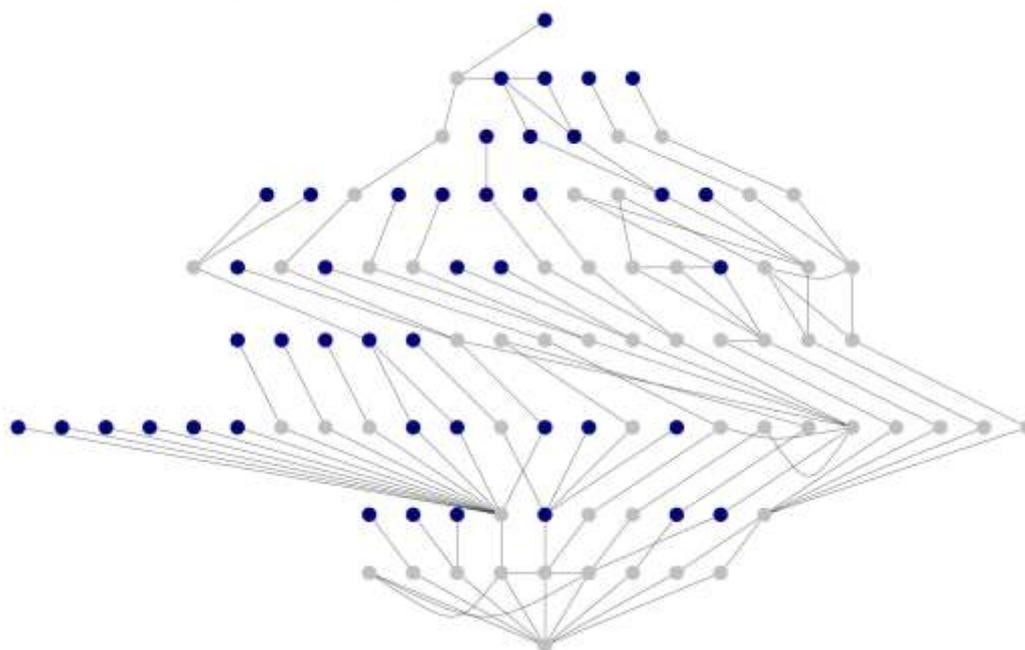


Fonte: A autora (2022)

Com relação aos espaços de ocupação e transição, esses últimos voltam a ser maioria no sistema geral (Figura 76) - 56 contra 43 de ocupação, consequência de um sistema menos fragmentado, como já mencionado. Além disso, esses números também representam uma volta à concepção original - em 1957, os espaços de

transição também eram em maior quantidade. Isso se dá em consequência da conformação de um plano mais livre no pavimento superior, com as funções da cozinha sendo desempenhadas em um só ambiente, novamente, ao invés de três diferentes. Mas também acontece por causa da grande fragmentação nos ambientes administrativos no pavimento térreo.

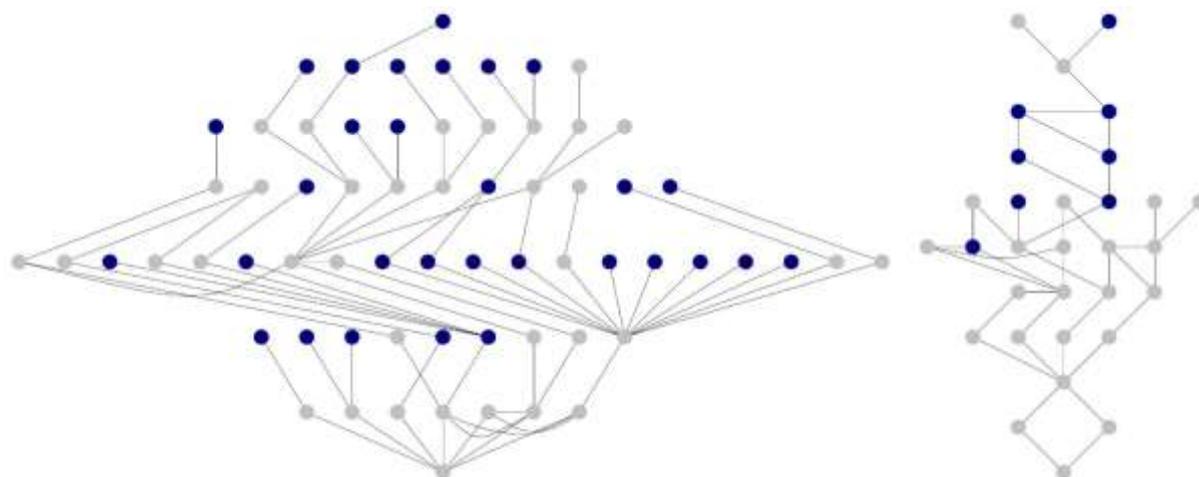
Figura 76 - Grafo justificado sistema geral – 1984
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



Fonte: A autora (2022)

Quando examinados separadamente (Figura 77), fica mais fácil de notar essa característica de uma maior quantidade de espaços de transição do que de ocupação que aparecem nos dois pavimentos. Todavia, faz-se necessário destacar que diferentemente de 1957, quando o pavimento térreo, isoladamente, tinha mais espaços de ocupação do que de transição, em 1984 acontece o contrário - 35 espaços de transição e 30 espaços de ocupação.

Figura 77 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1984
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



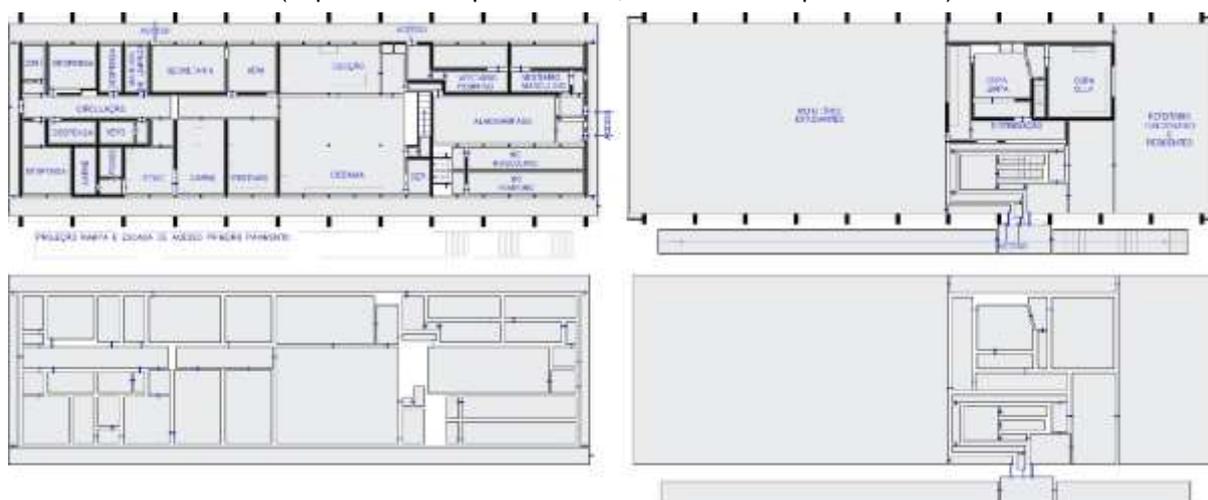
Fonte: A autora (2022)

Assim sendo, em suma, em relação aos aspectos geométricos, tem-se que no ano de 1984 há um aumento considerável no número de convexos, fazendo, dessa maneira, que o plano seja o mais fragmentado do que o do ano anterior. Isso se dá em consequência de um retorno a um plano mais livre no pavimento superior, assim como o aumento de espaços mais fechados no térreo. Há a diminuição da quantidade de convexos destinado a visitantes, no térreo, uma vez que o acesso aos banheiros públicos volta a ser feito pelo pavimento superior e as novas funções que atendiam a alguns visitantes no pavimento, passam a ser reservadas somente ao acesso de funcionários; assim como há um aumento de convexos destinado a visitantes no pavimento superior, decorrente do aumento da partição dos espaços de circulação. No concernente aos aspectos configuracionais, o plano tem o menor valor de conectividade relativa de todos até o momento e a menor conectividade relativa do pavimento térreo. Isso se dá por causa da grande quantidade de espaços tipo a que surgem com a reorganização do pavimento. Já o pavimento superior tem a maior conectividade relativa registrada, por causa da alta presença de espaços tipo d. No tocante aos aspectos funcionais, o grafo setorial do sistema geral se torna mais anelado, assim como também o dos dois pavimentos, ocorrência antes não registrada. Ademais, há uma inversão na tendência do pavimento térreo possuir mais espaços de ocupação do que de transição, assim como o pavimento superior, no ano de 1984, o pavimento térreo também tem mais espaços de transição.

4.1.1.5 1984 -> 1986

Com a simplificação da área administrativa e do pavimento superior, o número de convexos cai de 99 em 1984, para 71 em 1986, sendo 46 desses no térreo e 25 no pavimento superior. Contudo, apesar de se mostrar como um plano mais simplificado, o valor da relação entre espaços convexos e espaços fechados cai para 0,324 se mostrando mais baixo do que o do ano anterior, ou seja, se mostrando um plano mais fragmentado (Tabela 1). Quando observados separadamente, o valor do térreo se mostra mais baixo do que o do ano anterior, com 0,452. Isso acontece por causa da inserção dos vestiários e almoxarifados no lugar dos ambientes administrativos, se configurando como ambientes fechados mais fragmentados. No pavimento superior o valor se mostra mais alto do que no ano anterior, por causa da diminuição no número de convexos (Figura 78). Mais uma vez o térreo se mostra menos fragmentado do que o pavimento superior, padrão que se manteve em todas as modificações representadas, mesmo quando o pavimento superior apresentou uma maior ocupação com as copas de lavagem separadas da distribuição, como em 1967 e 1978.

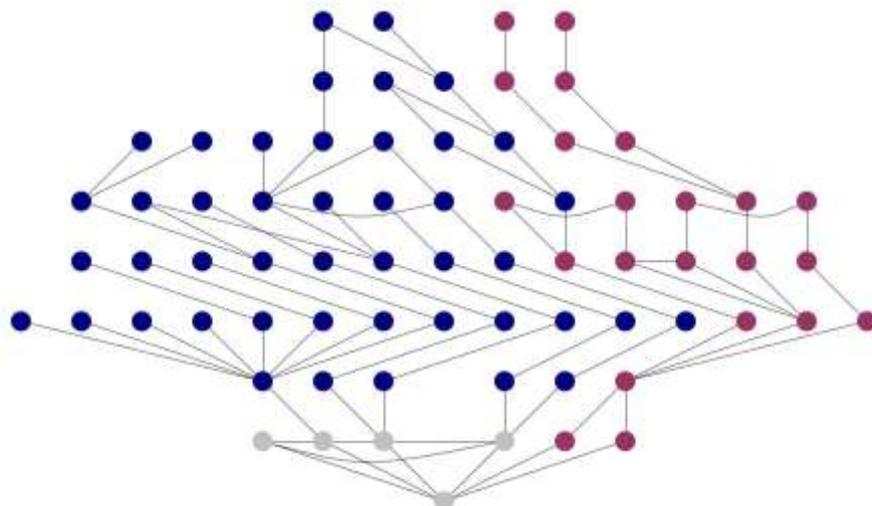
Figura 78 - Mapa convexo pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) – 1986
(superior – com planta baixa, inferior – sem planta baixa)



Fonte: A autora (2022)

Seu grafo justificado geral (Figura 79) conta com 45 convexos destinados a funcionários e 22 destinados a visitantes, uma baixa em relação ao ano anterior, visto a ausência do refeitório dos professores do plano.

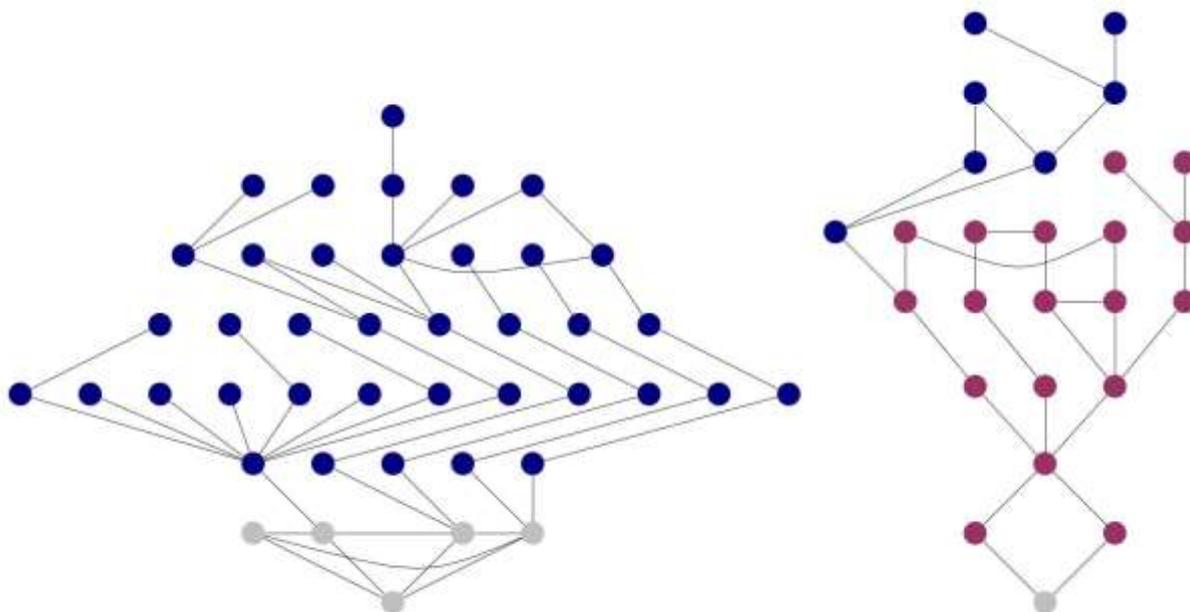
Figura 79 - Grafo justificado sistema geral - 1986 - Acesso usuários
(azul – funcionários, roxo – clientes, cinza – circulação)



Fonte: A autora (2022)

Ademais, com isso, quando analisados separadamente (Figura 80) nota-se que o térreo volta a ter convexos destinados somente a funcionários, como em 1957 - ano de concepção, e o pavimento superior, apesar da predominância de convexos de visitantes, abriga os convexos de funcionários nas camadas mais profundas.

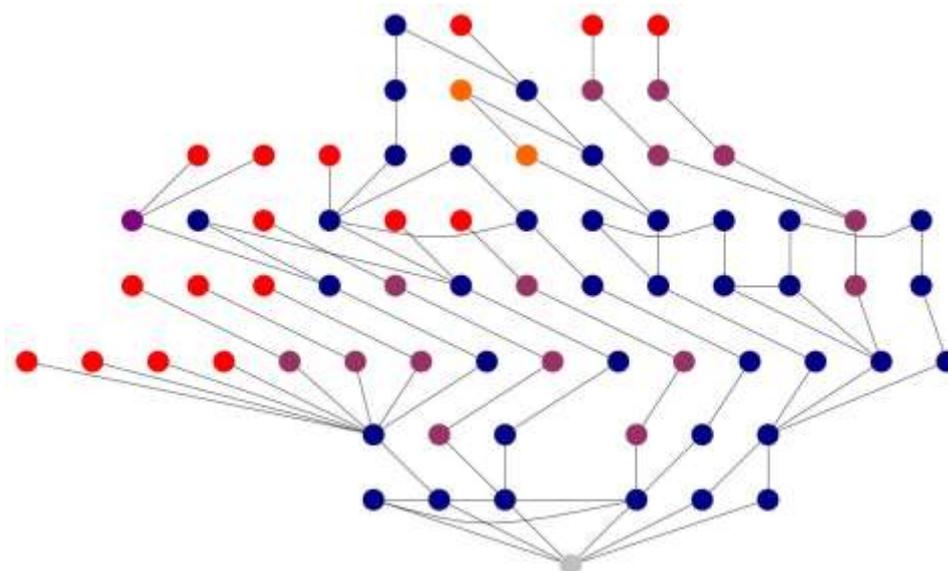
Figura 80 - Grafo justificado térreo (esquerda) e pavimento superior (direita)
(azul – funcionários, roxo – clientes, cinza – circulação)



Fonte: A autora (2022)

No que se refere aos espaços tipo (Figura 81), o grafo possui 16 espaços tipo a, 16 espaços tipo b, 2 espaços tipo c, e 37 espaços tipo d, apresentando o maior *b-ness* de todos os anos (Tabela 1), configurando, com a alta presença de espaços tipo a, a segunda menor conectividade relativa de todos os anos com 0,109 - um pouco mais alta do que a do ano de 1984, com valor de 0,097.

Figura 81 - Grafo justificado geral - 1986 - Espaços tipo
(a – vermelho, b – roxo, c – laranja, d – azul)

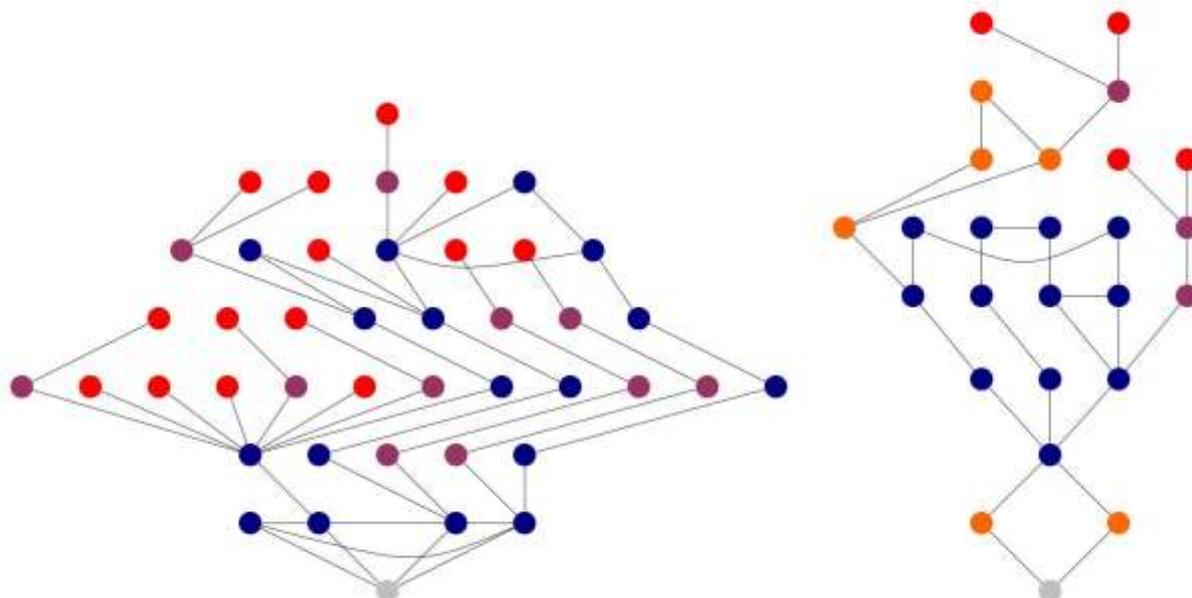


Fonte: A autora (2022)

Isso se dá por causa da partição da circulação central, assim como a conformação dos novos vestiários, no térreo, e a delimitação das circulações até os banheiros públicos, no pavimento superior, que geraram muitos espaços tipo b.

Tal valor se reflete no pavimento térreo, que tem um valor de conectividade relativa de 0,101, que acontece pelo pavimento apresentar o maior valor de *b-ness*, somado a ausência de espaços tipo c; mas no pavimento superior, o valor sobe em relação ao valor do sistema geral, para 0,133, por os valores de *a-ness* e *b-ness* diminuírem consideravelmente em relação aos respectivos valores no sistema geral (Figura 82).

Figura 82 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) - 1986
 Espaços tipo
 (a - vermelho, b - roxo, c - laranja, d - azul)

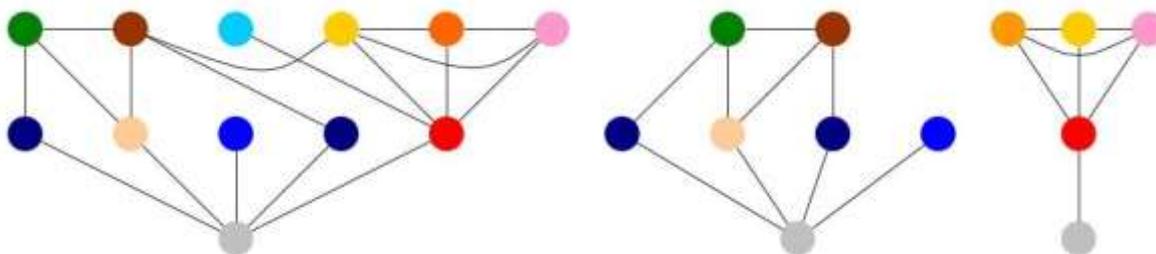


Fonte: A autora (2022)

Quanto à setorização, assim como no ano anterior, os grafos permanecem anelados, contudo, no grafo do sistema geral e no grafo do térreo, surge um novo setor, referente aos vestiários, que antes ficavam junto ao setor de armazenagem, e que assim como os banheiros, são equivalentes a espaços tipo a. Apesar dessa pequena mudança, a lógica de sempre permanece a mesma: armazenagem se ligando ao pré-preparo, e este se conectando à cocção - e que tem o setor administrativo fazendo um anel com os dois -, que por sua vez se liga ao setor de distribuição no pavimento superior, o qual é conectado ao setor de consumo, controle e higienização. O grafo setorial geral apresenta setores equivalentes a espaços tipo a e d, assim como o do térreo; e o grafo setorial do pavimento superior é igual ao do ano anterior e apresenta setores equivalentes a espaços tipo d (Figura 83).

Figura 83 - Grafo setorial justificado sistema geral (esquerda), pavimento térreo (meio) e pavimento superior (direita) – 1986

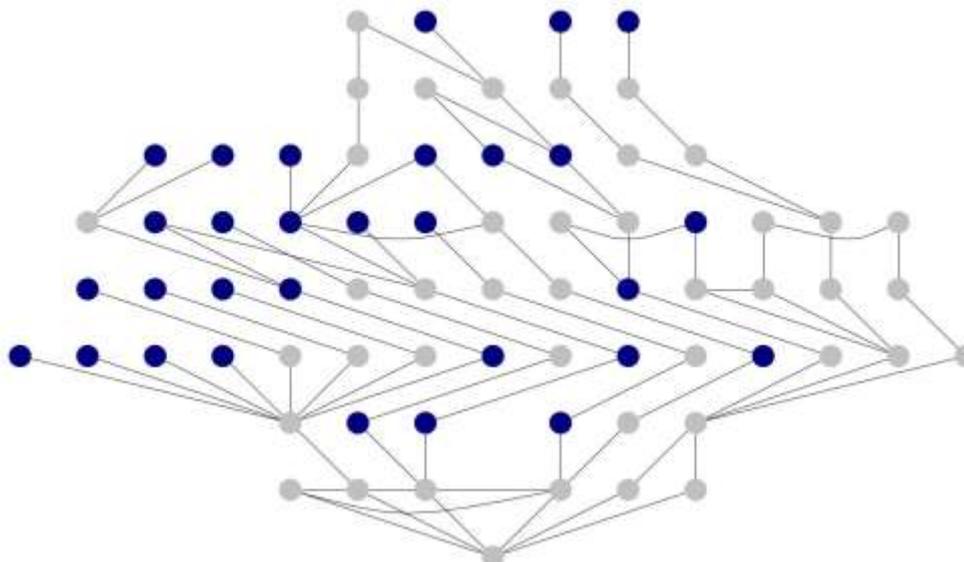
(azul escuro - armazenagem, azul anil - vestiários, verde - pré-preparo e educacional, marrom - cocção e confecção, rosa - higienização, amarelo - distribuição, laranja - consumo, vermelho - controle, azul claro - banheiros)



Fonte: A autora (2022)

Com relação aos espaços de ocupação e aos espaços de transição (Figura 84), tem-se a mesma condição do que o ano anterior - mais espaços de transição do que de ocupação, tanto no sistema geral - 41 e 30, respectivamente, quanto nos pavimentos analisados isoladamente - 22 de transição no térreo e 20 de ocupação; e 20 de transição no pavimento superior, e 5 de ocupação.

Figura 84 - Grafo justificado geral - 1986
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)

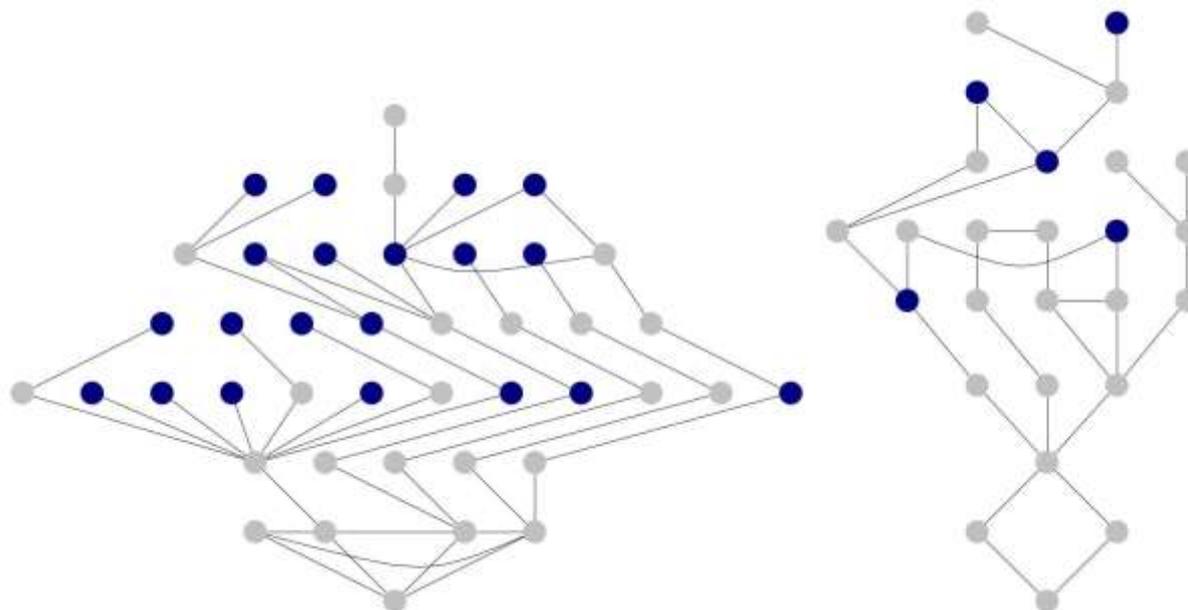


Fonte: A autora (2022)

Contudo, no térreo isso ocorre por causa da contagem dos convexos externos, conformados dentro do limite do piso e pilares. Se eles fossem desconsiderados, o

térreo ficaria com 18 espaços de transição e 20 de ocupação, demonstrando mais uma vez uma volta ao projeto original de 1957, isto é, teria mais espaços de ocupação do que de transição. O pavimento superior mantém o padrão de todos os anos, se mostrando, inclusive, com a maior proporção registrada, com os espaços de transição representando 80% dos espaços do pavimento (Figura 85).

Figura 85 - Grafo justificado pavimento térreo (esquerda) e pavimento superior (direita) – 1986
Espaços de ocupação (azul) x Espaços de transição (cinza)



Fonte: A autora (2022)

Em vista disso, resumidamente, o ano de 1986 apresenta 5 acessos diferentes no pavimento térreo, sendo dois deles destinados aos vestiários masculino e feminino dos funcionários, que ficam isolados do resto dos ambientes e como consequência, modifica o percurso do funcionário, que passa a usar duas entradas diferentes para acessar suas estações de trabalho. No que concerne aos aspectos geométricos, o padrão de ter o térreo menos fragmentado do que o pavimento superior se manteve em todos os anos, inclusive neste. Há uma baixa no número de convexos por causa do desaparecimento do refeitório dos professores da planta baixa disponibilizada, ademais, com o reordenamento das funções, o térreo volta a ter espaços destinados exclusivamente aos funcionários, como no ano da concepção, e o pavimento mantém o padrão de ter menos convexos de funcionários, mas os poucos que tem se localizam nas camadas mais profundas do sistema. Em relação aos aspectos configuracionais, a conectividade relativa do sistema é baixa por causa da alta presença de espaços

tipo b, provocados pelas modificações realizadas. E sobre os aspectos funcionais, a setorização continua mostrando grafos anelados, como no ano anterior, porém há o surgimento do setor de vestiários antes inexistente, por partilharem do mesmo setor da armazenagem. Há mais espaços de transição do que de ocupação, por causa da alta partição e o pavimento superior apresenta a maior proporção de espaços de transição em relação aos de ocupação de todos os anos, com eles representando 80% dos espaços totais.

4.1.2 Atributos de autenticidade

Os atributos de autenticidade se referem aos aspectos genotípicos e às condições de inteligibilidade do sistema espacial, consideradas as propriedades que conferem a sua genuinidade, como previamente argumentado.

Dois são os atributos que dão os parâmetros da autenticidade espacial do edifício: a inteligibilidade e o genótipo definido pela desigualdade entre os valores de integração das funções-chave que caracterizam a edificação, a saber: os espaços destinados à cocção dos alimentos, a distribuição e o consumo das refeições, dentro da lógica de entendimento de início, meio e fim do ciclo de atividades do RU. Seu fator de diferenciação indica a força do *inequality genotype* (genótipo de diferenciação). Quanto maior a diferenciação – valores próximos de zero, mais claramente funções e ocupantes são diferenciados. Quanto menor for a diferenciação – valores próximos a um, menor distinção se fará.

Nesse contexto, tem-se que em 1957, tendo em mente as características descritas de tal plano, a se recordar - a entrada única feita pela fachada oeste do térreo e circuito do pavimento superior realizado ao redor de um único espaço - tem-se que o valor de inteligibilidade do sistema geral era de 0,27 (Tabela 2); do pavimento térreo analisado isoladamente, 0,2668; e do pavimento superior, 0,3181. Tendo-se o valor do térreo menor em relação ao do primeiro pavimento, provavelmente por causa do plano livre caracterizante deste último. Seu *inequality genotype* se configura como cocção>distribuição>consumo, e o fator de diferenciação dos valores de integração de tais espaços é de 0,987, se caracterizando, desta maneira, como um genótipo fraco (Tabela 02).

Tabela 2 - Dados gerais - atributos de autenticidade

1957			1967			1978			1984			1986			
Espaços genotípicos															
FD	0,987		FD	0,908		FD	0,893		FD	0,907		FD	0,998		
Cocção	0,794116		Cocção	1,16815		Cocção	1,08249		Cocção	1,06705		Cocção	0,717708		
Distribuição	0,678489		Distribuição	0,624418		Distribuição	0,534619		Distribuição	0,59817		Distribuição	0,678662		
Consumo	0,618973		Consumo	0,737345		Consumo	0,696711		Consumo	0,625567		Consumo	0,754938		
Inteligibilidade															
Ano	1957			1967			1978			1984			1986		
pav.	S.G.	P.T.	P.S.	S.G.	P.T.	P.S.									
	0,27	0,2668	0,3181	0,3024	0,3983	0,4549	0,279	0,4027	0,6	0,2415	0,3967	0,3362	0,3219	0,2097	0,4795

Fonte: A autora (2022)

De 1957 para 1967, todos os valores de inteligibilidade aumentaram (Tabela 02), e o que se pode observar de mudanças prováveis a afetarem dessa maneira, seria o aumento de espaços tipo a no térreo, com a divisão das áreas de preparo de cereais e massa, a inserção da copa café; e a diminuição de convexos no pavimento superior, a partir da simplificação da circulação; tornando mais fácil o entendimento geral dos mesmos. Tais mudanças fizeram com que a diferença entre os valores de integração dos espaços genotípicos aumentasse, por causa do aumento da integração de alguns espaços, como a cocção e o consumo, configurando um *inequality genotype* como cocção> consumo> distribuição, tornando mais forte, dessa maneira, o genótipo nesse ano (Tabela 2).

De 1967 para 1978, a inteligibilidade do sistema geral cai (Tabela 2), mas as dos dois pavimentos analisados isoladamente, sobem, decorrência provável do aumento de número de acessos nos dois pavimentos: no térreo, além dos dois novos acessos à área técnica, há ainda a extensão do edifício com a criação do refeitório dos professores; e no pavimento superior, um segundo acesso é aberto, feito através de uma rampa paralela e localizada do lado oposto a original. O *Inequality genotype* deste ano é configurado novamente como cocção> consumo> distribuição e a diferença entre seus valores de integração aumenta novamente, com a diminuição de todos os seus valores de integração (Tabela 2).

De 1978 para 1984, todos os valores de inteligibilidade caem como consequência da retirada da rampa secundária do pavimento superior, e do aumento expressivo do número de convexos no sistema geral (Tabela 2). Vale ressaltar que 1984 é o único ano que quebra o padrão de ter o térreo como pavimento mais inteligível do que o pavimento superior, tendo, neste ano, o térreo, um valor de 0,39 comparado a um valor de 0,33 do pavimento superior. É provável que isso seja um

reflexo da reorganização do pavimento superior, voltando a ter as funções da cozinha desempenhadas dentro de um único ambiente; e do aumento do número de convexos decorrente do delineamento do circuito dos visitantes, além da retirada da rampa secundária. O *inequality genotype* permanece o mesmo – consumo>cocção>distribuição, e com o retorno à dinâmica do projeto original, as diferenças entre os valores de integração voltam a diminuir (Tabela 2).

Por fim, de 1984 para 1986, o valor de inteligibilidade do sistema geral sobe (Tabela 02), mas os dos pavimentos isolados caem. Isso se dá, provavelmente, por causa da diminuição do número de convexos, no sistema geral, com a retirada do refeitório dos professores; além de o térreo ter apresentado acessos externos “mortos”, isto é, acessos que levavam a espaços tipo a, não integrados totalmente ao sistema, com os vestiários dos funcionários. O *inequality genotype* fica como consumo>cocção>distribuição e a diferença entre os valores de integração dos espaços genotípicos, volta a diminuir (Tabela 2).

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Silva (2012), no desenvolvimento de sua metodologia, constrói o que chama de Documento de Referência, que reúne todos os aspectos do edifício, nele depositados ao longo de sua história, e que seriam importantes de se preservar, isto é, o Documento de Referência sugerido pela autora é uma construção feita com base nas análises realizadas no objeto de estudo, a partir da sua metodologia proposta, onde são identificados os elementos característicos do bem, posteriormente agrupados no referido documento que serve à análises comparativas para se estabelecer se o edifício em seu estado atual no momento que é reconhecido enquanto bem patrimonial, se encontra íntegro e autêntico ou não. Ou seja, o Documento de Referência não é o projeto original do edifício, pois se assim o fosse, se estaria negando que as alterações comportadas por ele ao longo do tempo, não poderiam se tornar parte do seu inteiro e com isso os edifícios estariam sempre não íntegros e não autênticos, uma vez que esses sempre vão sofrer alterações.

Seguindo tal lógica, ao se observar o histórico do sistema espacial do edifício do Restaurante Universitário ao longo dos cinco anos analisados, pode-se notar algumas estabilidades que serão usadas como parâmetros para definir os valores modais comparativos de integridade e autenticidade, relativos a cada um dos aspectos analisados. Faz-se necessário destacar que os valores de todos os atributos do projeto original datado de 1957 serão utilizados como base mínima, pois, entende-se que o projeto primeiro, por ser original, não pode ser considerado como não íntegro ou não autêntico.

Iniciando pelos atributos de integridade:

No tocante aos aspectos geométricos (Gráfico 1), referente à relação entre espaços convexos e espaços fechados, pode-se notar que os valores do sistema geral, em sua maioria variam entre 0,27 e 0,35. O único ano que mostra uma divergência desse padrão, é 1978, apresentando um valor de 0,47. Isso se deu por causa da expansão do edifício, com o refeitório dos professores, e a ocupação total do espaço de expansão, antes ocupado pela copa para café – tais mudanças contribuíram com espaços pouco fragmentados para o sistema. Isso pode ser atestado quando se observa os padrões dos valores do térreo isoladamente, como mostra o gráfico. Com relação ao pavimento superior, analisado isoladamente, pode-se observar uma

tendência entre os anos de 1957, 1984 e 1986, com valores variando entre 0,6 e 0,8 – os dois últimos anos foi justamente quando houve um retorno formal à dinâmica original de 1957, quando as funções do pavimento se desenvolviam dentro de um mesmo ambiente, ao invés de três separados, como aconteceu em 1967 e 1978, que por sua vez mostram valores altos em relação à tendência estabelecida – de 0,19 e 0,18, respectivamente.

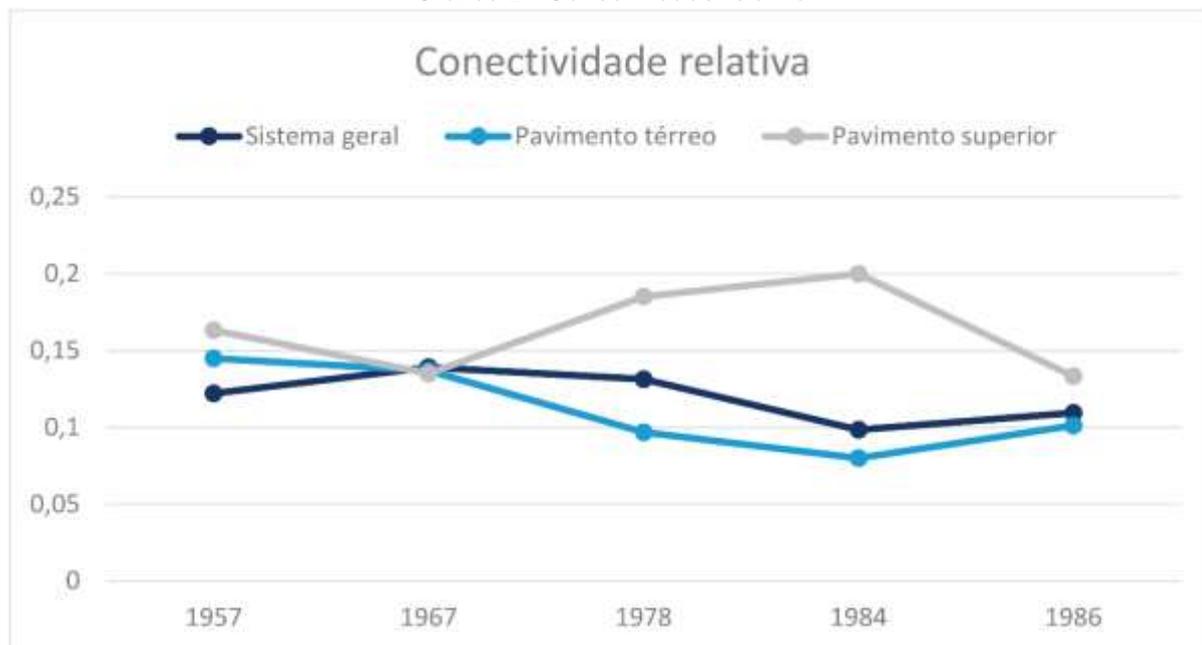
Gráfico 1 - Espaços de ocupação x Espaços de transição



Fonte: A autora (2022)

Já com relação aos aspectos configuracionais (Gráfico 2), observa-se um padrão entre 1957, 1967 e 1978 - com valores de conectividade relativa variando entre 0,12 e 0,13 – que é quebrado nos anos de 1984 e 1986, que apresentam os menores valores registrados. Ou seja, as alterações que fizeram o ano de 1978 destoar dos outros, relativo aos aspectos geométricos, não alteraram a anelaridade do plano neste ano, pois apresentou um valor de conectividade relativa estável de 0,13. Já 1984, com a remoção da rampa secundária, e a diminuição do refeitório dos professores, apresentou um valor de 0,9; e 1986, com a remoção do refeitório dos professores do plano, apresentou um valor de 0,10. Isto posto, pode-se inferir que as mudanças propostas em 1978 se tornaram parte do inteiro do edifício, afetando sua integridade quando retirados.

Gráfico 2 - Conectividade relativa



Fonte: A autora (2022)

Se considerados isoladamente, o térreo mostra os menores valores de conectividade relativa nos anos de 1978 e 1984, que por sua vez, tem seus pavimentos superiores apresentando os maiores valores. No pavimento térreo, isso se dá pela ausência de espaços tipo c, juntamente com a incidência de espaços tipo b, em 1978. Já em 1984, há uma baixa na incidência de espaços tipo d, com a diminuição do refeitório dos professores e a reorganização da área administrativa, que geraram muitos espaços tipo a e b. No pavimento superior, a alta dos valores se dá em 1978 por causa da inserção da rampa secundária, aumentando em demasia a incidência de espaços tipo d; e em 1984, apesar da rampa ter sido retirada, a reorganização do percurso do cliente gera uma grande fragmentação convexa que se interconecta, gerando espaços tipo d.

Finalmente, referente aos aspectos funcionais, os grafos setoriais do sistema geral, sempre apresentaram espaços tipo a e d, e a lógica funcional, se manteve sempre a mesma nos dois pavimentos, somente com a inserção de alguns novos setores ao longo dos anos, como o setor de administração e educacional em 1978. Contudo, mais uma vez pode-se notar a mesma tendência observada nos pavimentos superiores referentes aos aspectos geométricos: os anos de 1957, 1984 e 1986 apresentaram um padrão relacionado a conformação original das funções se

desempenhando dentro de um só espaço. Isso se repete quando se observa os padrões de espaço de ocupação e transição ao longo dos cinco anos (Gráfico 3). Nos referidos anos, há uma tendência geral a se ter menos espaços de ocupação do que de transição, caso que se inverte em 1967 e 1978 – anos nos quais os pavimentos superiores perderam um pouco o caráter de plano livre com a inserção das copas de lavagem separadas das copas de distribuição.

Gráfico 3 - Espaços de ocupação x Espaços de transição



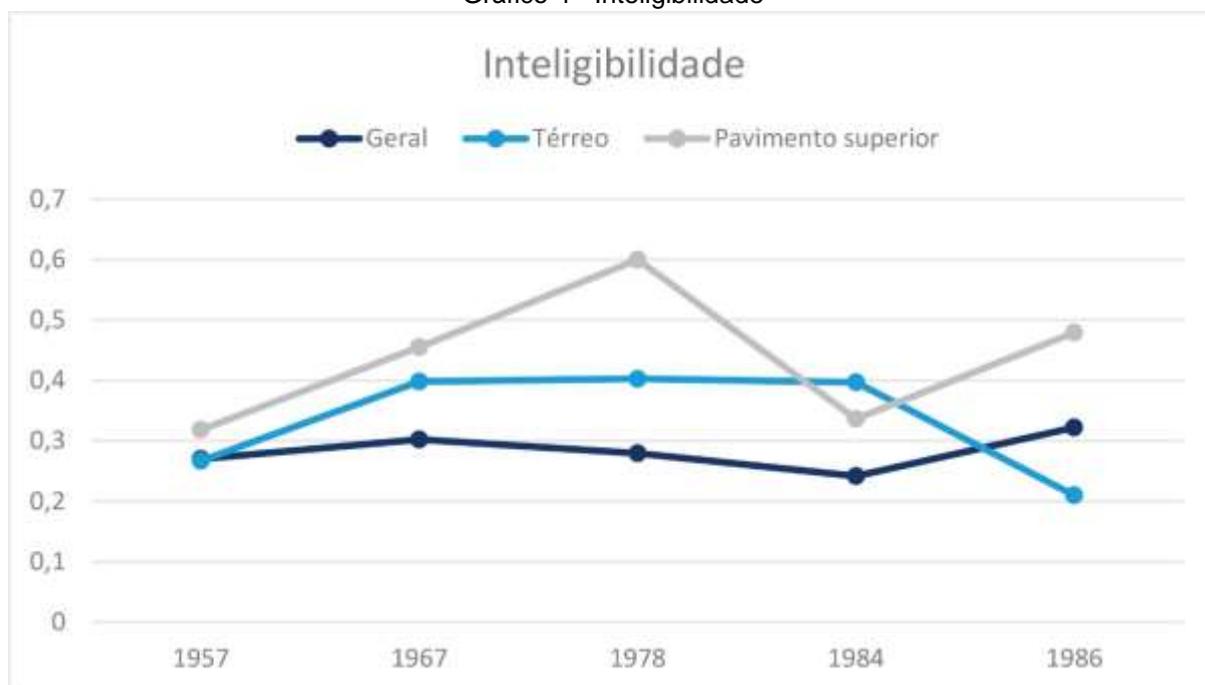
Fonte: A autora (2022)

No tocante aos atributos de autenticidade:

Algumas mudanças sutis puderam ser observadas em relação à inteligibilidade do sistema (Gráfico 4). De modo geral, é um sistema ininteligível, consequência dos dois pavimentos com características de ocupação muito distintas, o térreo sendo mais compartimentado e o pavimento superior mais livre. Nesse contexto, ele se mantém relativamente estável ao longo dos anos e com as mudanças sugeridas, sem muitas oscilações, apresentando uma variação de valores entre 0,24 e 0,32 (Gráfico XX). Os valores usados como bases modais foram 0,27 e 0,30, fazendo, dessa maneira, com que os anos de 1984 e 1986 se mostrassem alterados. Em 1984 é o ano em que o pavimento superior volta a ter suas funções de distribuição e higienização desempenhadas no mesmo espaço, e também é o ano em que a rampa secundária é retirada do plano, fazendo com que o valor de inteligibilidade fique em 0,24. Já em

1986, o valor de inteligibilidade sobe para 0,32, se apresentando como o valor mais alto registrado, isso é devido à simplificação das plantas dos dois pavimentos que apresentaram menos convexos, de modo geral, com a retirada do refeitório dos professores do plano.

Gráfico 4 - Inteligibilidade



Fonte: A autora (2022)

Se observados os dois pavimentos separadamente, nota-se que no térreo há uma queda no ano de 1986, decorrente do reposicionamento dos vestiários masculino e feminino, que passam a ter acessos independentes. Já o pavimento superior, por sua vez, demonstra alteração no ano de 1978, quando foi inserida a rampa secundária, fazendo com que o ano apresentasse o maior valor de inteligibilidade de todos.

O *inequality genotype* de cada ano apresentou-se como mostra a tabela abaixo:

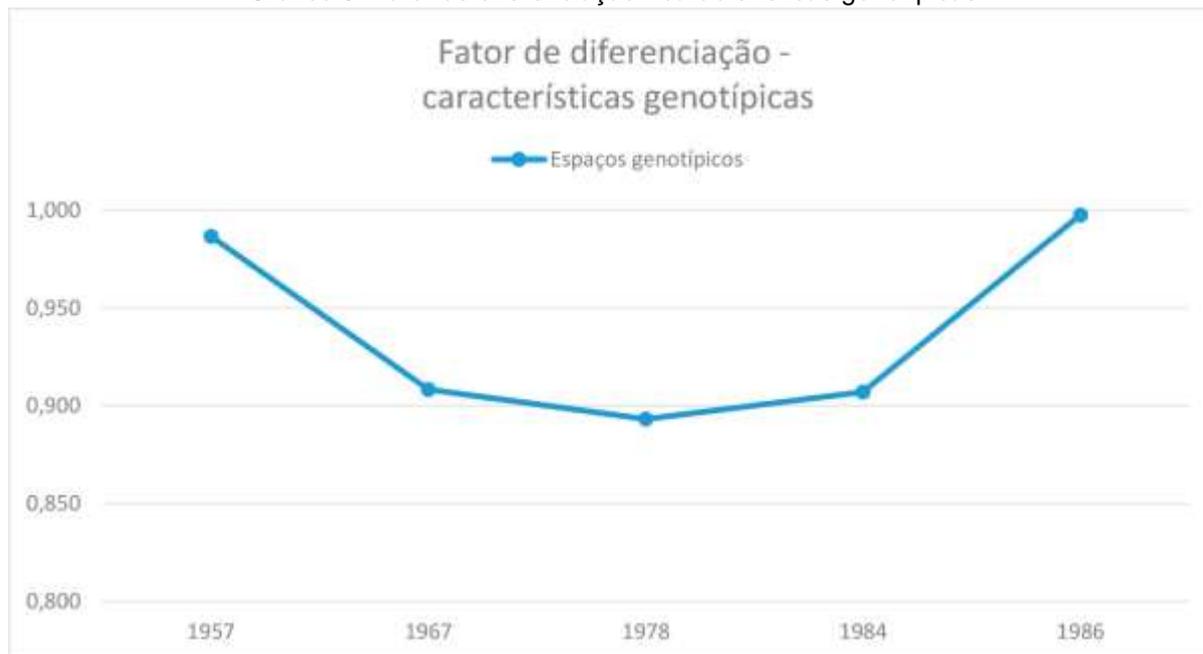
Tabela 3 - *Inequality genotype*

<i>Inequality genotype</i>	
1957	cocção > distribuição > consumo
1967	cocção > consumo > distribuição
1978	cocção > consumo > distribuição
1984	cocção > consumo > distribuição
1986	consumo > cocção > distribuição

Fonte: A autora (2022)

Com relação aos valores de integridade dos espaços genotípicos, o fator de diferenciação apresentou valores sempre maiores que 0,8, o que demonstra pouca diferença entre os valores e configura um genótipo fraco. Ao longo dos cinco anos analisados, eles apresentaram uma tendência a ampliar a diferença entre os valores, até 1978, e depois disso, voltam a diminuir (Gráfico 5). Isto é, em 1967 há a mudança da dinâmica funcional do pavimento superior, e o deslocamento do acesso aos banheiros e copa para café para o pavimento térreo, fazendo com que a diferença entre os valores de integridade dos espaços genotípicos, aumentem; o ano de 1978 apresenta a expansão do edifício e isso fez com que ele apresentasse o valor mais baixo do fator de diferenciação, demonstrando, dessa maneira, uma maior diferença entre os valores de integração dos espaços genotípicos; já em 1984 essa diferença volta a diminuir, com a retirada da rampa secundária e a volta à dinâmica funcional do projeto original no pavimento superior; e com a retirada do refeitório dos professores, a diferença volta a ser mínima, em 1986.

Gráfico 5 - fator de diferenciação - características genotípicas



Fonte: A autora (2022)

Com isso, pode-se considerar que para que o edifício fosse considerado íntegro espacialmente, no tocante aos aspectos geométricos, precisava apresentar valores entre 0,27 e 0,35, referente à relação entre espaços convexos e espaços fechados; no tocante aos aspectos configuracionais, deveria apresentar valores entre 0,12 e 0,13, referente à anelaridade do sistema; e no tocante aos aspectos funcionais, requeria apresentar mais espaços de transição do que de ocupação. E para que fosse considerado autêntico, seus valores de inteligibilidade deveriam flutuar entre 0,27 e 0,30; e seus espaços genotípicos apresentarem valores de fator de diferenciação dos valores de integridade acima de 0,98.

Tais valores foram definidos com base na observação dos padrões apresentados retirados das análises. Isto é, os valores de base mínimo sempre foram os apresentados nas análises feitas no plano de 1957, projeto original, por se entender que esse não pode ser considerado não íntegro e não autêntico; e os valores máximos foram definidos a partir da observação da repetição de valores aproximados ao valor de base, se excluindo da moda os que se apresentavam muito superiores ou inferiores a este, sendo esses considerados como as alterações.

A partir disso, pôde-se verificar que o edifício, enquanto abrigou o Restaurante Universitário, manteve sua autenticidade espacial, apresentando valores de

inteligibilidade relativamente estáveis ao longo dos anos e valores altos do fator de diferenciação dos valores de integridade dos espaços genotípicos, configurando, dessa maneira, pouca diferença entre eles. No tocante à integridade, pôde-se verificar que algumas mudanças sugeridas alteraram os valores definidos de diferentes aspectos, em anos diferentes, mas que não foram suficiente para alterar as características identitárias da configuração espacial, como mostra a análise de autenticidade.

No ano de 1978, por exemplo, com a inserção da rampa secundária de acesso ao pavimento superior e a expansão do edifício com o refeitório dos professores fizeram com que os padrões geométricos da edificação se alterassem, contudo, tais mudanças não alteraram os padrões configuracionais da edificação que se mantiveram estáveis com as mudanças; essas últimas, por sua vez, se tornaram parte do inteiro do edifício e quando alteradas, nos anos subsequentes de 1984 e 1986, mostraram uma alteração no valor de conectividade do edifício. Já os anos de 1967 e 1978, que apresentavam o pavimento superior com as duas copas de lavagem separadas da de distribuição, se destacaram na análise dos aspectos funcionais por fazerem com que o sistema apresentasse mais espaços de ocupação do que de transição.

Ou seja, apesar das mudanças sugeridas, as análises revelaram que as características das configurações espaciais se mantiveram inalteradas, podendo-se considerar o edifício íntegro e autêntico espacialmente, enquanto abrigou o Restaurante Universitário. Os aspectos que caracterizam o edifício, considerados importantes a serem mantidos, do ponto de vista da integridade e autenticidade espacial, portanto, são os que se seguem:

- O pavimento térreo, no geral, sempre apresentou mais espaços de ocupação do que de transição do tipo a, por abrigar funções mais técnicas e laborais que exigiam ambientes específicos e delimitados;
- O pavimento superior, mesmo com todas as mudanças relativas à copa de distribuição, sempre manteve os dois salões laterais desobstruídos, tanto visualmente, quanto em termos de permeabilidade, mostrando sempre um sistema anelado no pavimento superior.
- Alguns elementos se mostraram sempre presentes, mesmo com todas as alterações propostas, quais sejam: a circulação central da entrada oeste no

pavimento térreo, a escada de funcionários que conectava os dois pavimentos internamente, e a escada/rampa externa que dava, aos visitantes, acesso ao pavimento superior, sempre se apresentando nos grafos como nós distribuidores.

- Em termos funcionais, recomendar-se-ia, que o edifício fosse ocupado, numa eventual troca de função, com um único uso, para manter a lógica do sistema espacial integrada.

Isto posto, a partir do que foi discutido, pôde-se verificar que os conceitos de integridade e autenticidade espacial incorporam um caráter dinâmico, como proposto por Zancheti (2013), isto é, as alterações sugeridas nos planos analisados não alteraram a integridade e autenticidade espacial do edifício, mas se tornaram parte do seu inteiro, uma vez que surgiram de maneira a não descaracterizar os padrões configuracionais postos.

Tais padrões, uma vez estabelecidos, servem para indicar que tipo de novo uso, em uma eventual troca de função suportada pelo edifício, poderia ser sugerido, tendo em vista sua adequabilidade e compatibilidade com os mesmos, pois, quando há uma mudança de uso, é o espaço que responde por meio de alterações no seu arranjo, uma vez que a configuração espacial, por ser algo de caráter imaterial, não conta com a inércia que contam os aspectos materiais que o delimitam, assim como a forma e volume do edifício, como suas fachadas por exemplo. Isso pode ser atestado observando-se a análise descritiva a seguir.

4.3 DE RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO A DINE

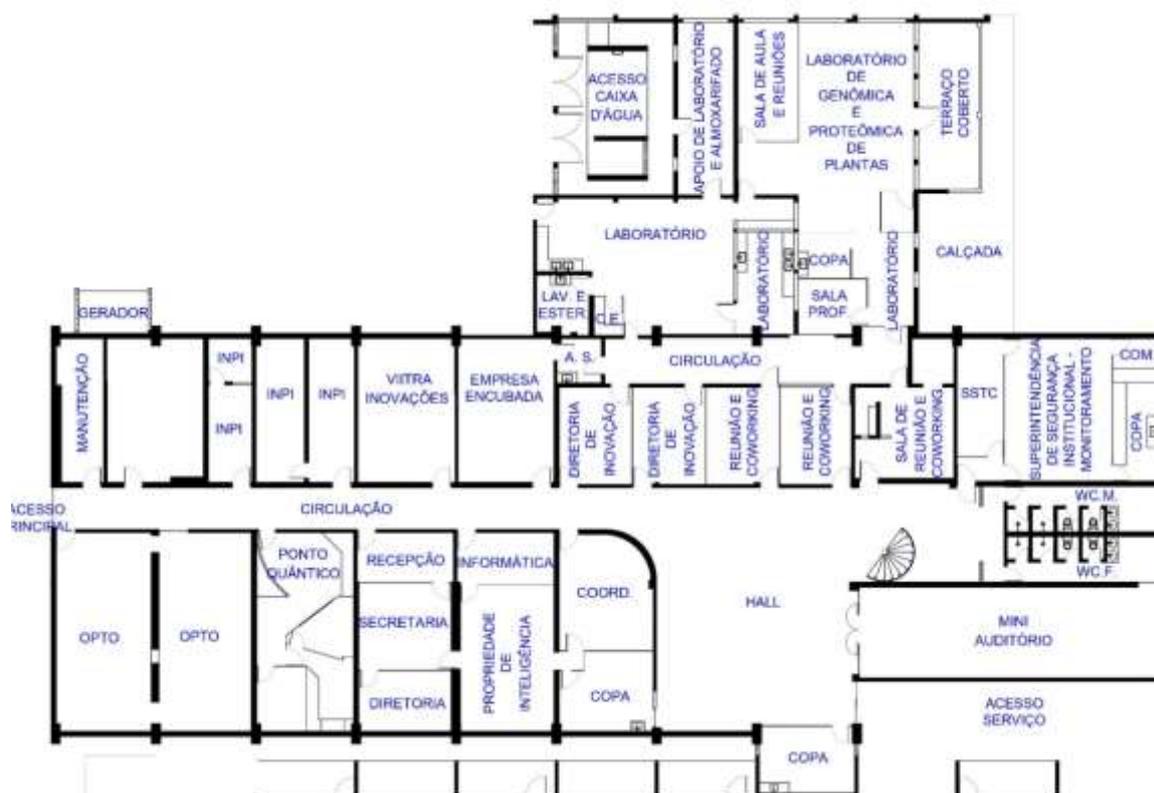
Um sexto plano, datado de 2017, mostra uma mudança de uso no edifício e uma completa descaracterização do seu sistema espacial. A edificação passa a abrigar o DINE (Diretoria de Inovação e Empreendedorismo) da Universidade, que por sua vez, acomoda uma gama de diferentes entidades que demandam uma miríade de ambientes diversos - desde laboratórios, a salas de reunião, escritórios e miniauditórios - que se comportam quase como unidades independentes dentro do mesmo edifício.

O pavimento térreo mantém o acesso pela fachada oeste, mas conta com mais três outros diferentes: um acesso de serviço pelo lado leste, um através da área técnica, onde fica a caixa d'água e outro pelo laboratório da diretoria de inovação. A

antiga escada de funcionários é demolida e substituída por uma helicoidal que conecta os dois pavimentos. Todas as salas do térreo são expandidas, com seus limites chegando no meio dos pilares, e eliminando, dessa maneira, a circulação coberta na área externa, antes existente, e fazendo com que a extensão do edifício - antigo refeitório dos professores - se integre com o pavimento térreo, funcionando, agora, como um só sistema integrado. Além disso, os espaços vazios que ficavam embaixo da rampa e da escada que levam ao pavimento superior, passaram a ser usados como área técnica, abrigando condicionadores de ar (Figura 86).

O pavimento superior também manteve o acesso principal através da rampa e escada, porém foi completamente descaracterizado, e passou a acomodar uma série de salas, destinadas às mais variadas funções. Ademais, um dos núcleos albergados fez uso do alto pé direito do pavimento e criou um mezanino, onde fica um laboratório de pesquisa (Figuras 87 e 88), eliminando totalmente, dessa forma, o entendimento que se tinha dos dois grandes salões de refeição.

Figura 86 - Planta baixa pavimento térreo – 2017



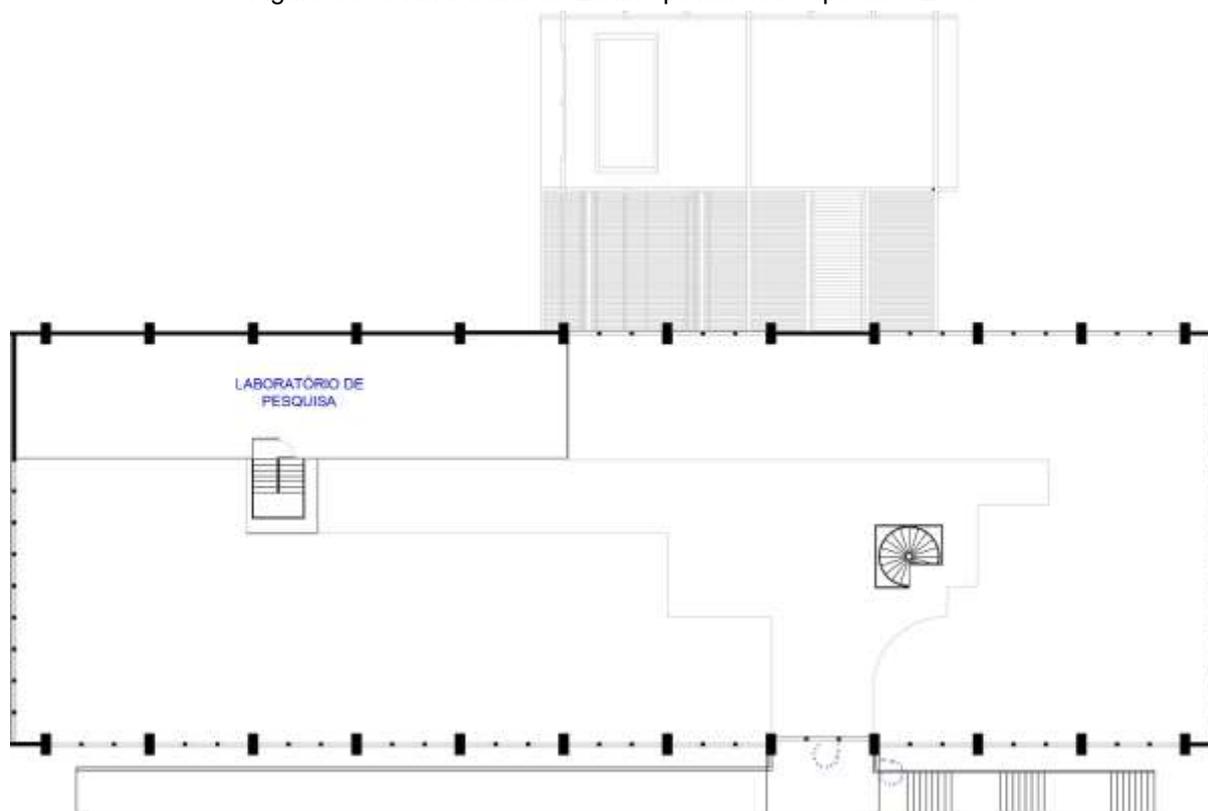
Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 87 - Planta baixa pavimento superior – 2017



Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

Figura 88 - Planta baixa mezanino pavimento superior – 2017

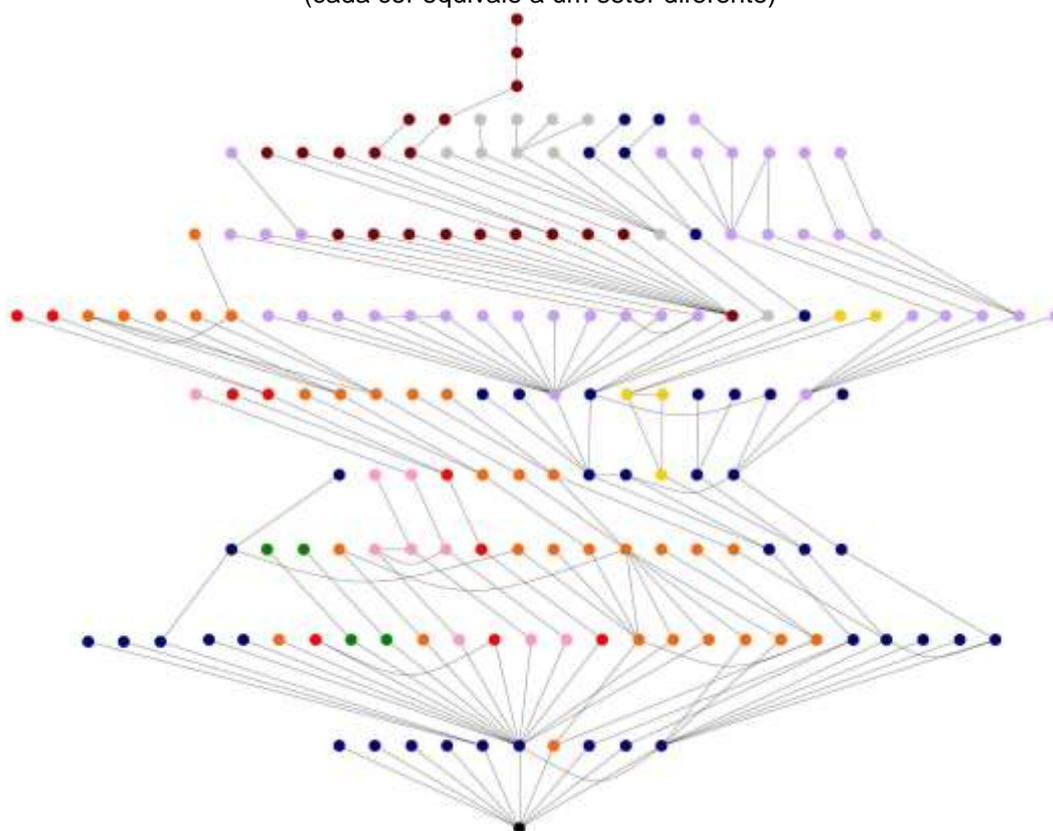


Fonte: Planta elaborada pela autora a partir dos desenhos digitalizados pelo Memorial Denis Bernardes e fornecidos pela Sinfra UFPE

O grafo equivalente ao acesso dos usuários mostra os diferentes setores que o edifício agora abriga (Figura 89). Pode-se notar que, em sua maioria, os espaços são do tipo a, e encontram-se ocupando todo o edifício, nos dois pavimentos, funcionando como funções independentes dentro do mesmo espaço, caracterizando o edifício, dessa maneira, quase como um condomínio.

Em vista do exposto, pode-se inferir que por ser um edifício moderno que apresentava uma modulação estrutural que permitia que a planta do pavimento superior fosse livre, e as paredes do pavimento térreo fossem relocadas, considerou-se que o edifício seria capaz de suportar qualquer tipo de uso – no presente caso, novos usos no plural – independente das suas características espaciais preexistentes. Pode-se considerar, inclusive, a intervenção feita como um clássico caso de fachadismo (KÜHL, 2018), já mencionado, onde se tratou a edificação como mero receptáculo, negligenciando o caráter documental que sua configuração espacial portava.

Figura 89 - Grafo justificado sistema geral – 2017 – Acesso usuários
(cada cor equivale a um setor diferente)



Fonte: A autora (2022)

Ou seja, por mais que se tenha mantido relativamente intacta a sua fachada e os elementos formais que compunham seu volume, seu arranjo espacial foi completamente descaracterizado, a partir de uma mudança de uso não adequada e não compatível com suas características espaciais precedentes, fazendo com que o edifício se tornasse não íntegro e não autêntico, do ponto de vista espacial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explanado acima, o espaço da arquitetura é uma dimensão, geralmente, negligenciada no campo da conservação, uma vez que, na maioria das vezes, é confundido com a noção de espacialidade. Espacialidade, como visto, se conforma através do conjunto de elementos táteis e materiais de um edifício, que juntamente com seus espaços, dão caráter arquitetônico ao mesmo. De fato, a história da arquitetura tem sido tratada como a história dos estilos e meios para a sua realização, os quais, por sua vez, têm sua tradução máxima na composição edilícia, e como consequência disso, a história da conservação tem como postura e premissa recorrente a preservação dos aspectos materiais de uma obra arquitetônica. Contudo, espaço é o que confere à arquitetura autonomia artística (COUTINHO, 1977; ZEVI, 1979,1996), isto é, as dimensões estética e material do edifício são importantes e juntamente com o espaço conformam a experiência completa da arquitetura, mas esta se dá, na verdade, em função deste último.

Ao constituir um sistema interconectado de unidades convexas que estrutura as prováveis movimentações e ocupações de usuários (HILLIER, HANSON, 1984; HILLIER, 2007). Tais configurações são construídas como reflexos dos sistemas de pensamento das sociedades que o utilizam, pois, estas o fazem com base nas suas crenças e hábitos, os quais são espacializados, no intuito de ordenar os possíveis encontros e relações que venham porventura, nele, acontecer, e dessa maneira, portanto, pode-se dizer que toda sociedade é espacial e todo espaço é social (HILLIER, 2007).

A partir desse ordenamento de encontros e relações entre os membros de uma sociedade, cria-se padrões espaciais, que refletem o referido sistema de pensamento, e pode-se falar então na criação de uma cultura espacial (HANSON, 1998), a qual guarda as marcas identitárias de determinada coletividade e pode, dessa forma, ser entendida enquanto documento passível de ser conservado.

Com isso, se um bem patrimonial deve ser conservado, ele precisa ser analisado sob as condições de integridade e autenticidade - condições qualificadoras do processo de preservação dos bens patrimoniais que atestam sua suficiência para transmitir sua significância à posteridade (JOKILEHTO, 2006; STOVEL, 2007).

Integridade é um conceito que sempre foi associado à noção de inteireza (PICCOLO, 20016), e autenticidade, por sua vez, à noção de verdade e genuinidade (LIRA, 2009). Geralmente, são dois conceitos relacionados aos aspectos materiais do bem, decorrente da postura comum ao campo da conservação de valorizar estes últimos em detrimento das outras dimensões que compõem o edifício, como já discutido. Contudo, com a evolução dos princípios teóricos da conservação e do entendimento do que caracteriza realmente um bem patrimonial, os aspectos espaciais e sociofuncionais começaram a ser levados em consideração e discutidos de maneira mais evidente no meio.

Luiz Amorim e Cláudia Loureiro (2005, 2007, 2013) colocaram isto em foco, no início dos anos 2000, a partir de uma série de artigos publicados que tinham como objetivo principal propor um método de análise das características espaciais dos edifícios, no intuito de, quando identifica-los, preservá-los.

Nesse contexto, Jokilehto (2006) agrega aos dois conceitos, a noção de integridade e autenticidade sociofuncionais, abrangendo, dessa forma, a dimensão espacial, uma vez que, tais noções se referem às dinâmicas e rituais que eram comportados por determinado local. Stovel (2007), por sua vez, lança a ideia de genuinidade da organização da forma e espaço, associando-a aos dois conceitos, e podendo relacioná-la à ideia de configuração espacial a partir do entendimento dos padrões das movimentações e ocupações que essa suporta, ou seja, as dimensões genotípicas que caracterizam a configuração espacial. E Zancheti (2013) traz a noção de integridade dinâmica, no contexto de paisagens urbanas culturais, mas que pode ser aplicada ao âmbito espacial por entender que esse está sujeito a modificações advindas de constantes alterações das demandas sociofuncionais.

Nesse sentido, é possível estabelecer as noções de autenticidade e integridade espacial, estando a primeira relacionada ao genótipo do edifício, e a segunda, às características da estrutura geométrica e configuracional do espaço que lhe dão suporte.

O objeto arquitetônico sempre é concebido em um meio de impermanência constante, pois, novos usos e novas demandas sempre vão existir, decorrentes de evoluções tecnológicas que mudam a forma como o usuário se relaciona e utiliza o espaço. Com isso, a partir do que foi discutido acima, e entendendo a configuração

espacial de um edifício como documento passível de ser conservado (AMORIM, LOUREIRO, 2005, 2007, 2013; AMORIM, LOUREIRO, NASCIMENTO, 2007), as mudanças propostas não devem ser feitas sem o devido cuidado, especialmente quando se trata de edifícios da arquitetura moderna.

Como visto, a arquitetura moderna surgiu em um contexto de grandes mudanças, as quais proporcionaram meios através dos quais os arquitetos pudessem conceber os espaços de forma totalmente inovadora, conferindo-lhe características nunca antes vistas, como as plantas livres e os abrangentes campos de visão proporcionados pelos grandes panos de vidro, por exemplo (DINIZ, 2009; BIERRENBACH, 2007).

Apesar de não ser um patrimônio bem aceito pela população, em termos de objeto de conservação, principalmente pela curta distância temporal que apresenta (PRUDON, 2008; KÜHL, 2018), em relação a edificações mais antigas, são edificações que representam essas mudanças citadas, que carregam a história de um período importante da humanidade e, portanto, devem ser conservadas.

Dessarte, faz-se necessário destacar, mais uma vez, que o objetivo dos projetos de intervenção em edifícios históricos não deve ser de cunho pragmático, visando somente a sua alteração para acomodação de um uso qualquer. O objetivo primeiro da conservação de um bem patrimonial deve ser a transmissão de sua significância às gerações futuras (KÜHL, 2018), e a preservação da história que porta. Para tanto, o uso não pode ser a finalidade do projeto de intervenção, mas um meio por meio do qual esse objetivo possa ser atingido, e com isso, deve ser adequado e compatível com as características espaciais preexistentes do bem.

A partir desse entendimento, o presente trabalho intentou analisar a configuração espacial de um edifício moderno, mais especificamente sua dimensão convexa, por entender que essa é a forma basilar de como se experiencia e entende uma edificação, através de suas permeabilidades. A metodologia se propôs, a partir das análises realizadas, a estabelecer os parâmetros de integridade e autenticidade espacial do edifício em questão, os quais têm por objetivo orientar as ações de intervenção e manutenção no mesmo, além de estipular as diretrizes de conservação da sua configuração espacial primordial, isto é, dos elementos espaciais que lhe conferem identidade.

Considerando que a configuração espacial é regida por regras globais e locais, como discutido previamente, e que alterações realizadas nas mesmas podem ser feitas com o intuito de se atingir objetivos específicos, depreende-se, dessa maneira, que qualquer mudança sugerida pode ser previamente testada, antes de ser executada, com o intuito de verificar se ela altera os parâmetros de integridade e autenticidade espacial fixados.

Nesse contexto, a presente dissertação teve como objetivo principal contribuir para a inclusão da dimensão espacial no processo de conservação de edificações históricas de maneira mais contundente e lúcida, dando continuidade aos trabalhos iniciados por Amorim e Loureiro (2005, 2007, 2013) no contexto do Laboratório de Estudos Avançados em Arquitetura (LA2) da Universidade Federal de Pernambuco. Com isso, não pretende negar a importância das outras dimensões que conformam o objeto arquitetônico, pois, como já apontado, entende que todas essas, conjuntamente - matéria, espaço e dinâmicas sociofuncionais - configuram a experiência arquitetônica do edifício; mas pretende deixar claro que o aspecto espacial deve ser conservado, ao passo que é entendido como documento que guarda informações sobre a sociedade que o construiu e utiliza.

Faz-se necessário destacar que tal contribuição está sendo desenvolvida usando as edificações modernas como base, porém, toda e qualquer edificação tem documentado em sua configuração espacial as características do pensamento social do período em que foi concebido e edificado, assim como a evolução deste, traduzidos por meio das alterações que a edificação sofreu e que permaneceram com o passar do tempo, tornando-se parte do seu inteiro.

Ademais, apesar de ter se detido na dimensão convexa, entende-se que as dimensões visuais e axiais da configuração espacial também são importantes de serem analisadas, pois moldam o todo da experiência configuracional de uma edificação, e portanto, podem ser consideradas como possíveis desdobramentos da pesquisa. Além disso, a metodologia aqui proposta tem caráter experimental e precisa ser aplicada a outros estudos de caso para ser devidamente validada.

Em suma, pode-se dizer que o intuito primário do trabalho foi o de demonstrar que o espaço da arquitetura é tão importante quanto os aspectos materiais que

conformam uma edificação e deve, portanto, ser tratado com igual importância dentro de um processo de conservação e restauro.

REFERÊNCIAS

- ALLAN, John. Points of balance. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRES, Bob (org). **Conservation of modern architecture**. Australia: Donhead, 2007.
- AMORIM, Luiz. Forma e espaço: da relação entre composição arquitetônica e configuração espacial à luz da “Lei de Amorim”. **Oculum Ensaio: Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Campinas, v. 16, n. 2, p.311-333, maio. 2019.
- AMORIM, Luiz. **The sector’s paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in northeast Brazil**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Bartlett School of Graduate Studies - UCL. Londres, 1999.
- AMORIM, Luiz; BRASILEIRO, Carolina; LUDERMIR, Raquel. **Da conservação do espaço da arquitetura: o caso do Instituto de Antibióticos**. Disponível em: <<https://docmomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/088.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2020.
- AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Cláudia. Metodologia de Produção de Intervenção: DRAPI- CONSERVAÇÃO. **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna**. CECI ICCROM, set. 2009 b. Módulo 4 on-line, aula 19.
- AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Cláudia. Metodologia de Produção de Intervenção: DRAPI- CONSERVAÇÃO II. **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna**. CECI ICCROM, set. 2009 c. Módulo 4 on-line, aula 20.
- AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Cláudia. On the spatial dimension of modern architecture as an object of conservation. **Proceedings of the International Seminar on the Management of the Shared Mediterranean Heritage - 5th Conference on the Modern Heritage**. Alexandria: ISMARMED, v.I, p. s/n, 2005.
- AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Cláudia. Texto e espaço: sobre procedimentos de intervenção em bens patrimoniais modernos. **Cadernos Proarq**. Rio de Janeiro, n. 21, p, 2-13, 2013.
- AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Cláudia. The space of architecture and a new conservation agenda. **City & Time**. [online] v.2, p. 1-10, 2007. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2007/CT-2007-68.pdf>> Acesso em: 25 de agosto de 2021.

- AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Cláudia; NASCIMENTO, Cristiano. Preserving space: towards a new architectural conservation agenda. **Sixth International Syntax Symposium Proceedings**. Istanbul: ITU, Faculty of Architecture, v.1, p. 032.01-032.13, 2017.
- AL_SAYED, K., TURNER, A., HILLIER, B., IIDA, S., PENN, A. **Space Syntax Methodology**. London: Bartlett School of Architecture, 2014.
- ARAÚJO, Gilvan. A presença de uma premissa categorial: A espacialidade nos conceitos-chaves do pensamento geográfico. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v.5, n.2, p 3-26, 2013.
- ARGAN, Giulio Carlo. **El concepto del espacio arquitectónico**: desde el barroco a nuestros días. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1966.
- BAFNA, S. Rethinking genotype: comments on the sources of type in architecture. **The Journal of Space Syntax**. Atlanta, v. 3, p. 68-80, ago. 2012.
- BIERRENBACH, Ana Carolina. Debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália. **Revista THÉSIS**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 137-157, jan./out. 2017.
- BIERRENBACH, Ana Carolina. Discussões italianas sobre o restauro da arquitetura moderna: o caso de Weissenhof de Stuttgart. Anais do 12º Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-69, dez. 2018. Disponível em: <<http://docomomo.web2403.uni5.net/download.php?num=2&l=/revista-Docomomo-Brasil/article/viewFile/20/48>> Acesso em: 20 fev. 2020
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 2ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRAGA, Rhalf. O espaço geográfico: Um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, v.11, n.22, p. 65-72, 2007.
- CABRAL, Renata. **Mario Russo**: Um arquiteto italiano racionalista em Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.
- CALABRESI, Federico. **Uma fronteira sutil**: entre o projeto do novo e a conservação do existente – Brasil e Itália no século XXI. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

CARBONARA, Giovanni. Tendencias actuales de la Restauración en Italia. Loggia, Arquitectura & Restauración, vol. 12, n.6, p. 12- 23, 1998. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304274663_Tendencias_actuales_de_la_Restauracion_en_Italia>. Acesso em: 27 jun. 2020

COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

CONSELHO DA EUROPA. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã: Conselho da Europa, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2021.

DINIZ, Fernando. Introdução À Conservação da Arquitetura Moderna. In: **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna**. CECI ICCROM, Mar. 2009 a. aula 1.

DINIZ, Fernando; NASLASVSKY, Guilah. Valores da Arquitetura Moderna. In: **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna**. CECI ICCROM, mar. 2009. Módulo 1 on-line, aula 2.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS DAS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Atenas, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/pesquisa.do>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FORTY, Adrian. **Words and buildings: a vocabulary of modern architecture**. Nova Iorque: Thames & Hudson, 2000.

GALLOIS, Catherine. **Matéria, valor e autenticidade na conservação-restauração de bens tombados pelo IPHAN no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

HANSON, Julienne. **Decoding homes and houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HILLIER, Bill. The architecture of the urban object. **Ekistics**. Canadá, v. 56, n. 334/335, p. 5-21, jan./abr. 1989.

HILLIER, Bill. **Space is the machine**. Londres: Space Syntax, 2007.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. Introduction: a second paradigm. **Architecture et Comportement/Architecture and Behaviour**. Suíça: v.3, p.197-199, 1987.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne; GRAHAM, H. Ideas are in things: an application of space syntax method to discovering house genotypes. In: **Environment and Planning B: Planning and Design**. v.14, p.363-385, 1987.

HILLIER, Bill; PENN, Allan. Visible Colleges: Structure and randomness in the place of discovery. **Science in Context**, Cambridge, v. 4, n. 1, p. 23-50, 1991.

HILLIER, Bill *et al.* Natural Movement: or Configuration and Attraction in Urban Pedestrian Movement. **Environment and Planning B: Planning and Design**, Londres, v. 20, n. 1, p. 29-66, fev.,1993.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Austrália, 1999. Disponível em: <<http://www.icomos.org/australia/burra/html>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Itália,1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/pesquisa.do>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. ICCROM: S&t Titles, 2002.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context. **City & Time**. v.2, n.1, 2006.

JOKILEHTO, Jukka. **The World Heritage List. What is OUV?:** Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties. ICOMOS, Berlim, v. 16. 111 p, 2008.

KINDRED, Bob. Introduction. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRES, Bob (org). **Conservation of modern architecture**. Australia: Donhead, 2007.

KÜHL, Beatriz. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro**. 2ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

KÜHL, Beatriz. Questões contemporâneas de restauro: a viabilidade da restauração. **Questões contemporâneas: patrimônio arquitetônico e urbano / Rosío**

Fernández Baca Salcedo e Vladimir Benincasa (organizadores) — Bauru, SP: Canal 6. p.89-108, 2017.

LIRA, Flaviana. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. **Oculum Ensaios**, v. 17, p. 1-22, 2020.

LIRA, Flaviana. **Patrimônio cultural e autenticidade**: montagem de um sistema de indicadores para monitoramento. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

LOUREIRO, Cláudia; AMORIM, Luiz; ALMEIDA, Fernando; NASCIMENTO, Cristiano. Metodologia de avaliação de mudança de uso. II CONGRESSO INTERNACIONAL NA RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFÍCIOS, Rio de Janeiro, p. 1-9, 2006.

LOUREIRO, Cláudia. **Classe, controle e encontro**: o espaço escolar. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places**. 2009. Disponível em: <https://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020

MARKUS, Thomas. Buildings as Classifying Devices. **Environment and Planning B: Planning and Design**, Glasgow, v. 14, ed. 4, p. 467-484, dez. 1987.

MARKUS, Thomas. **Buildings and Power**: Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types. Londres: Routledge, 1993.

MARKUS, Thomas; CAMERON, Deborah. **The words between the spaces**. – buildings and language. London/New York: Routledge – Architexte Series, 2002.

MARTORELL, Josep. **La Modernidad Superada**: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX. Espanha: GG, 1997.

NASCIMENTO, Cristiano. **Até os limites do tipo**: emergência, adequação e permanência das propriedades sócio-espaciais dos edifícios de reformação.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, **Normas de Quito**, 1967.

Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2021.

PAIVA, Rogério. **Contribuições da Fenomenologia para o ensino da Geografia**.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2009.

PANE, Andrea. Questões contemporâneas de restauro: una riflessione dall'italia.

Questões contemporâneas: patrimônio arquitetônico e urbano / Rosío

Fernández Baca Salcedo e Vladimir Benincasa (organizadores) — Bauru, SP:

Canal 6. p.109-130, 2017.

PEPONI, John. Interacting questions and descriptions - how do they look from here?.

Proceedings of the 3rd International Space Syntax Symposium. Atlanta: Georgia Institute of Technology, p.13-26, 2001.

PICCOLO, Rosane. **As [des]venturas da integridade no patrimônio mundial**. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

PRUDON, Theodore. **Preservation of Modern Architecture**. 1. ed. Nova Jersey: Wiley, 2008.

RIBEIRO, Cecília; LIRA, Flaviana. Autenticidade, integridade e significância cultural.

In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Silvio. (org.) **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

ROCHA, Mércia. **Patrimônio arquitetônico moderno: do debate às intervenções**.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

ROSA, Eduardo. **Sobre os distintos modos da espacialidade na fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) -

Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018.

SAINT, Andrew. Philosophical principles of modern conservation. In: **HERITAGE, English. Modern matters: Principles & practice in conserving recent architecture**. Virgínia: Donhead, 1996.

SILVA, Paula. **Conservar, uma questão de decisão**: o julgamento na conservação da arquitetura moderna. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

SOMAVILLA, Géssica.;LOPES, Caryl. Orientações técnicas, legais e normativas para projetos de espaços destinados a serviços de alimentação coletiva. **Revista de Arquitetura da IMED**, Rio Grande do Sul, v. 2, n.2, p. 108-122, 2013.

STOVEL, Herb. Effective use of authenticity and integrity as World Heritage qualifying conditions. *City & Time*. v.3, n.2, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: A study of environmental perception, attitudes, and values**. New York: Columbia University Press, 1990.

UFPE. **Campus Joaquim Amazonas**. Plano Diretor Físico. Recife: UFPE, 1985.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. **Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial**. Carta de Nara. Japão, 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/pesquisa.do>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

UNESCO, WORLD HERITAGE CENTRE. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris, 2005. Disponível em: < Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention - 2005 (unesco.org)> Acesso em: 15 ago. 2021.

VIEIRA, Natália. Antecedentes Conceituais da Conservação: Século XIX e Início do Século XX. In: **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna**. CECI ICCROM, mai. 2009. Módulo 2 on-line, aula 6.

ZANCHETI, Silvio. A Teoria Contemporânea da Conservação e a Arquitetura Moderna. In: **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna**. CECI ICCROM, mai. 2009. Módulo 2 on-line, aula 7.

ZANCHETI, Silvio. Dynamic Integrity as an approach to the conservation of historic urban landscapes (HUL): the case of Olinda and Recife. **International Meeting of Contemporary Architecture on Historic Settings**, 2013, Sevilha.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lucia. A Declaração de Significância de Exemplos da Arquitetura Moderna. In: **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna**. CECI ICCROM, Abr. 2009 a. aula 05.

ZEVI, B. **Architectura in nuce - Uma definição de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.